

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Julho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1074 • Director: Carlos Brito

LUTAS REIVINDICAÇÕES E PROTESTOS

Trabalhadores, pescadores, produtores de leite, agricultores, compartes dos baldios, no uso dos seus legítimos direitos constitucionais e legais, reivindicam, protestam e lutam em defesa dos seus interesses e aspirações

Págs. 5 a 9



 LISBOA
EXPO '98

A REVOLUÇÃO ANUNCIADA

Reportagem
por Henrique Custódio Centrais

Reúne hoje o Comité Central do PCP

O Comité Central do PCP reúne hoje na Soeiro Pereira Gomes, com uma Ordem de Trabalhos em que se prevê, como temas centrais, o processo de revisão da

Constituição e a situação política e social. No próximo número do «Avante!», publicar-se-ão as conclusões desta reunião

Do estado da Nação aos receios de Cavaco

• Artigo de Octávio Teixeira

Pág. 18

Viabilizar a Torralta

• Artigo de Domingos Mealha

Págs. 22 e 23

Família Numa sociedade sem coração

• Artigo de Rosa Maria Xisto

Pág. 19

festa Avante!

2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Págs. 24 e 25



Protesto popular na inauguração da Bolsa de Lisboa

RESUMO

6
Quarta-feira

Debate sobre o estado da Nação, na Assembleia da República. Cavaco Silva, repetindo o discurso do ano passado, omite na sua intervenção inicial o conflito da ponte, a fome no Alentejo, o SIS e a "guerra" das propinas ■ Os pescadores de Matosinho espalham pela estrada carapau galego e prometem não ir ao mar e boicotar o peixe espanhol, que é vendido em Portugal a preços muito baixos por não ser apreciado em Espanha ■ Duas centenas de agricultores concentram-se na Pampilhosa do Botão para "dar as más vindas" a um comboio carregado de 700 toneladas de leite francês importado pela Parmalat ■ Representantes dos trabalhadores do sector naval concentram-se junto ao parlamento para protestar contra o despedimento colectivo previsto para a Lisnave e Setenave ■ Giulio Andreotti, antigo primeiro-ministro italiano, nega as acusações recentemente levantadas pelo ministério público de Palermo que o apontam como membro da Máfia ■ A Comissão Europeia aprova a concessão de uma ajuda estatal à TAP no valor de 50 milhões de contos.

7
Quinta-feira

Os pescadores de Matosinhos, Aveiro e Lisboa boicotam a venda de peixe espanhol nas lotas; depois de um ultimato dos pescadores, o Ministério do Mar anuncia que o ministro os receberá "logo que a sua agenda o permita" ■ O PCP propõe uma audição parlamentar com o ministro do Mar, sindicatos dos pescadores e armadores ■ A Confederação de Comércio Português apresenta a Cavaco Silva um plano de emergência, reivindicando o encerramento dos hipermercados ao domingo, até 1999 ■ A Amnistia Internacional publica o seu relatório anual referente a 1993, em que denuncia massacres, execuções extrajudiciais, "desaparecimentos", tortura e pena de morte em 151 países. Quanto a Portugal, em 93 as forças de segurança voltaram aos muros, pontapés e bastonadas ■ Quarto dia de greve geral na Nigéria ■ Inicia-se em Nápoles a reunião dos sete países mais industrializados ■ Mikal Kovac, presidente da Eslováquia, inicia a sua visita oficial de 3 dias a Portugal.

8
Sexta-feira

Armadores e produtores de pesca industrial anunciam em Aveiro que o Governo aceita implementar medidas para pôr cobro à entrada de peixe vindo de Espanha ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, nega envolvimento do Governo na venda de armas a Angola ■ O número de pessoas inscritas nos centros de emprego aumenta 17,3 por cento em Junho ■ Cavaco Silva inaugura a Bolsa de Valores de Lisboa ■ O ministro Valente de Oliveira inaugura em Évora as instalações da Comissão de Coordenação da Região Alentejo, orçadas em 700 mil contos; é recebido com bandeiras negras por desempregados e por protestos dos autarcas à política governamental ■

É nomeado o novo executivo de São Tomé, de iniciativa presidencial ■ A Itália afasta a Espanha do Mundial de Futebol ■ O Presidente norte-coreano, Kim Il Sung, morre aos 82 anos vítima de ataque cardíaco.

9
Sábado

O Conselho Nacional do PSD reúne em Lisboa; Cavaco Silva faz críticas a algumas distritais do partido e aos média e defende o ministro das Obras Públicas, Ferreira do Amaral ■ A reunião do Conselho Nacional do PSN, marcada por profundas divisões internas, regista mais uma baixa nas hostes - Antunes de Sousa deixa a liderança do partido ■ Os Verdes acusam o PS de fazer o jogo do PSD e CDS ao insistir na revisão constitucional ■ Começa em Itália a cimeira do G-7 ■ A cimeira entre as duas Coreias, prevista de 25 a 27 do corrente, mantém-se, apesar da morte de Kim Il Sung, anuncia Bill Clinton em Nápoles.

10
Domingo

Conferência Nacional dos Baldios, no Porto, em que participa Álvaro Cunhal, reafirma a disposição das populações rurais em defenderem os terrenos comunitários ■ Caçadores manifestam-se em vários pontos do país, acusando o secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, de "corrupto, mentiroso e conivente com ilegalidades" ■ O presidente santomense, Miguel Trovoada, dissolve a Assembleia Nacional ■ A reunião dos sete mais industrializados (G-7) termina em quase G-8, com a participação de Boris Ieltsin no debate das questões políticas.

11
Segunda-feira

Mendes Bota, eurodeputado e dirigente regional do PSD, anuncia em Faro o seu afastamento do partido, dizendo-se cansado "do cinismo, da hipocrisia e da falta de respeito para com as pessoas" que dominam o partido do Governo ■ A Comissão de Utentes da Ponte 25 de Abril convoca para sábado uma reunião para conjugar esforços para o prosseguimento da luta contra a portagem ■ Bill Clinton, de visita à Alemanha, defende a participação deste país em missões militares fora do âmbito da NATO ■ Leonid Kutchma é dado como vencedor das eleições presidenciais na Ucrânia.

12
Terça-feira

O Tribunal Constitucional declara-se competente para decidir no caso das extradições em Macau ■ O Provedor de Justiça pede à AR um reforço de verbas da ordem dos 30 mil contos ■ O Tribunal Constitucional alemão decide que a Alemanha pode participar em operações militares em qualquer ponto do mundo, desde que o Bundestag o aprove por maioria simples ■ A ONU recomeça os voos humanitários em Angola.

EDITORIAL
Dos bodes expiatórios à diversão

Muito mais sugestivo do que o debate sobre o estado da Nação que a actuação do Governo frustrou na Assembleia da República foi o debate sobre o estado da situação que Cavaco Silva se viu forçado a desencadear no Conselho Nacional do PSD.

O mesmo Primeiro-Ministro que, na instância parlamentar, traçou um quadro cor-de-rosa da situação do País e minimizou as derrotas do seu partido, viu-se forçado, na instância partidária, a reconhecer as dificuldades do Governo, as severas derrotas do PSD e a perspectiva sombria que se lhe apresenta.

Contudo, em ambos os debates - no da Assembleia da República e no do Conselho laranja - teve Cavaco Silva uma atitude comum: a de alijar as suas próprias responsabilidades e atribuir a bodes expiatórios as culpas dos desaires do País, do Governo e do PSD.

Esta atitude, que não é nova no comportamento do Primeiro-Ministro, traz, porém, uma novidade que é a dos bodes expiatórios não serem só as oposições, as "forças do bloqueio", as "subversões", mas encontrarem-se no seio do próprio partido do Governo.

E não são poucos os bodes expiatórios laranja que Cavaco citou: os "muitos barões a falar para a comunicação social", "os poucos soldados nos momentos decisivos", "as distritais que não trabalharam e não mobilizaram", "os candidatos que cruzaram os braços", "os dirigentes que apelaram ao voto noutras candidaturas".

Tudo isto são sinais dos tempos, sinais de que também não é famoso o estado da situação e que Cavaco tenta melhorá-lo, com vista às legislativas de 1995, através de uma chicotada psicológica. É reveladora deste propósito a afirmação de que "está tudo em aberto para 95, só que nada é possível sem muito trabalho e muito menos com um partido dividido".

Vamos ver se o partido não fica realmente dividido com a terapêutica da chicotada, pois nem todos a aceitam sem dor. Já se ouvem algumas queixas!

Outra novidade que não apareceu, mas que se acentuou muito neste último Conselho do PSD, é aquilo que podemos chamar de mania da subversão, por analogia com a mania da perseguição.

Os primeiros sintomas desta patologia surgiram durante o grande protesto da Ponte 25 de Abril, na cabeça esquentada de Silva Marques, mas logo se pagaram a outros dirigentes do PSD e

membros do Governo, a Ferreira do Amaral e ao Primeiro-Ministro.

Agora aparece como doutrina oficial do Governo e do PSD para procurar desvalorizar sob o labéu de "agitação de rua", o crescente descontentamento e a rejeição que a sua política provoca no país e que está a ser manifestada através dos mais variados protestos e lutas.

O "Expresso" sempre muito envolvido nas operações governamentais lançou a teoria das "coincidências a mais", das "acções programadas segundo um calendário" e da "mão do PCP", "preocupado com o resultado das europeias".

Deve ter tirado a peça de algum relatório do SIS e imita muito bem um "despacho de pronúncia" da PIDE.

Cavaco Silva, segundo o "Público", teria explicado ao Conselho do PSD que "se até agora as coisas têm sido difíceis, o pior está para vir", pois, segundo ele, "a oposição perdeu a esperança de conseguir vencer o PSD no palco institucio-

Contudo, em ambos os debates - no da Assembleia da República e no do Conselho laranja - teve Cavaco Silva uma atitude comum: a de alijar as suas próprias responsabilidades e atribuir a bodes expiatórios as culpas dos desaires do País, do Governo e do PSD.

nal, pelo que a tendência será enveredar pela agitação de rua".

Outros dirigentes laranja encarregaram-se de denunciar "as transmissões directas dos conflitos" pelas televisões e as rádios como parte da conspiração. Naturalmente, têm vontade de reinstalar a censura, em certas ocasiões, pelo menos.

Todas estas justificações não visam só desvalorizar as lutas e os protestos em curso, visam intimidar os trabalhadores, os agricultores, os pescadores e as populações que defendem através deles os seus interesses e visa também intimidar os jornalistas e os órgãos de comunicação social que transmitem essas lutas.

A classificação dos movimentos reivindicativos e de protesto como "agitação de rua" não é, no entanto, inocente, é reveladora de notórios propósitos repressivos.

É reveladora, também, de que o Governo está com medo da indignação e descontentamento popular e percebe que ele está a alastrar avassaladoramente pelo País.

Quando Cavaco afirma que "o pior está para vir" é porque está consciente da gravidade das medidas que já tomou e das que se propõe tomar contra os trabalhadores e o povo em geral.

Ao contrário do que o Governo pretende fazer crer, a oposição à sua política canalizada através de manifestações, concentrações, greves, protestos e outras formas de acção de massas é tão legítima constitucionalmente como as que os partidos, os grupos parlamentares ou os deputados expressam na Assembleia da República.

Os trabalhadores e o povo que protestam e lutam fazem uso dos seus direitos constitucionais e legais contra uma política de retrocesso socio-económico a todos os níveis e que tende a transformar-se também em retrocesso político.

Ao contrário do que o Governo e o "Expresso" pretendem fazer crer, não há qualquer pecadilho menos democrático no apoio e no estímulo que o PCP presta incessantemente à luta dos trabalhadores e das populações, pelo contrário, é nessa intervenção que o PCP dá provas da sua compreensão superior da democracia; como democracia tanto representativa como participativa.

As condições de crise económico-social profunda em que o País se encontra, o grande descontentamento popular, as lutas e os protestos dos trabalhadores e das populações, os medos e as tentativas de intimidação do Governo, as recriminações no interior do PSD - tudo aponta para a necessidade de um grande revigoramento da actividade oposicionista com vista a promover uma grande mobilização nacional capaz de interromper a desastrosa política de direita que vem sendo seguida.

Este é, em largos traços, o quadro político em que o PS desencadeou um novo processo de revisão da Constituição, com a entrega do seu projecto, na Assembleia da República, na passada sexta-feira, 8 de Julho de 1994.

Estranha actuação a deste partido da oposição que, no momento em que mais interessa intensificá-la, se prepara para se entender com o Governo (numa revisão atentatória dos interesses populares e do regime democrático), concedendo-lhe, para isso, uma trégua política efectiva e facultando-lhe pretexto, campo e matéria para desviar as atenções das graves ameaças da sua política e dos mais sérios problemas que afligem o nosso povo.

Com uma oposição à maneira do PS, Cavaco nem precisa de bodes expiatórios, tem quem faça por ele as manobras de diversão.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000500. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Lisboa — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750500; 25 números: 3 487550
ESPAÑA	50 números: 13 300500
EUROPA	50 números: 24 750500
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650500
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950500
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	_____
Morada _____	_____
Código Postal _____	_____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

Grandes manobras

A polémica que parece desenhar-se entre o PS e o PSD a propósito dos prazos para o início dos trabalhos de uma nova revisão da Constituição confirma plenamente a ligeireza e a irresponsabilidade com que os socialistas se lançaram neste processo.

Estas disputas formais não atingem, é bem de ver, os entendimentos de fundo que se preparam entre os dois partidos em matéria de revisão, nem atenuam as graves consequências desse entendimento para os interesses populares e o regime democrático.

A querela dos prazos exprime, no entanto, as grandes manobras em que estão envolvidos os dois comparsas da revisão, que a par do proveito comum em que ambos estão empenhados, procuram cada um deles alcançar vantagens sobre o outro.

São as situações próprias dos negócios escuros, das "maquinações", como o "Avante!" salientou na semana anterior.

Na passada sexta-feira, já o PS clamava, pela voz de Almeida Santos: "Ou somos compensados... ou então colocaremos a nós próprios a questão se não estaremos a colaborar numa farsa."

Estranho desabafo...

O PS quer ser "compensado" em relação a quem e por quem? O PS está a "colaborar" em quem e com quem?

O que se confirma mais uma vez é que o PS quer (mas não quer que se saiba) uma nova aliança com o PSD para fazer a revisão da Constituição, especialmente na matéria relativa à lei eleitoral para a Assembleia da República.

O PS quer ir às eleições legislativas do próximo ano com uma nova lei a seu gosto e ao gosto do PSD. Mas quer que tudo se faça o mais rapidamente possível - fins de Dezembro, meados de Janeiro, fins de Janeiro, têm vindo a ceder. Quer depois fazer esquecer este casamento com o PSD, fazer campanha contra o "poder laranja" e apresentar-se nas eleições como se fosse realmente uma alternativa.

Almeida Santos não podia ser mais explícito, quando explicou: "os socialistas consideram que não é compatível com o clima necessário à revisão o terçar de armas mais próprio de uma batalha eleitoral".

A prova de que nada disto toca nas questões de fundo deu-a também, na passada semana, José Lamego, membro do Secretariado Nacional do PS e do gabinete restrito de Guterres, um dos elementos influentes da actual direcção socialista, muito bem relacionado com os meios dirigentes do PSD.

Em artigo no "Público", asseverou significativamente este dirigente do PS: "existe pelo menos um ponto que se afigura já como irreversível e que vai acarretar modificações profundas no sistema partidário e na selecção do pessoal político: refiro-me

ao aperfeiçoamento do sistema eleitoral para a Assembleia da República."

Os próprios socialistas vêm assim revelar os planos em curso ("vai-se forçar um consenso", diz Lamego no mesmo artigo) e os resultados que visam: "modificações profundas do sistema partidário".

São então estas "modificações profundas" que o PS pretende consumir numa revisão, que só pode ser feita com o PSD e ao seu gosto (como lembrou Duarte Lima no debate do estado da Nação), feita no afogadilho de três ou quatro meses, sem auscultação do país e sem debate democrático na Assembleia da República?

Estão os membros do PS conscientes das grandes

manobras em que os seus dirigentes estão envolvidos?

A opinião democrática do país é que tem que se mobilizar contra esta revisão de duvidosa constitucionalidade, ditada por mesquinhas ambições de poder e portadora dos maiores riscos para o país e o regime democrático.

■ Carlos Brito

O que se confirma mais uma vez é que o PS quer (mas não quer que se saiba) uma nova aliança com o PSD para fazer a revisão da Constituição, especialmente na matéria relativa à lei eleitoral para a Assembleia da República.

Com orgulho

O «Expresso» informa que «o Governo considera que a série de acções de rua registadas desde o bloqueio da Ponte 25 de Abril e a sua simultaneidade com o debate sobre o estado da Nação foram «orientadas» pelos seus promotores segundo um calendário previamente estabelecido». Informa ainda, baseado em fontes governamentais, que todas essas acções foram e são da «iniciativa do PCP». Como é óbvio nem a apreciação do Governo às ditas acções de rua nem a notícia do «Expresso» sobre essa apreciação têm como objectivo salientar a capacidade de intervenção do PCP, a sua permanente postura de combate à política de direita e de defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo. Pelo contrário, tudo é «informado» como se se tratasse de uma acção subversiva, assim como que «à margem da lei», não sei se me entendem...

Tanto as opiniões da «fonte governamental» como as do Expresso têm subjacente a ideia de que a instabilidade social existente é da responsabilidade do PCP: o protesto justíssimo e firme de dezenas de milhar de utentes da Ponte 25 de Abril teria sido uma maquinação do PCP e não o resultado do brutal aumento decidido pelo Governo com a arrogância e prepotência que lhe são características; as movimentações dos pescadores seriam igualmente produto da acção «calendarizada» do PCP e não o justo protesto contra uma política que ofende profundamente os seus interesses e direitos.

E por aí fora.

Quer isto dizer que ao governo - e possivelmente, também, ao Expresso - inte-

ressa a oposição protagonizada pelo PCP. O governo - e possivelmente, também o Expresso - gostaria que o PCP fizesse uma oposição «moderna», «civilizada»; uma oposição à PS, uma oposição que parecendo-o não o fosse, uma oposição de paleio, paleio e só paleio; uma oposição que em vez de combater a política de direita desencadeasse com grande estardalhaço um processo de revisão da Constituição que desse as tréguas necessárias à política de direita para ela poder prosseguir impunemente. (A propósito: haverá alguma Constituição no Mundo que seja revista com tanta frequência como a nossa? Tendo em conta esta obsessão revisionista - sempre desfiguradora do regime democrático e ao exclusivo sabor dos interesses con-



junturais do PS, do PSD e do CDS - não poderemos caracterizar a situação portuguesa como de «instabilidade constitucional»?)

Saibam então que o PCP continuará, hoje como sempre, a sua acção de oposição frontal e firme à política de direita; ao lado de todos os que são vítimas da injustiça, da exploração, da acção nefasta do governo, a mobilizar os trabalhadores e a população para a indispensável luta pela defesa dos seus interesses; a apresentar e a bater-se pelo seu projecto e pelas suas propostas visando a resolução dos problemas existentes.

Em resumo: o PCP continuará, hoje como sempre, a afirmar a sua condição de comunista e português. Com determinação. Com firmeza. Com orgulho.

■ José Casanova

A CIMEIRA

Mobutu e a França

1.

A nova África do Sul vai assentando as suas linhas de posicionamento face às grandes questões africanas.

O país que foi a maior fonte de desestabilização e subversão no continente africano, vai afirmando hoje a sua nova face democrática e progressista, colocando também grande parte do seu peso na procura de soluções para graves problemas africanos, como é o caso angolano.

É a esta luz que deve ser encarada a recente Cimeira dos chefes de Estado de Angola, Moçambique, Zaire, sob a égide de Nelson Mandela.

É conhecida a causa dos males de Angola: a rebelião da Unita contra os resultados das eleições livres e justas. É contra o mal que se devem procurar medicamentos. A Unita continuou a beneficiar de apoios militares na África do Sul, nos EUA, no Zaire, em Marrocos, etc. A nova situação na África do Sul deixou de lhe ser favorável. É do Zaire, entretanto, que lhe chega o apoio militar.

Mobutu, o amigo de Savimbi, de Balladur, de Clinton e outros; a "reserva ocidental", um dos homens mais ricos do mundo, chefe de um dos regimes mais corruptos, foi a Pretória conversar com José Eduardo dos Santos, Chissano e Mandela. O homem que deu as boas vindas aos legionários franceses a caminho do Ruanda, disse que concordava no policiamento da fronteira do Zaire com Angola. A ver vamos. Mas, entretanto, a ONU vai deixando no terreno a Unita consolidar as suas posições. O mediador segue silenciosamente o simulacro de negociações. O governo angolano já tornou público a lista de cargos que oferece à Unita. O que se poder dizer no mínimo é o seguinte: grande prémio para tão grande perdedor... A Unita parece ter outra fome. O seu propósito é abocanhar o poder. Não lhe chegaram uns tantos ministros, nem umas dezenas de cargos políticos, nem uma centena de importantes postos públicos, administrativos e económicos. Savimbi sempre teve outras ambições, aliás, alimentadas pelos seus amigos ocidentais (Reagan, Thatcher, Kohl, Chirac, Soares e outros).

Mobutu, o amigo de Savimbi, também é homem de enormes ambições e aguenta-se no poder à custa de uma brutal e impiedosa repressão. A sua legitimidade não lhe advém nem da luta de libertação nacional, nem de eleições, mas antes do terror.

É, por isso, que para haver paz em Angola é preciso que a comunidade internacional pressione Mobutu e Savimbi. E essa pressão deve assumir, se necessário, o conteúdo de sanções. Por que não?

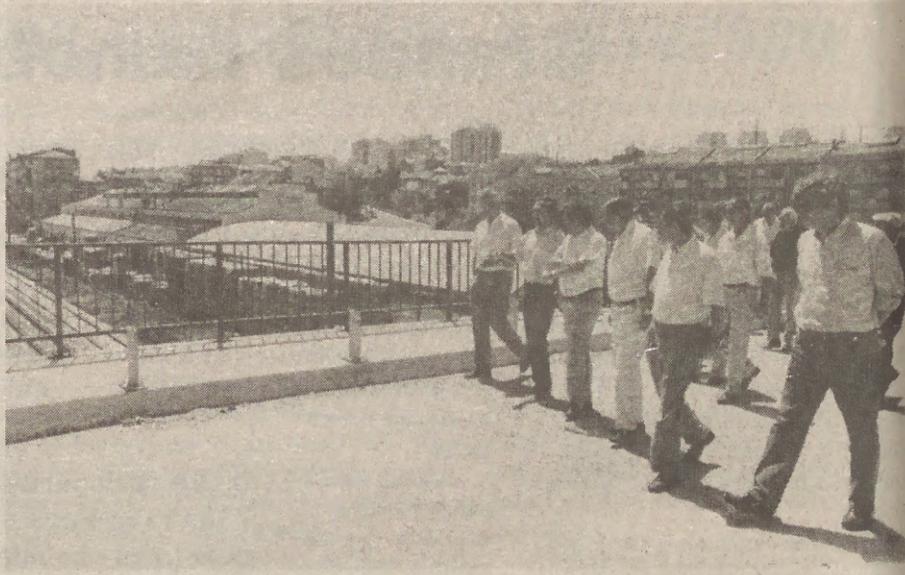
2.

As tropas francesas já ocupam o Ruanda contra a vontade do novo governo ruandês. Enraram no momento em que a FPR se preparava para conquistar a capital. Partiram do Zaire. O governo francês e Mobutu sempre se entenderam bem. E pelos visto a amizade é para continuar. Mobutu reganha um certo protagonismo. A velha raposa, embora escaldada pelas lutas populares, conhece a extensão do seu território e as ambições dos dirigentes ocidentais. No seu íntimo, sabe que lhes pode ser útil. E tem esperado. Ei-lo agora de braço dado com a França no ataque ao Ruanda. Mobutu soube sentar-se no banco e aguardar a oportunidade para dar o pulo e jogar ao lado dos grandes. Essa foi sempre a sua ambição, desde que o deixem mandar no imenso Zaire, mesmo que seja à custa do chicote e da metralhadora.

A França recebeu o apoio dos 7 mais ricos em Nápoles. Era de esperar mesmo que John Major ache que a França se está a encostar demasiado à África Inglesa, não o ia dizer em público.

E o importante para os 7 é que os povos não se levantem, antes se subjuguem. Foi por isso que a França sempre apoiou o antigo presidente do Ruanda e a sua guarda presidencial, célebre pela carnifina e limpeza étnica de tutsis, e continua a colaborar com Mobutu.

D. L.



No desenvolvimento do País «Autarquias CDU pedem meças ao Governo»

- afirma Carvalho, em Vila Franca de Xira

No passado domingo, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, deslocou-se a Vila Franca de Xira para visitar duas importantes obras lançadas por esta autarquia CDU para melhorar as acessibilidades no concelho.

Praticamente finalizada está já a passagem rodoviária superior à linha férrea na Póvoa de Santa Iria, que vai servir um novo terminal de transportes, facilitando ao mesmo tempo o acesso aos terrenos ribeirinhos que ladeiam o Tejo. Este viaduto, orçado em 350 mil contos que conta com comparticipação do PEDIP, poderá ser aberto ao trânsito no próximo

mês de Setembro, para o que falta apenas concluir a construção dos acessos, localizados numa zona pantanosa que teve de ser convenientemente drenada.

Como explicou Daniel Branco, a Câmara pretende reabilitar aqueles espaços, outrora ocupados por numerosas empresas em actividade entretanto vitimadas pela crise económica.

Neste momento, com a saída das unidades industriais da zona onde será erguida a Expo'98, surgiram propostas para instalação de várias empresas no concelho de Vila Franca, mas a decisão do município dependerá da sua integração no plano de

pormenor, em fase de conclusão, que visa dignificar a zona ribeirinha.

Uma obra semelhante, que irá permitir igualmente a passagem rodoviária superior à linha férrea, fomos encontrar em Povos, onde está em construção um novo esquema de entradas e saídas da auto-estrada para Vila Franca de Xira.

Para o fim da tarde, estava reservada uma visita ao imponente Palácio da Quinta do Sobralinho, adquirido no ano passado pela Câmara, onde em breve passará funcionar o

Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Comentando o que teve oportunidade de visitar, Carlos

Carvalho mostrou-se satisfeito, declarando que «está à vista a grande diferença entre a acção dos eleitos CDU e a do

Governo. Em matéria de desenvolvimento», disse, «as autarquias CDU pedem meças ao Governo».



PCP recebido em Belém

Uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalho, Luís Sá, Jerónimo de Sousa e Francisco Lopes, foi recebida quarta-feira da passada semana pelo Presidente da República, no Palácio de Belém.

PCP-CNJ

Na passada segunda-feira, teve lugar no Centro de Trabalho do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, um encontro entre uma representação da Direcção do Conselho Nacional de Juventude, dirigida pelo seu Presidente, Miguel Frade, e uma delegação do PCP composta pelo secretário-geral, Carlos Carvalho, Francisco Lopes, da Comissão Política, e Manuel Coelho e Amélia Pardal, membros da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa.



Ligações aéreas de novo nos Açores

«Continuam a circular rumores de que há quem pretenda introduzir alterações negativas de fundo nos esquemas existentes ao transporte aéreo», alerta em comunicado o PCP/Açores que ainda recentemente desenvolveu uma série de acções «destinadas a isolar intenções» que visavam pôr termo às ligações aéreas directas da TAP Lisboa-Horta-Lisboa.

Defendendo a manutenção de três portas de entrada e saída do Continente para os Açores e vice-versa, os comunistas açorianos, através da sua representa-

ção parlamentar, dirigiram ao presidente do Governo Regional um requerimento, em cuja resposta se afirmava que «o Governo Regional considera de muito interesse para a Região a ligação da TAP Lisboa-Horta-Lisboa».

Face aos novos rumores, os comunistas insistem que «é da maior importância exigir, com a maior firmeza, ao Governo Regional que actue sempre em plena conformidade com a resposta dada ao PCP/Açores».

CAMARADAS FALECIDOS

Odete Sousa

Faleceu, no passado dia 29 de Junho, Maria Odete Soares Silva Sousa, membro da Comissão de Freguesia de Espinho do PCP, desde 1975.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Peixes mortos e água preta

Junto à marginal de Esposende, entre o estaleiro novo e o areal, foram recentemente encontrados milhares de peixes mortos e a água apresentava uma cor preta.

Perante o silêncio das entidades competentes, nomeadamente a Câmara Municipal, a Autoridade Sanitária Concelhia e o Gabinete da APPLE, a Comissão Concelhia do PCP veio a público manifestar a sua preocupação por este atentado ecológico e exigir que a autarquia preste esclarecimentos à população.

Em concreto, os comunistas pretendem saber «quais as fontes poluentes que despejam para o local, já que são visíveis alguns esgotos a céu aberto, e qual a funcionalidade da Estação de Tratamento de Águas Residuais junto à Ponte do Fão».

Por outro lado, o PCP considera que «a Autoridade Sanitária deve informar a população da periodicidade com que são realizadas as análises às águas do Cávado e se já solicitou análises às causas da morte dos peixes».

«O gabinete da APPLE deve ser responsabilizado neste processo, uma vez que foi constituído para, entre outras, defender a tão propalada reserva natural que se estende da Apúlia à Foz do Neiva» afirmam os comunistas.

A finalizar, a Comissão Concelhia de Esposende do PCP considera de extrema gravidade que se pretenda «esconder este atentado ecológico que causou a morte a milhares de peixes e pode ameaçar a saúde pública».

Quarentena na FINO's

A administração da FINO's está a coagir psicologicamente 36 trabalhadores abrangidos pela lay-off, vedando-lhes o acesso à ocupação laboral e privando-os do contacto com os seus colegas, com o objectivo de os levar a aceitar o despedimento sem as indemnizações previstas na lei, abdicando, deste modo, dos seus direitos.

A denúncia é feita pelo secretário da Comissão Concelhia de Portalegre do PCP que acrescenta:

«Procurando insinuar que a manutenção dos actuais 36 trabalhadores abrangidos põe em risco os 600 postos de trabalho, a Administração da FINO's pretende criar um clima de desorientação e instabilidade que leva os trabalhadores à divisão, à resignação, abrindo, deste modo, caminho à estratégia para futuros despedimentos. Este tem sido o argumento utilizado pela Administração da FINO's para justificar a viabilização da empresa quando, na

verdade, são os juros da enorme dívida acumulada pelos erros de gestão os responsáveis pela crise constante em que se encontra.

«A situação laboral actualmente vivida não é mais do que a ofensiva do patronato para aumentar o desemprego e criar novas dificuldades aos trabalhadores, apoiando-se em leis anti-laborais aprovadas com o patrocínio do Partido Socialista em aliança com o PSD e o CDS», conclui o comunicado.

CNA com produtores de leite CAP-MALAT é leite malvado!

CAP-MALAT é leite malvado, "Nós queremos reduzir - guerra às importações" e "Sim ao aumento do preço do leite - Não ao leite estrangeiro" eram alguns dos dizeres exibidos em cartazes empunhados por duas centenas de agricultores que se manifestaram terça-feira à noite da semana passada na estação da Pampilhosa do Botão (Mealhada), para "dar as boas vindas" a um comboio carregado de leite importado. Uma acção a ocorrer no mesmo dia e que, pela primeira vez em seis anos, dirigentes da CNA eram recebidos para falar com o Ministério da Agricultura.

As "más vindas" ao leite estrangeiro acabariam por não concretizar, dado que alguém do percurso da composição procedeu ao cancelamento do percurso da composição que nessa noite (já depois fechada a edição dessa semana «Avante!») deveria chegar à Pampilhosa do Botão.

Confederação da Agricultura Portuguesa.

Os agricultores, oriundos de vários pontos do país, expressaram o seu descontentamento com a "invasão do mercado nacional com produtos de qualidade duvidosa, que põem em causa a produção nacional",

impor, à produção e ao consumo, as condições e preços que mais lhes convierem a fim de recuperarem, com juros amargos para todos nós, o investimento que agora estão a fazer", adverte a CNA.

Para além de um conjunto de medidas sectoriais urgentes que a Confederação tem vindo a reclamar, a estrutura entende que o Governo deve intervir de imediato, limitando e controlando a invasão das importações com o objectivo de defender e apoiar a produção e o mercado nacionais.

O chefe da estação de Pampilhosa disse à agência LUSA desconhecer a razão que levou ao cancelamento do percurso do comboio de mercadorias, que deveria cumprir o percurso da Linha da Beira Alta entre Vilar Formoso e o Entroncamento.

o futuro reconhecimento da CNA como parceiro social e com estatuto para integrar o Conselho Permanente da Concertação Social, que há muito reivindica.

Uma audiência que só a luta da Confederação possibilitou, como reconheceu o membro do Governo em causa - o secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro - que justificou essa primeira audiência em seis anos concedida à CNA pelo facto de "a confederação ter vindo a afirmar-se no terreno" e recusando a alegada influência de qualquer questão política na decisão.

João Vieira, da direcção da CNA, mostrou-se satisfeito mas declarou que a Confederação, embora não menosprezando o encontro com Álvaro Amaro, vai continuar a reclamar uma reunião com o ministro da Agricultura.

"Convergência em alguns pontos, nomeadamente na questão do controlo das importações de vinho à granel, do leite e de carne" - foi deste modo que o dirigente da CNA, citado pela LUSA, resumiu o encontro com o secretário de Estado da Agricultura.

Durante a audiência, a CNA deixou ainda a Álvaro Amaro o alerta para a Organização Comum do Mercado (OCM) das frutas, que poderá ser negativa para Portugal, "visto que será baseada no arranque dos pomares e na liberalização das importações de fruta, sobretudo do hemisfério sul", disse João Vieira.

No final de mais de duas horas de reunião, Álvaro Amaro referiu-se várias vezes aos jornalistas a um "reconhecimento técnico" da organização por parte do Ministério, que alegadamente terá levado à aceitação deste diálogo.

Sobre o reconhecimento da CNA como parceiro social, Álvaro Amaro disse que tal não depende do Ministério da Agricultura, mas frisou que está disposto a receber a Confederação "sempre que houver necessidade e não certamente daqui a seis anos".

Finalmente Governo fala com CNA

Nesse mesmo dia, ocorreria um facto importante para a vida da CNA: pela primeira vez em muito tempo um membro do Governo dialogava com dirigentes da Confederação que há anos representa grande número de pequenos e médios agricultores portugueses. Poderá este ser um passo para

como disse, à agência LUSA, Armando Carvalho, da direcção da CNA.

Segundo um comunicado divulgado pela CNA no local, a estratégia da Parmalat e de outras multinacionais, "que estão ao assalto da produção e do mercado nacionais do leite e dos laticínios, visa arruinar o sector cooperativo leiteiro, a indústria nacional e dezenas de milhares de produtores".

"Depois, quando ficarem sozinhas no terreno, virão



Agricultores estiveram em Pampilhosa do Botão para deter um comboio carregado com leite estrangeiro

"Da próxima vez não informemos a imprensa e despejamos o comboio da fruta, do vinho, ou de outros produtos importados", clamou Joaquim Casimiro, dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), perante os agricultores e acorreram à estação para impedir o comboio que se preparava para transportar cerca de 700 toneladas de leite francês importado pela multinacional italiana Parmalat, que distribui em Portugal com o apoio da CAP - a

Conferência dos Baldios Compartes com querer indomável

Os povos dos baldios "com a esperança e um querer indomável, continuar a luta pelo que é seu e representa um património do povo português: a liberdade, a democracia, o direito a participar e a gerir o que lhes pertence". Uma afirmação que consta da resolução aprovada na III Conferência Nacional dos Baldios que no domingo se realizou na faculdade de Economia do Porto, com o apoio da CNA e promovida pelo Secretariado de Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro e pelo Secretariado de Baldios de Viseu.

Na reunião referiu-se várias vezes a lei aprovada pelo PSD, PS e PS-PP, o ano passado, contra a vontade dos compartes e que hoje eles receiam, pois ela abre a porta à devassa dos baldios por parte das multinacionais das celulosas e da grande indústria do imobiliário, entre outros.

A conferência teve a participação de Américo Mendes, Carlos Cabral, Coelho Pires, Fernando Oliveira Baptista, Jaime Gralheiro, Nicole Vareta, Virgílio Alves, Armando Carvalho, Manuel Rodrigues, Joaquim Casimiro e do padre Lourenço Fontes. Álvaro Cunhal participou como convidado especial e enviou uma saudação que publicamos na íntegra.

Melhorar o aproveitamento dos recursos e potencialidades dos baldios, respeitar as atribuições e as competências dos seus órgãos, aplicar a legislação que reforça a posse dos baldios pelos povos, reclamar o apoio económico e técnico para o seu desenvolvimento e apoiar e desenvolver as explorações agrícolas familiares bem como o mundo rural no seu todo são os principais anseios dos compartes manifestados durante esta conferência.

Saudação de A. Cunhal à III Conferência dos Baldios

A luta dos povos em defesa dos seus direitos históricos de posse, uso, fruição e administração dos baldios é uma luta que vem de há muitos anos. É uma luta não apenas dos pais, mas também dos avós e dos bisavós daqueles que participam nesta Conferência.

A ditadura fascista, que tiranizou Portugal durante quase meio século, desencadeou numerosas ofensivas para roubar os baldios aos povos. Conseguiu aqui e além esbulhar parcelas aos baldios para as entregar aos ricos locais. Conseguiu em alguns pontos do país liquidar importantes baldios. Criou grandes obstáculos ao uso, fruição e administração dos baldios pelos povos.

Os povos não se vergaram porém à violência da ditadura para os esbulhar dos seus justos e históricos direitos. Ao longo desses anos, a luta dos povos na defesa dos direitos aos baldios foi uma luta persistente, corajosa e muitas vezes heróica.

Essa luta foi premiada pela revolução de Abril com o reconhecimento do inalienável direito dos povos aos baldios e com a efectiva recuperação dos baldios pelos povos. Com a liberdade conquistada pela revolução de Abril formaram-se centenas de Comissões de Compartes e de Conselhos Directivos dos Baldios e foi finalmente aprovada a histórica Lei dos Baldios publicada em 1976.

As forças reaccionárias não se deram porém por vencidas. Sucessivos governos desencadearam processos de liquidação das grandes conquistas da revolução de Abril e entre essas conquistas o reconhecimento do direito dos povos aos baldios.

Com o objectivo de esbulhar os povos dos seus direitos, foram feitas nestes anos na Assembleia da República 16 tentativas para alterar radicalmente a Lei dos Baldios de 1976. Essas tentativas fracassaram, umas atrás das outras graças à luta dos povos. Mas finalmente, em 1993 conseguiram aprovar uma nova lei (68/93) que, como foi sublinhado na vossa Conferência contém disposições que, a não haver vigilância e resistência constantes podem abrir caminho ao esbulho de baldios pelas transnacionais das celulosas e do imobiliário, e podem conduzir mesmo, a pretexto do que é designado como "utilização precária", "abandono", e "cessação da exploração", - à expropriação e à extinção de baldios.

Nesta vossa III Conferência foi uma vez mais referido quais os partidos que elaboraram e aprovaram essa lei. Sabeis também que o Partido Comunista votou contra.

São perigos reais, contra os quais é necessário estar prevenido para que não sejam concretizados.

Os povos têm mostrado porém com a sua unidade, a sua luta e a sua organização que estão em condições (como esta vossa III Conferência bem o mostra) de impedir que tais ameaças se concretizem.

O facto de actualmente existirem ainda cerca de 400 mil hectares de terras baldias, o número elevado de Comissões e Assembleias de Compartes e de Conselhos Directivos, a determinação de luta em defesa das suas terras, as vossas propostas de uma política de aproveitamento e desenvolvimento dos baldios como se propõe na vossa III Conferência - "Desenvolver os baldios e defender o mundo rural" - mostram bem que valeu e vale a pena lutar e que também agora, com unidade, determinação e organização, os povos estão em condições de alcançar os seus objectivos.

Para terminar, agradeço à Organização da III Conferência Nacional dos Baldios o convite para participar nos trabalhos. Foi uma magnífica Conferência. Nestas horas aprendi muito convosco.

Transmitindo-vos as saudações do Partido Comunista Português, felicito-vos pela realização da III Conferência e pelo grande valor das intervenções dos participantes e das conclusões.

A vossa III Conferência confirma as razões razões para confiar em que serão criadas cada vez mais Assembleias e Comissões de Compartes e Conselhos Directivos dos Baldios. Que os povos continuarão defendendo com determinação e coragem os seus justos direitos.

Podeis contar com o apoio do PCP e dos seus militantes para que os objectivos definidos na Resolução desta vossa III Conferência sejam alcançados.

Nomeadamente

- melhorar o aproveitamento dos recursos e potencialidades dos baldios, - respeitar as atribuições e competências dos órgãos dos baldios, - reforçar a posse e a administração directa dos baldios pelos povos, - reclamar apoio económico e técnico para o desenvolvimento dos baldios, - e desenvolver e apoiar as explorações agrícolas familiares.

Hoje como sempre no passado, antes e depois do 25 de Abril, nas horas boas e nas horas más, os povos podem contar com o activo apoio do Partido Comunista Português na defesa dos seus direitos históricos à posse, uso, fruição e administração dos baldios. Estivemos sempre, estamos hoje e estaremos sempre ao vosso lado no vosso justo combate.

Viva a luta dos compartes para assegurar os justos direitos dos povos aos baldios!

Unidos venceréis!

Viva a III Conferência Nacional dos Baldios!

Pesca do arrasto

Forças de mar alto obrigam Governo a aportar ao diálogo

Após uma reunião, segunda-feira passada, de quase quatro horas entre representantes dos pescadores portugueses e o ministro do Mar, Azevedo Soares, mais de uma semana de luta dos primeiros chega ao fim. Os pescadores conseguiram a promessa do Governo de atender a uma das suas exigências: a fiscalização apertada à entrada de peixe no nosso país e o reforço da inspecção higieno-sanitária. Um acordo sobre o cumprimento dos horários estipulados para as lotas acrescenta-se ao lote de compromissos governamentais. Durante um mês, o Sindicato Livre dos Pescadores, finalmente reconhecido governamentalmente como parceiro de diálogo, aguardará que estas e outras medidas acordadas, algumas delas não divulgadas publicamente, se apliquem. Se não resultarem, a luta da pesca do arrasto promete regressar às docas.

A luta dos pescadores começou na semana passada, domingo à noite, com a realização de diversas reuniões que resultaram numa primeira movimentação em Matosinhos, na terça-feira, quan-

do aconteceu a primeira intercepção de diversas carrinhas com peixe proveniente da Galiza. Os homens do mar de Portugal despejaram para a estrada quilos de pescado, quase todo carapau - algum em mau estado ou menor do que os próprios portugueses são obrigados a deitar fora - em protesto pelos preços mais baixos praticados pelos colegas espanhóis e contra o que consideram ser "concorrência desleal" praticada com estas importações. Os pescadores, em greve desde a sua primeira reunião no domingo, exigiam restrições à importação de pescado (o que não conseguiriam de forma directa na reunião com o ministro, por força dos acordos comunitários), o controlo higieno-sanitário do peixe estrangeiro nas fronteiras e a sua entrada nas lotas à mesma hora do peixe português, bem como a sua comercialização aos preços praticados em Portugal (este último ponto parece também não ter sido atendido por Azevedo Soares).

Nesse mesmo dia, cerca de 20 pescadores portugueses impediram a passagem de carrinhas, tendo espalhado no chão todo o peixe transportado, levando ao corte de trânsito durante algumas horas em artérias de Matosinhos.

Peixe trocado nas ruas

Já em Lisboa, na quarta-feira à noite e madrugada dentro, os pescadores cortaram o acesso à Docapesca, em Algés, aos camiões que transportam peixe importado de Espanha. Protestos semelhantes ocorreram em Matosinhos e em Aveiro. Para além de impedir as descargas de peixe espanhol, os pescadores em pro-

testo pretendiam "exigir do governo um preço mínimo do pescado de forma a que o peixe espanhol, que paga menos impostos, esteja em condições de igual para igual com o peixe portu-

gês", diria à LUSA um dirigente sindical.

Depois de um rotundo "não tenho nada que recebê-los", o ministro do Mar aceitou o diálogo com os pescadores do arrasto.

gês", diria à LUSA um dirigente sindical.

A luta entraria em crescendo na madrugada seguinte, quando os pescadores portugueses impediram a entrada na doca de Pedrouços, Lisboa, de oito camiões com peixe espanhol. Nesse dia, o bloqueio das lotas abrangeu, durante a noite, as docas de Aveiro, Figueira da Foz e Matosinhos. Na estrada alguns camiões espanhóis transferiam a sua carga para carrinhas de matrícula portuguesa pertencentes a intermediários, tendo sido encontrado peixe dessa proveniência a ser transacionado em Almada.

Entretanto, o Grupo Fiscal do Porto apreendeu nessa quinta-feira à noite no Porto de Leixões dois camiões por suspeita de participação em transacções ilegais de peixe espanhol, tendo um terceiro veículo fugido aparatosamente. Na sua fuga, este camião, de matrícula portuguesa, destruiu parte do muro da entrada do porto de Leixões e quase atropelou um homem que passava no local, ferindo-o num braço.

A luta só seria suspensa quando o ministro do Mar, Azevedo Soares, recebesse uma comissão de pescadores, criada num plenário efectuado na véspera em Matosinhos. O referido ministro

dizia, a vários órgãos de comunicação social, não ter "nada que receber" os pescadores. Azevedo Soares sublinhou mesmo "não ver razões para dialogar com os pescadores" já que a actual situa-

ção do mercado decorre do facto de Portugal fazer parte da Comunidade, onde os produtos circulam livremente.

O ministro acrescentou que existia "uma situação anormal por parte dos pescadores de barcos de arrasto que não têm saído para a pesca e que têm promovido a desordem no sentido de impedir a circulação de peixe vindo de Espanha", e anunciou mesmo que falara com o ministro da Administração Interna, para este tomar medidas que repusessem a alegada ordem perturbada.

Azevedo Soares disse também que os armadores não estavam a apoiar esta acção das suas tripulações, o que os acontecimentos vieram a desmentir.

O presidente do Sindicato dos Pescadores, Joaquim Piló, considerou esta resposta do ministro como "arrogante" e admitiu que ela podia "provocar uma luta a nível nacional".

Uma arrogância inicial que, talvez à luz da experiência recente de outros ministros com os acontecimentos ocorridos na Ponte 25 de Abril, acabaria por ser modificada. Foi quando o ministro do Mar obrigou o seu assessor de imprensa a dizer que a indisponibilidade anteriormente manifestada se devia, apenas, ao facto de

até à altura dessas declarações não ter ainda recebido qualquer pedido oficial de audiência entregue pelos pescadores. Tal só teria acontecido na tarde de quinta-feira declarando-se então o ministro disponível para ouvir os representantes dos pescadores mas só depois de sexta-feira, pois Azevedo Soares estaria todo o dia em Peniche. A reunião acabaria por se concretizar segunda-feira passada.

Ceder à pressão

Num plenário realizado faz hoje oito dias no Porto de Pesca da Figueira da Foz, foi aprovada uma moção, por unanimidade e aclamação, que dava um prazo de 24 horas ao governante para proporcionar um encontro com uma representação da classe. Caso Azevedo Soares persistisse na recusa ao diálogo, os pescadores realizariam uma concentração em Lisboa, para reforçar as suas reivindicações e pressionar o Governo a considerá-las.

Ao apresentar a proposta, o presidente do Sindicato defendeu que esta contestação deveria também ser assumida pelos armadores, convidando-os a que fizessem deslocar os seus barcos para a capital, com as respectivas tripulações, para participar numa concentração, então prevista para segunda-feira.

Os grevistas deram um prazo de oito dias para que o Ministro do Mar, Azevedo Soares, os receber e encontrar soluções para o problema, sob pena de "encetarem formas de luta mais radicais". A resposta veio célere e na segunda-feira os ânimos, para já, foram acalmados.

Outra vez o SIS?

Dois homens identificados pelos pescadores como membros das forças de segurança foram quinta-feira à tarde impedidos de assistir ao plenário nacional da classe que se realizou na Figueira da Foz.

Antes do início dos trabalhos, em que participaram três centenas de pescadores, os dois indivíduos recusaram identificar-se e foram aconselhados a manterem-se afastados da área onde decorreu a reunião, no Porto de Pesca da cidade.

Dezenas de trabalhadores manifestaram o seu desagrado pela presença dos dois "estranhos", que trajavam à civil, e asseguraram que os conheciam da Figueira da Foz, acusando-os de pertencer à Polícia Judiciária.

Lembrando o 25 de Abril de 1974, os pescadores alegaram que "o tempo da PIDE já acabou" e insistiram na advertência de que a permanência de estranhos na reunião não seria permitida.

Pouco depois, no interior das instalações, o presidente do Sindicato Livre dos Pescadores e Afins, Joaquim Piló, que é também membro do Conselho Nacional da CGTP, exortou os pescadores a expulsar da sala "presumíveis elementos da polícia política ou SIS".

"Se alguém desconfiar da sua presença é denunciar isso - pô-los na rua - pois esta reunião não é do seu interesse", disse o sindicalista, citado pela LUSA.

Estruturas sindicais apoiam pescadores

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, através da Delegação de Aveiro, reclamou uma resposta positiva do Governo às "justas reivindicações dos pescadores" num comunicado onde a estrutura diz repudiar a "posição de intransigência e fuga ao diálogo do ministro do Mar" e exigiu a adopção de medidas "que ponham termo à actual política de destruição das pescas portuguesas".

"Consideramos inadmissível que os pescadores portugueses sejam proibidos de pescar carapau com menos de 15 centímetros, e que a mesma proibição não se coloque aos espanhóis que pescam indiscriminadamente nas nossas águas e depois o fazem chegar às lotas nacionais", diz a nota.

Para a delegação de Aveiro,

esta situação configura uma situação de "concorrência desleal" com o pescado das embarcações portuguesas, "sem que se garantam as condições higieno-sanitárias ou qualquer fiscalização".

Ao expressar solidariedade e apoio aos pescadores em luta, a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca exigiu que fosse aplicado imediatamente o acordo que prevê a diminuição, em 1995, da medida do carapau para 12 centímetros.

"Rigorosa fiscalização higieno-sanitária do peixe espanhol, fixação de preços de venda equivalentes aos praticados nas lotas nacionais, garantia de preço mínimo para o pescado das embarcações portuguesas e medidas que garantam o escoamento do pescado português em

primeiro lugar" são outras exigências expressas pela Federação nesse comunicado.

A CGTP também emitiu um comunicado para se solidarizar com esta luta, onde considera que o sector das pescas "vive uma situação grave" e que os fundos comunitários "não contribuíram para renovar a frota pesqueira".

A CGTP considera que a situação de "inferioridade concorrencial" em relação aos pescadores espanhóis resulta da falta de uma "fiscalização eficaz" da parte do Governo português.

"O Governo tem de assegurar um preço mínimo de garantia para o pescado nacional e de instituir uma margem de lucro para os intermediários, no sentido de regularizar o preço final ao consumidor", defende no mesmo comunicado.

PCP solidário com luta nas docas Adesão à comunidade não é desculpa!

Para além de iniciativas na Assembleia da República - que damos notícia nas páginas dedicadas ao Parlamento desta edição do «Avante!» - o PCP solidarizou-se com a luta dos pescadores através de tomadas de posição de diversas estruturas.

No dia sete de Julho, o Gabinete de Imprensa distribuía uma nota à comunicação social onde se diz que «estas acções de protesto vêm mais uma vez confirmar o profundo descontentamento que se vive no país e que o primeiro-ministro teima em ignorar». Por outro lado, o PCP considera que «a gravidade da situação que se vive nas pescas é o resultado de uma política que tem levado à destruição do sector, incluindo o enfraquecimento da capacidades das pescas portuguesas face à concorrência externa».

«O Governo não pode escudar-se na argumentação de que Portugal faz parte da Comunidade e no direito à livre circulação de mercadorias, esquecendo-se que o que está em causa é a defesa de um importante sector da economia nacional, que exige uma política

capaz de assegurar a renovação da frota pesqueira e as condições necessárias à sua sobrevivência», diz a nota que conclui: «o PCP reclama que o Governo dialogue com os lesados desta política, com vista a serem encontradas as respostas para as suas justas reivindicações».

A Comissão Concelhia do PCP de Matosinhos, por seu lado, além de manifestar a sua solidariedade com os pescadores levou, através dos seus eleitos na Assembleia Municipal, uma moção sobre a situação, apreciada na reunião de segunda-feira passada daquele órgão autárquico.

Também a DORAveiro do Partido tomou posição semelhante num comunicado onde se diz que também «é bom lembrar que o PS e o CDS têm graves culpas no cartório em relação ao que se está a passar, dado que juntamente com o PSD são responsáveis pelo mau negócio da adesão à Comunidade em matéria de pescas e os seus deputados têm apoiado no Parlamento Europeu as políticas comunitárias que estão a liquidar o sector pesqueiro nacional».



Festa solidária com Cuba

Uma bonita festa que reuniu destacados artistas portugueses num acto de solidariedade contra o bloqueio impostos pelos Estados Unidos a Cuba realizou-se na noite de quarta-feira passada no Teatro São Luís, em Lisboa.

Um dos participantes foi o cantor Luis Represas, que gravou recentemente em Cuba um disco com Pablo Milanés.

Quadrilha, Meninos d'Avó, João Paulo Esteves da Silva e Zé Salgueiro, Helena Viera, Jorge Palma, Luísa Basto, Manuel Freire e Janita Salomé fizeram a restante música portuguesa deste espectáculo que incluiu a participação de um grupo cubano. Também teatro e poesia foram proporcionados por André Gago, Joaquim Nicolau, Fernanda Lapa, Maria do Céu Guerra, Mário Viegas, Morais e Castro e Norberto Barroca, tudo isto sob a direcção de Hélder Costa e Morais e Castro, com este último a apresentar e a coordenar o espectáculo com Maria do Céu Guerra.

O espectáculo foi promovido pela Comissão Nacional Contra o Bloqueio e a ele foram enviadas várias mensagens de solidariedade com o povo de Cuba remetidas por autarcas, sindicalistas, artistas e intelectuais portugueses, como foi o caso do vereador Rui Godinho. Nomes que se juntaram assim aos nomes integrantes da Comis-

são Nacional desta Comissão, que integra nomes destacados de praticamente todo o espectro político, social e cultural português. José Saramago, Vasco Gonçalves, António Sousa Lara, Mário Tomé, António Arnaut, Carlos Brito são algumas das mais de cem personalidades pertencentes a esta Comissão.

Reclamando o levantamento do bloqueio a Cuba, "que atinge e fere toda a Humanidade", no espectáculo foi recordado que já há 34 anos que a ilha está sujeita a este isolamento económico.

Cuba comemorou em Janeiro 35 anos sobre a data em que Fidel Castro entrou vitorioso em Havana, acabando com 25 meses de guerrilha nacionalista derrubando o ditador pró-norte-americano Fulgêncio Baptista, levando o país para a via socialista.

O parlamento europeu tem pressionado Washington a abandonar o bloqueio contra Cuba e a lei Torricelli, que visa levar os países aliados a aderirem ao bloqueio contra a ilha.

Cuba perdeu em 1990 cerca de 75 por cento da capacidade de aquisição no estrangeiro e vê-se obrigada a aplicar uma difícil política de racionamento.

Os Estados Unidos cortaram relações diplomáticas com Havana em 3 de Janeiro de 1961.

Pelo Alentejo

Não às mentiras e calúnias de Cavaco Silva

Ao longo dos anos, apesar das naturais divergências políticas, os autarcas eleitos pela CDU nunca confundiram a sua militância partidária com a representação institucional legitimada nas urnas por sufrágio directo e universal.

Infelizmente o mesmo não se pode dizer do Governo que, ignorando os seus deveres institucionais nas relações com o Poder Local democrático, tem pautado a sua intervenção por uma crescente arrogância, prepotência, falta de diálogo e discriminação para com as autarquias que não são da cor partidária da maioria governamental.

Trata-se de uma postura inaceitável num Estado de direito democrático, que energeticamente condenamos e repudiamos.

O discurso de Cavaco Silva na Assembleia da República, no passado dia 6 de Julho, é paradigmático desta situação.

As acusações mentirosas e os insultos inqualificáveis dirigidos aos autarcas pelo Primeiro-Ministro na Assembleia da República e transmitidas para todo o País pelos meios de Comunicação Social, a pretexto da gravíssima situação económica e social que se vive no Alentejo, pondo a nu o desespero de Cavaco Silva perante os resultados ruinosos da sua política revelam entretanto a falta de princípios éticos e políticos do chefe do Governo e a sua vontade de acentuar a guerra surda que o Governo vem desenvolvendo contra o Poder Local e as gentes do Alentejo.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe que o drama que se vive no Alentejo de desertificação, envelhecimento e desemprego, encontramos-o, infelizmente, em todo o interior do país de Castelo Branco a Bragança e situações de carência extrema há no Algarve ao Minho, de Trás-os-Montes aos Açores, de Lisboa ao Porto.

Responsável pela liquidação violenta e à margem da própria lei de mais de 50 mil postos de trabalho na agricultura, com a liquidação das Cooperativas da Reforma Agrária, o Primeiro-Ministro devia ter vergonha quando diz às autarquias que «os empregos não se

criam por decreto». Cavaco Silva ao responsabilizar as autarquias por uma situação que resulta, como muito bem sabe, exclusivamente da política do Governo e do facto de não ter em conta as repetidas propostas do Poder Local e outras organizações do Alentejo põe em evidência a sua falta de escrúpulos, a sua hipocrisia e desonestidade política.

Desafiamos o Senhor Primeiro-Ministro a vir proferir à zona da margem esquerda, frente aos autarcas e às populações, os insultos e as mentiras que proferiu impunemente na Assembleia da República no passado dia 6 de Julho.

Os comunistas e outros democratas da CDU, reunidos em Beja a 7 de Julho de 1994, reafirmando a sua disposição para na sua qualidade de eleitos, prosseguirem o diálogo sério e responsável para encontrar os caminhos necessários ao desenvolvimento do Alentejo e ao bem-estar das suas gentes manifestam desde já a sua indisponibilidade para dar cobertura às manobras propagandistas do Governo recusando a sua participação em iniciativas que não tenham como fim alcançar os objectivos acima definidos.

Assim, e como forma de protesto e repúdio pelas declarações do Primeiro-Ministro, os eleitos Comunistas e outros Democratas da CDU recusam frontalmente a sua participação na inauguração da Sede da C.C.R.A., manifestam a sua solidariedade para com os desempregados e aproveitam a oportunidade para chamar à atenção da opinião pública para as ridículas verbas consagradas no P.D.R. para o Alentejo e para a persistência da maioria do PSD no Governo em não criar e instituir as regiões administrativas à revelia do estipulado na Constituição da República.

Pela Regionalização e o Desenvolvimento do Alentejo. Contra o desemprego, o envelhecimento e a desertificação.

Beja, 7 de Julho de 1994

Os Eleitos Comunistas e outros Democratas da CDU

Mais uma vez, Alta Autoridade confirma: PCP tem razão de queixa da RTP

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) deu razão ao PCP numa queixa apresentada pelo Partido contra a RTP, em deliberação aprovada por unanimidade pelos membros daquele organismo. A queixa referia-se a uma peça incluída no TV2 Jornal na emissão de 25 de Abril passado, onde se transmitia uma crónica do correspondente da RTP em Moscovo que incluía declarações de um dirigente da ex-URSS a dizer que pretensos "militares portugueses" lhe teriam formulado um hipotético pedido de envio de uma esquadra soviética para as costas portuguesas. A peça foi antecedida pela leitura de um texto introdutório no qual a apresentadora, Márcia Rodrigues, afirmou: "O PCP chegou mesmo a pedir a Moscovo que enviasse uma esquadra para as águas portuguesas e a União Soviética respondeu através de um homem que o Carlos Fino hoje entrevistou."

Nas conclusões da sua deliberação, a AACS considera que ao transmitir tal peça, a RTP não respeitou "elementos essenciais do acto de informar, nomeadamente

por substituir informação por opinião, por não ter assegurado a audição do partido por ela visado e por produzir afirmações que não estão alicerçadas nos factos

que lhe servem de suporte, uma vez que o PCP não foi citado pelas fontes referidas na notícia".

Diga-se, a este propósito, que o Director de Informação da RTP, em resposta à queixa do PCP, enviou à AACS um texto onde afirma que o contexto da peça se inseria numa pretensa "análise histórica da actuação do PCP em Portugal durante o denominado Verão Quente", o que a AACS considera ser ambição que "não é compreensível" pois "no âmbito de um serviço noticioso e nos limites temporais que a ele são inerentes" não é possível cumprir um "projecto que implica o concurso de personalidades com diferente formação e a existência de condições materiais mínimas para que, sobre tal tema, se cruzem e se revele a diversidade de olhares e leituras interpretativas da história contemporânea portuguesa".

Por outro lado, a afirmação lida pela apresentadora do Telegiornal nem sequer teve o apoio daquilo que viu ou ouviu na reportagem. Nota a AACS que os depoimentos ali inseridos "não fazem qualquer referência específica" ao PCP, "uma vez que num caso se alude a contactos com militares e, noutro, às dificuldades de acesso aos arquivos históricos da ex-União Soviética".

Mas a Alta Autoridade vai mais longe: "Mesmo que essa referência tivesse sido feita, tal facto não autorizava o tratamento jornalístico dado aos dois depoimentos, quer pelo correspondente da RTP em Moscovo, quer pelos serviços informativos da redacção do telegiornal, uma vez que se limitariam a constituir tomadas de posição circunscritas e parcelares sobre uma realidade complexa cujo conhecimento aprofundado exigiria um esforço

de investigação jornalística que, manifestamente, não foi feito".

A RTP alega que só "íntimos" ou pessoas de "confiança" portanto, na sua pretensa lógica, "militantes do PCP", poderiam formular semelhante pedido ao referido dirigente soviético enviado em 1975 a Portugal.

A AACS não concorda e, dadas as reservas levantadas pelo PCP quanto ao rigor das declarações transmitidas, cita uma entrevista publicada dois dias antes no «Público» (feita aliás pelo correspondente deste jornal - José Milhazes - que na RTP teceu comentários posteriores à transmissão da reportagem do dia 25 de Abril) com a mesma personalidade soviética, - Vadim Zagladine - onde esta afirma que em Lisboa encontrou-se "não só com comunistas, mas com socialistas, sindicalistas, militares", adiantando que "num encontro informal" um

militar português cujo nome não recorda, o terá interrogado sobre a eventualidade da deslocação da esquadra soviética para o litoral português, "episódio que, a ser verdadeiro, não coincide com a versão dada pelo correspondente em Moscovo da RTP nem autoriza, por si só, a que por ele se responsabilize" o PCP.

A Alta Autoridade considera que se deveria ter exercido o direito de resposta para permitir ao PCP a defesa "do seu bom nome e reputação", que a difusão da peça poderá "eventualmente, causar prejuízo à imagem do partido queixoso, tendo especialmente em conta o significado da data em que foi difundida e o facto ter ocorrido num período pré-eleitoral" e que a apreciação de eventual existência de crime de imprensa "é da exclusiva responsabilidade dos tribunais judiciais", não tomando a AACS qualquer iniciativa nesse sentido.

JOVENS DESTACAM-SE NA RODOVIÁRIA ST

Na greve de 4 e 5 de Julho, os trabalhadores mais jovens da Rodoviária Sul do Tejo participaram de forma «abnegada e irreverente», «engrossando substancialmente com as suas presenças nos locais de trabalho os piquetes de greve e emprestando assim uma maior dinâmica ao protesto colectivo», afirma a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul. Sexta-feira, numa reunião com a comissão sindical da empresa, «foi exaltada a elevada adesão à greve e a forma determinada, consciente e coerente como os trabalhadores estão a defender as suas justas reivindicações», refere uma nota de imprensa. Neste documento sublinha-se que «importa agora dar continuidade à luta» e revela-se que foi aprovado «um conjunto de acções a levar à prática já nos próximos dias». Os trabalhadores da RST exigem melhores salários, protestando por a empresa, que teve lucros superiores a 2 milhões de contos nos últimos 3 anos, praticar os salários mais baixos do sector. Um motorista, por exemplo, tem um salário-base ílquido de 76 015 escudos.

AUMENTOS NA VIAÇÃO

A Direcção-Geral de Viação aplicou aumentos de mais de 500 por cento às taxas que cobra pelos serviços ao público. A medida do Governo foi denunciada na semana passada pela federação sindical da Função Pública, que manifestou o seu repúdio e condenação por este aumento «brutal». A FNSFP cita o exemplo da substituição das cartas de condução, cuja taxa passou de 400 para 3 mil escudos, e lembra que «a tempo e horas» os sindicatos alertaram para as intenções do Governo de esvaziar de funções a DGV e para os custos que daí decorreriam. «O desmantelamento e privatização da DGV trará incalculáveis prejuízos para os trabalhadores e para os utentes», reafirma a federação.

NA TELECOM NÃO PODE HAVER DESPEDIMENTOS

Luís Todo-Bom reconheceu que não pode haver despedimentos nas telecomunicações. O Sintel, que ouviu de viva voz as palavras do presidente da Portugal Telecom, durante uma reunião na semana passada, considera que elas vêm confirmar o que o sindicato tem dito: «as ameaças de despedimento, sendo ilegais e sem fundamento, tiveram apenas o objectivo de intimidar os trabalhadores para os levar a abdicar de direitos e regalias». Num comunicado que distribuiu, dando conta dos resultados da reunião de dia 4 com Todo-Bom, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações acusa o responsável máximo da empresa (recentemente criada, com a fusão dos TLP, Telecom e TDP) de não responder às preocupações dos trabalhadores e de ter demonstrado «desconhecimento e também, veladamente, o seu autoritarismo». O Sintel exige a abertura de negociações para actualização do acordo de empresa, reclamando uma revisão salarial com efeitos a 1 de Agosto e a compatibilização dos diferentes acordos anteriores (que vigoravam em cada empresa antes da fusão) sem perda de direitos.

A MURRO E PONTAPÉ

Um dirigente e um delegado do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte foram agredidos segunda-feira a murro e pontapé por «meia dúzia de pessoas instigadas pelo gerente da Electro Leverense», revelou o STIEN, adiantando que os sindicalistas procuravam contactar os trabalhadores à saída da empresa. O sindicato acusa o referido gerente de se recusar a cumprir o contrato colectivo aplicável à empresa.

EUROSOL ESPERA JUSTIÇA

Américo Rita, chefe de *snack* do Hotel Eurosol, com 26 anos de casa, é dirigente sindical e «sempre pautou a sua actuação no sentido da empresa respeitar o contrato colectivo de trabalho», refere o sindicato da Hotelaria do Centro numa nota de dia 11, citando como exemplo o direito a alimentação em espécie (três refeições diárias). Agora, o patrão instaurou-lhe um processo disciplinar e despediu-o. O sindicato conta como foi: «O senhor Eduardo Santiago humilha os trabalhadores e exerce uma acção psicológica que os leva ao medo, actua como se o escravagismo, o feudalismo ou o fascismo existissem na sociedade portuguesa. Alegou que o *snack* iria fechar e não colocou o chefe de *snack* no restaurante, mas sim a fazer limpeza, dizendo-lhe que era apenas por uns dias. Passando alguns dias, o trabalhador quis regressar às suas funções na sua secção. Foi-lhe instaurado um processo disciplinar, sendo a conclusão o seu despedimento.» Depois de recorrerem ao tribunal, o trabalhador e o sindicato mostram-se «certos de que a justiça há-de vencer».

100 MULHERES SEM EMPREGO

No concelho de Guimarães, 120 trabalhadores, mulheres na sua maioria, da Conde - Malhas e Confecções foram na semana passada atirados para o desemprego. A assembleia de credores decidiu a falência da empresa no dia 5, para o que terão contribuído «os fortes interesses em jogo e o tratamento desigual entre credores», afirma o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, que critica a administração por «incapacidade de gestão» e o Governo por «complacência, permitindo a acumulação de dívidas ao Estado».



A CGTP continua a bater-se em defesa da Segurança Social, para onde os trabalhadores pagam milhões e milhões de contos

Sindicatos alertam opinião pública É preciso melhorar a Segurança Social

Exigir medidas para combater a descapitalização da Segurança Social e recusar a entrega das áreas mais rentáveis (caso das reformas) às seguradoras privadas foram os objectivos principais de uma iniciativa da União dos Sindicatos de Lisboa e da CGTP-IN, na passada quinta-feira.

No «dia de esclarecimento sobre a situação da Segurança Social» dirigentes daquelas estruturas, entre os quais o coordenador da central, distribuíram mais de 50 mil folhetos à população em vários locais da capital e deram uma conferência de imprensa frente ao Centro Nacional de Pensões.

«Os trabalhadores, ao exigirem o direito à Segurança Social e a melhores pensões e prestações sociais, apenas estão a reivindicar aquilo que é seu», afirma-se no folheto da CGTP, pois «todos os meses pagam milhões e milhões de contos para precaverem o dia de amanhã, isto é, para terem direito a uma protecção social digna na velhice, na invalidez, no desemprego e na doença».

Quanto ao Estado, ele «limita-se a ser o administrador do dinheiro que todos nós pagamos» e «a sua obrigação é geri-lo bem e utilizá-lo para o fim para que o pagamos ou descontamos». Só que uma coisa são as obrigações e outra, completamente diferente, é a prática do Governo.

Embora fale muito na crise da Segurança Social e nos perigos do aumento das despesas, o executivo do PSD não ataca os grandes males e tem-se limitado a reduzir direitos dos beneficiários.

Assim, recorda a CGTP, o *papão* da crise já serviu para:

- limitar o acesso aos subsídios de desemprego e de doença
- aumentar em 3 anos a idade de reforma das mulheres
- agravar a forma de cálculo das pensões de velhice e invalidez
- aumentar, este ano, em apenas 120 escudos por mês e só a partir de Junho, o valor do abono de família, enquanto outras prestações sociais (como os subsídios de aleitação, de

casamento, de nascimento, de funeral e para crianças e jovens deficientes) se mantêm sem qualquer actualização.

«Quem está por detrás dos ataques e da pressão de que a Segurança Social está a ser alvo

são as seguradoras que pretendem retirar do sistema público de protecção social as áreas mais rentáveis, especialmente, as reformas por velhice», acusa a *Inter*. Mas «os chamados sistemas complementares que existem nas grandes empresas estão, já hoje, a ser postos em causa», pois «muitas delas ou querem acabar com eles ou limitar os direitos inicialmente reconhecidos».

«Sol de pouca dura» foram também os benefícios fiscais que serviram para incentivar a subscrição de planos poupança-reforma (PPR), lembra a CGTP, verificando que «quatro anos depois, esses benefícios encontram-se bastante reduzidos». «Quer dizer, só se mantêm enquanto se tratar de vender o *produto* e alargar o mercado», conclui-se no folheto, sublinhando que «deixarmos a nossa segurança na velhice nas mãos dos privados não é seguro» e que «o nosso melhor seguro é a Segurança Social».

A SEGURANÇA SOCIAL É NECESSÁRIA A TODOS

É PRECISO MELHORÁ-LA E REFORÇÁ-LA

Os trabalhadores, ao exigirem o direito à Segurança Social e a melhores pensões e prestações sociais, apenas estão a reivindicar aquilo que é seu. Todos os meses, pagam milhões e milhões de contos para precaverem o dia de amanhã, isto é, para terem direito a uma protecção social digna na velhice, na invalidez, no desemprego e na doença.

O Estado limita-se a ser o administrador do dinheiro que todos nós pagamos.

A sua obrigação é geri-lo bem e utilizá-lo para o fim para que o pagamos ou descontamos.



A DELAPIDAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL NÃO PODE CONTINUAR

É crime não prevenir acidentes de trabalho

O Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, prometeu dia 30 de Junho a uma delegação da CGTP estar atento à questão dos acidentes de trabalho e à possibilidade de criminalização de certas condutas nesta área.

Joaquim Dionísio, dirigente da *Inter*, disse à agência Lusa, no final da audiência, que Cunha Rodrigues se mostrou receptivo às posições defendidas pela central sindical e prometeu que iria tomar medidas nesse sentido.

A CGTP defende que determinadas condutas na área dos acidentes de trabalho sejam criminalmente puníveis, à semelhança do que se passa na maioria dos países comunitários, frisou Joaquim Dionísio. Para o sindicalista, as empresas que não cumprem regras de segurança obrigatórias - o que provoca a morte de operários, como foi o caso do recente acidente no Aeroporto de Lisboa - têm uma conduta «tão criminosa como um indivíduo que conduz sob o efeito do álcool».

Referindo que o número de acidentes de trabalho tem vindo a aumentar em Portugal, Joa-

quim Dionísio defendeu que o Código Penal, em discussão, incluía um capítulo dedicado aos crimes laborais.

«O actual Código Penal já permite nalguns casos a criminalização, mas não há essa prática», lamentou, sublinhando que se trata de «um crime público» e que o Ministério Público «devia abrir um inquérito e apurar responsabilidades quando acontecem tais acidentes».

«Em 1993, registaram-se 862 mortes em Portugal devido a acidentes de trabalho. Isto representa quase 50 por cento do número de mortes em acidentes de viação, mas não lhes é dada a mesma atenção», acentuou. O Governo «tem também fortes responsabilidades na questão, sobretudo ao nível da prevenção e fiscalização», acusou o dirigente da CGTP-IN.

Recuo da administração confirma posição dos trabalhadores

Pode evitar-se na indústria naval o maior despedimento colectivo

Depois de uma série de acções dos trabalhadores da Lisnave e da Setenave/Solisnor, as administrações nomeadas pelo grupo Mello apresentaram uma proposta de «acordo interno» que, mais que não seja, tem o evidente mérito de reconhecer que é possível evitar o despedimento colectivo de mais de 3 mil pessoas nos estaleiros da Margueira, da Rocha e da Mitrena - o qual, a concretizar-se, seria o maior de sempre no País.

A persistência dos trabalhadores em defenderem os seus postos de trabalho, desmascarando os argumentos dos Mellos e do Governo e demonstrando que não há excesso de mão-de-obra nos estaleiros, foi determinante para o recuo.

A proposta patronal foi apresentada aos representantes dos

trabalhadores na semana passada, depois de várias paralisações, concentrações, desfiles, cortes de trânsito e outras acções realizadas desde o anúncio da intenção de despedimento colectivo.

Na passada quinta-feira, estiveram em greve, paralisando por completo a empresa, os traba-

lhadores da Lisnave, enquanto os da Setenave/Solisnor fizeram uma ampla distribuição de tarjetas à população de Setúbal e se concentraram junto ao Governo Civil. Na véspera, dia em que Cavaco Silva foi à AR falar do «estado da Nação», activistas sindicais e membros das CTs da Solisnor, da Lisnave, da ENI e da Lisnico concentraram-se junto ao palácio de São Bento para exigir a intervenção do Governo no sentido de evitar os despedimentos e o encerramento do estaleiro da Margueira, previsto na «reestruturação» dos Mellos e que mereceu o apoio (não só político, como monetário) do executivo laranja.

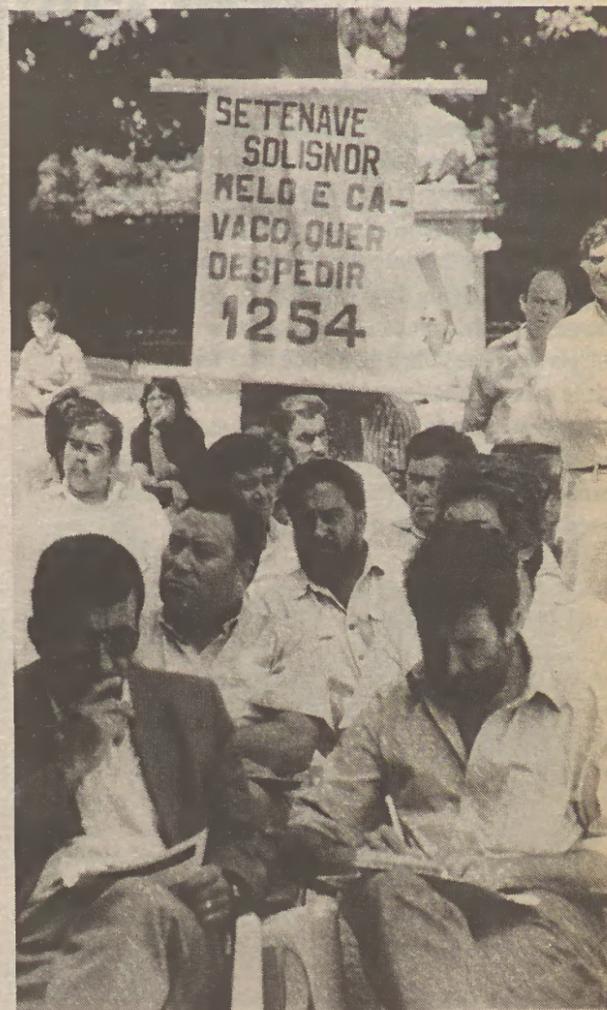
Forçados a recuar, os administradores de José Manuel de Mello querem, no entanto,

vender caro o abandono do despedimento colectivo.

Na sua proposta inicial de «acordo interno» para a Lisnave e a Solisnor, admitem que será possível evitar o despedimento colectivo; admitem que a evolução do mercado seja favorável; dizem que foram obtidos regimes especiais de protecção por parte das entidades oficiais. Mas semeiam por todos os parágrafos a ânsia de mandar trabalhadores embora, prometendo-lhes vagamente que, se constituírem empresas independentes, poderão voltar a trabalhar para a empresa. E querem deixar as portas abertas para «liberalizar» a exploração dos operários que se mantiverem nos quadros: propõem a redução do período normal de trabalho e, conseqüentemente, do salário, prometendo compensar a perda de remuneração com horas de formação profissional; adiantam uma actualização salarial de 4 por cento; e confessam que gostariam que o tempo de trabalho pudesse ir ao máximo de 10 horas diárias e 50 semanais.

A proposta tem sido objecto de duras negociações e, ao que apurámos até ao fecho da edição, as administrações terão cedido em alguns aspectos mais escandalosamente gravosos. No entanto, mantinham uma posição de verdadeira chantagem, ameaçando enviar hoje (último dia do prazo legal) as cartas a concretizar o despedimento colectivo caso não se chegasse, entretanto, a acordo.

As estruturas de trabalhadores, logo nas primeiras reacções à proposta de «acordo interno»,



Os representantes dos trabalhadores da indústria naval foram no dia 6 a São Bento, para pedir contas a Cavaco Silva sobre o «estado» do sector. Queriam saber, por exemplo, como é que o primeiro-ministro combate o desemprego, em declarações, quando na prática apoia despedimentos

consideraram que, uma vez que era abandonado o despedimento colectivo, ela poderia constituir um ponto de partida para uma negociação séria. Exigiam, no entanto, que fossem feitas correções para que um eventual acordo estivesse em conformidade com o contrato colectivo do sector e as leis gerais do trabalho, respeitando os direitos dos trabalhadores.

Reafirmando que não se justi-

fica a redução de pessoal, insistiam em que os actuais efectivos são insuficientes para o trabalho existente nos estaleiros. Os representantes dos trabalhadores reclamavam que o «acordo interno» ficasse sujeito a renegociações semestrais e que definisse claramente que não haveria perdas salariais e que fosse considerado como trabalho extraordinário aquele que ultrapasse as 8 horas diárias.

CGTP comenta «estado da Nação»

Cavaco continua longe

«O primeiro-ministro mostrou, mais uma vez, que o Governo se encontra distanciado dos problemas reais do País», afirma a CGTP num comentário ao discurso de Cavaco Silva sobre o «estado da Nação», proferido na semana passada na Assembleia da República.

A central «rejeita o estatuto de menoridade que o primeiro-ministro atribui aos sindicatos quando insinua que estes não são independentes dos partidos para decidir a sua postura em sede de Concertação». Para a Intersindical Nacional, Cavaco Silva «gostaria, decerto, que o movimento sindical fosse uma espécie de extensão dos TSD».

No parlamento, o chefe do Governo «deixou traír o seu pensamento em relação ao acordo a médio prazo, quanto situa o sucesso ou insucesso da negociação exclusivamente na parte sindical». Ou seja: «ao não se referir ao patronato, como se este nada contasse para o efeito, o primeiro-ministro denuncia o conluio de objectivos entre o Governo e o patronato». «Pelos vistos, para o primeiro-ministro a única questão em causa é a de conseguir, ou não, impor aos sindicatos as suas políticas económicas e sociais», comenta a CGTP.

Embora tenha retomado «a ridícula teoria do oásis português», Cavaco Silva «não consegue esconder a gravidade dos problemas do País: a quebra continuada da produção, a destuição do aparelho produtivo, o aumento crescente dos despedimentos e do desemprego, as carências gritantes de protecção social», afirma-se na nota distribuída dia 6.

Administração Local exige revisão salarial intercalar

«Todos ouvimos o Governo afirmar que a economia vai bem, que a inflação está nas condições previstas, que na Europa somos o país que melhor tem recuperado economicamente. Em contrapartida, o primeiro-ministro parece ter esquecido que no dia 21 de Março afirmou: «Se houver recuperação na economia portuguesa, admito uma revisão salarial intercalar.»»

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local resolveu denunciar esta situação à população. Num folheto que distribuiu à população nos dias 6 e 7 - quando promoveu na Praça da Figueira, em Lisboa, uma exposição sobre a vida e a luta dos trabalhadores das autarquias - o STAL reafirma a exigência de um aumento salarial intercalar «para obter salários justos, segurança de emprego e uma vida minimamente digna».

Há ainda outros compromissos do Governo que estão por

cumprir e que o sindicato não quer deixar cair no esquecimento, apesar de terem sido assumidos há mais de 3 anos, como a reclassificação de carreiras pro-

fissionais, as condições de higiene, saúde e segurança no trabalho e a atribuição de um subsídio por actividades insalubres, penosas e de risco.

Negociação restringida

O decreto-lei 195/94 sobre o modo de realização de audições previstas na lei, publicado

na semana passada, visa «restringir ainda mais as já precárias condições de negociação, com as organizações sindicais, das matérias relativas à elaboração da legislação laboral», acusa a federação da Função Pública, verificando que, apesar da opinião contrária que a FNSFP expressou e «furtando-se a concretizar qualquer reunião para discutir esta matéria, o Governo acabou por levar por diante os seus intentos, aprovando um diploma que terá, seguramente, consequências negativas para os trabalhadores».

A federação, numa nota divulgada dia 5, anunciou que vai solicitar a declaração de inconstitucionalidade do diploma, realçando que ele «não poderia ser emitido sem alteração legislativa da Assembleia da República. E denuncia alguns dos efeitos

mais graves que a aplicação do decreto-lei acarretaria: seriam reduzidos direitos consagrados e encurtado o prazo para apreciação; não ficaria ressalvada a aplicabilidade da legislação específica, nesta matéria, para a administração pública; seria admitido que, em certos casos, pudesse não ser enviado o texto integral, tendo os sindicatos que se pronunciar sem conhecimento total.

A revisão da legislação sobre negociação colectiva tem vindo a ser reclamada pela FNSFP, que exige a criação de um «Conselho Superior da Administração Pública», órgão onde seriam discutidas as questões do sector e que teria a participação das organizações sindicais. «Mas a isto o Governo não responde», protesta-se na nota da Comissão Executiva da federação.



A vida e a luta dos trabalhadores das autarquias estiveram dois dias em exposição na baixa lisboeta

"País das maravilhas" não convence oposição

Governo e deputados reuniram-se na Assembleia da República em sessão plenária para debater o "estado da Nação". Ao fazê-lo, pela segunda vez, na história parlamentar, cumpriram a figura regimental que prevê um debate anual centrado na análise dos principais acontecimentos do ano político e da sessão legislativa. Independentemente da eventual existência de méritos ou não neste modelo, que não vem agora ao caso, a dúvida que persiste é se toda a gente que interveio no debate esteve preocupada em falar sobre o mesmo assunto, ou seja, sobre o estado do País. A razão é simples: poucas semelhanças podem ser encontradas entre o "país das maravilhas" retratado por Cavaco Silva e a realidade descrita pelos partidos da oposição.

Daí que, logo após a sua intervenção inicial, o Primeiro-Ministro tenha sido bombardeado com uma verdadeira "chuva de pedidos de esclarecimento", que se constituíram, desde logo, num verdadeiro libelo acusatório contra uma política que acentua a degradação social e está na origem de um estado generalizado de descontentamento, mas também de grande luta popular.

Carlos Carvalhas, secretário-

geral e deputado do PCP, considerou que Cavaco Silva introduziu "um tom cor-de-rosa ao seu discurso e esqueceu-se das manchas negras que atingem o País", acrescentando que o chefe do Governo "fugiu a encarar os problemas do País e o estado da Nação, subestimou o desemprego e o emprego precário, esqueceu-se das bolsas de pobreza, não apresentou medidas concretas para resolver os problemas".

O líder comunista disse ainda ser "uma realidade insofismável" que "vai haver um aumento do desemprego" e que Portugal "está pelo terceiro ano consecutivo a afastar-se da média europeia", garantindo que, por essa razão, a questão que irá estar na ordem do dia, cada vez mais, é a "necessidade de mudar de política e de Governo".

O líder e deputado do PS, António Guterres, por sua vez, afirmou não ter percebido "se o discurso foi do cidadão Aníbal Cavaco Silva ou do primeiro-ministro". "Tratam-se de duas entidades diversas: o cidadão Cavaco Silva achava justo buzinar na Ponte, mas o primeiro-ministro não deixou de mandar multar os que buzinaaram", ironizou Guterres, considerando de "alguma fantasia" a intervenção do chefe do governo.

Na réplica, Cavaco Silva respondeu à "introdução imaginativa" de Guterres, aconselhando-o a pedir a gravação completa da sua declaração inicial, pois considerou que as acusações do líder

socialista "resultam apenas da leitura dos títulos de jornais".

Narana Coissoró, por seu turno, em nome do CDS/PP, dirigindo-se a Cavaco Silva, afirmou que "há uma grande dessintonia entre a confiança que o senhor mostra e a confiança que o País lhe quer dar", recordando a propósito os problemas existentes em área tão diversas como a Saúde, Educação e Emprego.

O deputado André Martins, do Partido Ecologista "Os Verdes", considerou também que "já não é possível continuar a esconder o fenómeno da pobreza envergonhada" em Portugal, lembrando que "o desemprego aumenta insustentavelmente, a agricultura afunda-se e as pescas submergem a custo".

"Os primeiros e mais afectados têm sido os mais desprotegidos, os jovens enfrentam a insegurança e a falta de confiança no futuro, aumentou a discriminação das mulheres, os idosos defrontam a marginalização e o isolamento", sublinhou ainda André Martins.



Carlos Carvalhas sobre o estado da Nação:

"Política do Governo não serve nem o povo nem o País"

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, considerou no Parlamento, que a política do Governo "não serve nem o povo nem o País", apontando "sete traços essenciais" que, em sua opinião, caracterizam o estado da Nação. Na ocasião, o líder comunista defendeu ainda que "é necessário uma nova política", que ponha cobro ao "prolongamento da crise económica, da redução do poder de compra, do aumento do desemprego e da degradação da situação social", apontando o "crescente descontentamento de cada vez mais amplas camadas sociais, que a política das auto-estradas não disfarça".

Como segundo "traço essencial" do estado da Nação, Carvalhas indicou "a degradação da democracia e do regime democrático", que considerou manifestar-se na "governamentalização do Estado, no autoritarismo, na violência repressiva e na crescente e ilegal intervenção dos serviços de informações na legítima participação dos cidadãos na vida nacional".

O secretário-geral do PCP denunciou também "a pressão do governo para dificultar a acção autónoma e independente de outros órgãos de soberania e instituições indispensáveis - as forças do bloqueio - ao equilíbrio constitucionalmente consagrado no nosso regime democrático".

O "quinto traço" sublinhado por Carvalhas foi o da "erosão da credibilidade do primeiro-ministro e do governo e do seu ilusório discurso demagógico e das suas tão repetidas quanto incumpridas promessas cada vez mais confrontadas com o valor dos factos e da evolução da sociedade portuguesa".

A "cada vez maior disponibilidade e mobilização dos cidadãos para protestarem e lutarem pelos seus direitos e contra as políticas e acções que lesam os seus legítimos interesses e justificam o seu descontentamento", foi o sexto traço apontado pelo líder comunista, que assinalou, por último, "o sentimento crescente dos portugueses" quanto à "necessidade de uma nova política e de um novo governo".

Cisão da EDP

Colide com os interesses nacionais

Duras críticas ao modo como têm sido conduzidas as privatizações voltaram a ecoar no Parlamento, com o Governo a ser acusado de continuar zelosamente a aplicar a receita de "rentabilizar empresas para as entregar ao capital privado". Desta feita, o motivo foi o processo em curso de cisão da EDP, inserido na campanha de desarticulação, desmembramento e privatização do Sector Empresarial do Estado, matéria que esteve em debate, numa das sessões plenárias da semana transacta, a propósito de uma petição subscrita por perto de nove mil cidadãos.

Promovida pela Comissão de Trabalhadores daquela empresa pública, a petição tinha em vista nos seus objectivos chamar a atenção para a necessidade de uma discussão pública quanto às implicações de carácter técnico, económico e social decorrentes do processo de cisão, preconizando simultaneamente um normativo legal que garanta a manutenção dos direitos e regalias dos trabalhadores, reformados e pensionistas do sector.

Pronunciando-se sobre a questão, em nome da bancada comunista, Paulo Trindade começou por recordar o papel determinante para o desenvolvimento do País desempenhado pela EDP, bem como a sua sólida situação económica e financeira, não deixando de observar, por outro lado, a função importantíssima que desempenha na correcção das assimetrias regionais.

Aspectos para os quais o Governo parece ser de todo insensível, como insensível se tem revelado no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, sucessivamente atropelados, facto que retira qualquer crédito a "piedosas e vagas declarações

do Governo de que os direitos dos trabalhadores serão respeitados", como salientou Paulo Trindade.

No mesmo sentido se pronunciou o deputado Artur Penedos (PS), defendendo uma garantia jurídica para os direitos dos trabalhadores, e não deixando de advertir, por outro lado, para o risco de aumentarem os preços

da electricidade com a cisão da empresa.

No final da discussão, os trabalhadores e activistas sindicais da empresa presentes nas galerias não conseguiram calar a sua indignação, acabando com um veemente protesto dirigido contra o Governo e os deputados laranja, sob a forma de palavras de ordem que ressoaram em uníssono pelo Hemiciclo: "EDP sim, cisão não!" e "a luta continua!".

Centro de Saúde de Campo Maior

Objecto de debate foi ainda uma outra petição, subscrita por cinco mil cidadãos, da iniciativa da Comissão de Base de Saúde de Campo Maior, levantando a questão da necessidade de ser garantido o funcionamento do

Serviço de Atendimento Permanentemente naquela localidade 24 horas por dia.

O problema não é novo nem exclusivo desta região, como assinalou o deputado comunista Luís Peixoto, e tem no fundo apenas que ver com uma reformulação do sistema de funcionamento das instituições de saúde pautada por objectivos puramente económicos.

Os resultados de uma tal política, esses, estão à vista, traduzindo-se, no caso vertente, na existência, hoje, de um Centro de Saúde com poucas horas de consulta e pessoal insuficiente, onde outrora funcionou um Hospital com valências e internamentos, com os prejuízos daí decorrentes para uma população que, em elevada percentagem, está envelhecida e com reduzida mobilidade.

PCP lança alerta e avança com medidas

Em defesa do leite e do movimento cooperativo

A adopção de medidas que garantam, no plano legislativo, o futuro dos produtores e da produção nacional de leite, defendendo simultaneamente o movimento cooperativo - condição necessária para a defesa e preservação do Mundo Rural - constituem, basicamente, as principais razões que levaram à apresentação pelo Grupo Parlamentar do PCP de um projecto de resolução sobre esta matéria.

Recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, esta iniciativa da bancada comunista pretende responder mais exactamente às turbulências que têm atingido a produção nacional de leite e o sistema de recolha e concentração protagonizado pelo movimento cooperativo, derivadas quer pelo sistema de quotas em vigor e da instabilidade de preços ao produtor, quer ainda pela entrada no mercado nacional, em condições não esclarecidas, de uma grande multinacional italiana.

Em causa estão, designadamente, a ausência de critérios de regionalização na redistribuição do sistema de quotas, a retirada dos apoios ao sistema cooperativo de recolha de leite (aceite na negocia-

ção do Tratado de adesão), os baixos preços pagos aos produtores, e, por último, a invasão de leite importado.

Nesse sentido, as medidas preconizadas pelos deputados comunistas no projecto de resolução apontam para a definição de uma política de apoio à recolha e concentração de leite dos pequenos produtores e dos produtores das zonas do interior, de baixa densidade leiteira.

Por outro lado, são definidos critérios de regionalização da quota leiteira que permitam preservar a manutenção das quotas leiteiras nas próprias regiões onde são vendidas ou resgatadas.

A não penalização dos produtores que excedam a respectiva quota, conferindo-lhes ao mesmo tempo o direito de

preferência, juntamente com os jovens agricultores, na atribuição de novas quotas, constitui outras das medidas defendidas no projecto de resolução, o qual refere, por outro lado, a importância de não ser aceite, na Comunidade, qualquer diminuição da quota atribuída a Portugal.

Particular relevância é atribuída ainda à adopção de medidas concretas visando o combate anti-dumping e ao controlo higieno-sanitário do leite importado, defendendo-se igualmente medidas que disciplinem a comercialização do leite nas grandes superfícies, bem como a criação de uma rede oficial de laboratórios no sentido de permitir um controlo de certificação de qualidade.

Abusos e ilegalidades dos SIS

Urge apurar responsabilidades

O Parlamento aprovou, na generalidade, com os votos do PSD e do CDS, a proposta do Governo que altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa. Em debate faz hoje oito dias, o diploma mereceu os votos contra do PS, PCP e dos deputados independentes Mário Tomé e Raul de Castro. Incidindo igualmente nos Serviços de Informações, dois outros projecto de lei, do PS e do PCP, tiveram destino diverso, sendo rejeitados pelos votos dos deputados da maioria governamental. Chumbado foi também, com os votos do PSD, PS e CDS, o projecto de lei do deputado independente Mário Tomé, que propunha a extinção pura e simples dos Serviços de Informações de Segurança (SIS).

Ao fundir num só organismo o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e o Serviço de Informações Militares (SIM), que passará a designar-se por Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), para o Governo, de acordo com as palavras do ministro Fernando Nogueira, trata-se de implementar uma medida que "possibilitará uma mais profunda e diversificada preparação do pessoal", com vista a "responder com eficiência aos desafios que a nova situação coloca".

Argumentos que não encontraram qualquer espécie de acolhimento junto da bancada

comunista, para quem a proposta de lei, como tratou de explicar João Amaral, "é particularmente criticável por duas razões", a primeira das quais, sublinhou, tem a ver com a circunstância de "contrariar a lógica da anterior lei e as razões de garantias democráticas que levaram a optar pela existência de três serviços de segurança".

Por outro lado, o deputado comunista considerou que o diploma "procura concretizar um inaceitável alargamento do âmbito do SIS, numa tentativa de dar cobertura às ilegalidades que vem praticando".

Mas as críticas do parlamentar do PCP não se esgotaram na

apreciação ao conteúdo do diploma, nem ao modo apressado - "absolutamente injustificável", em sua opinião - como o Executivo desenvolveu um processo de alterações a 17 artigos (cerca de metade) de uma lei que levou quase duas dezenas de reuniões da Comissão em 1984 para ser aprovada.

Para João Amaral, indissociável do debate não podia deixar de ser, igualmente, o que apelidou de "enorme escândalo público que ainda há bem pouco tempo as actuações dos serviços de informação provocaram no país".

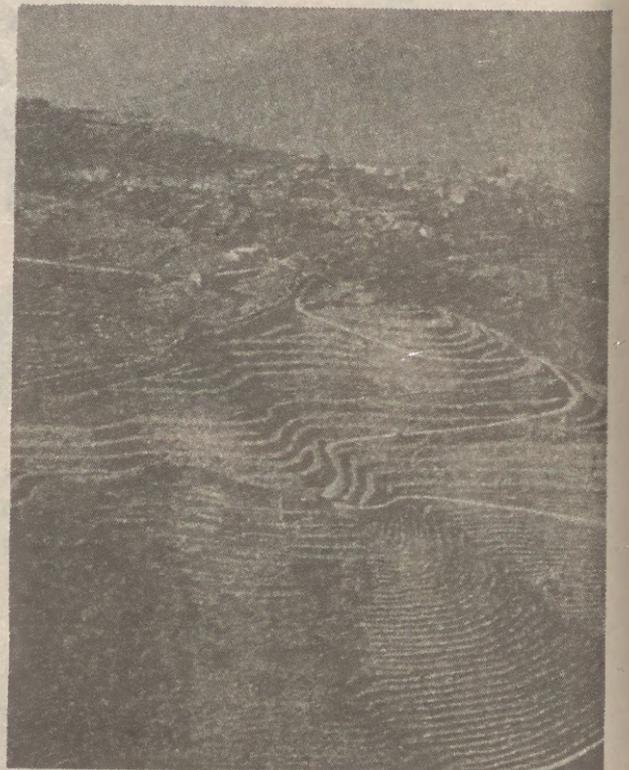
Daí que, do seu ponto de vista, não tenha sido possível considerar o debate da proposta de lei "sem ter presente o que tem sido a actuação do SIS nos seus contornos concretos, as ilegalidades cometidas, a antidemocrática postura de polícia de informação política ao serviço do Governo do PSD e contra os seus opositores políticos e sociais".

Ora foram exactamente estas questões que prenderam grande parte da atenção do parlamentar do PCP, não deixando em relação a elas de se questionar como foi possível, por exemplo, ter-se

chegado à "escandalosa situação de ilegalidade instituída" - as palavras são de João Amaral -, sem que se conheçam da parte do Governo quaisquer medidas no sentido quer de apurar responsabilidades, quer de corrigir a situação para o futuro, quer ainda de pôr cobro aos abusos e ilegalidades verificadas.

Ao transferir para o centro do debate a forma como o Governo tem vindo a gerir e a orientar os Serviços de Informações, como não podia deixar de ser, João Amaral pôs o dedo na ferida, introduzindo um elemento profundamente incómodo para um Governo, que, ainda por cima, como lembrou, tem-se aproveitado do SIS, usando-o simultaneamente "como instrumento da luta política".

É, aliás, neste contexto, que ganham relevância as propostas do PCP, formalizadas em projectos de lei - e de novo reiteradas por João Amaral - no sentido, por um lado, de se proceder a um inquérito às actividades do SIS a realizar pela Procuradoria Geral da República, e, por outro, de se proceder ao reforço dos poderes do Conselho de Fiscalização e a uma alteração da sua composição.



A viticultura constitui a chave da agricultura duriense e a fonte de vida para cerca de 30 mil produtores

Casa do Douro

Retirar competências só interessa ao grande comércio exportador

Uma proposta de alteração aos Estatutos da Casa do Douro, subscrita pelo Governo, esteve em debate faz hoje oito dias no Parlamento. O acolhimento junto dos partidos da oposição não foi propriamente o mais favorável e de todos os quadrantes choveram as críticas a um diploma que, pela sua parte, a formação comunista não hesitou em apelar de "autêntica emboscada". No final, considerando a importância da matéria em causa, um requerimento apresentado pelos deputados do PCP viria a ser aprovado, nele se propondo a baixa do diploma à Comissão da Agricultura com vista à realização de uma audição a todos os interessados, em ordem a preservar os interesses do Douro e dos durienses.

Interesses estes que, refira-se, sustentaram toda a linha de argumentação aduzida pelo deputado comunista Lino de Carvalho, para quem esta terceira tentativa do Executivo em mexer na Casa do Douro representa claramente um esforço no sentido de "esvaziar o que não consegue destruir".

Por outras palavras, esta mais recente iniciativa legislativa do Executivo, depois das fracassadas diligências anteriores, para além de reflectir a sua desorientação, revela claramente que persiste na ideia de transformar a Casa do Douro numa associação privada, transferindo todas as suas funções oficiais relativas ao Vinho do Porto para o Instituto que dá pelo mesmo nome.

Ou seja, como explicou Lino de Carvalho, o Governo é forçado a manter a natureza de associação pública da Casa do Douro, mas, logo a seguir, retira-lhe, no imediato ou a prazo, todas as funções públicas que actualmente detém.

Motivo de crítica para a formação comunista é igualmente o

facto de esta proposta com a chancela do Governo - "um autêntico cheque em branco", assim lhe chamou Lino de Carvalho - não esclarecer quais são as competências do IVP que pretende transferir, do mesmo modo que nada diz quanto ao novo projecto de estatutos da Casa do Douro nem quanto ao seu regulamento eleitoral e, muito menos, quanto ao estatuto, composição, atribuições e funcionamento da Comissão Interprofissional a criar.

Ora são todos estes factos que levam Lino de Carvalho a concluir que o Governo "balançou de novo a favor dos interesses do grande comércio exportador contra os interesses da lavoura e da defesa da qualidade do Vinho do Porto, contra o concerto de posições, contra os interesses de toda a região duriense".

Uma opção tanto mais condenável quanto é certo que em causa estão, assinala-se, no plano económico, cerca de 60 por cento do volume total da exportação de vinho do País e, no plano social, o rendimento principal de cerca de 30 mil viticultores.



A entrada e venda de pescado espanhol constitui um dos problemas, entre outros, que está a afectar os rendimentos de pescadores e armadores

Crise no sector das pescas

PCP propõe audição parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de uma audição parlamentar sobre a situação das pescas, para a qual deveriam ser convidados, segundo a sugestão apresentada, entre outras entidades, o ministro do Mar, os Sindicatos dos Pescadores e Organizações de Armadores.

Com esta iniciativa, para a qual requereram o processo de urgência, os parlamentares comunistas pretendem contribuir para uma análise séria e rigorosa da situação no sector e para o encontrar de soluções adequadas para os graves problemas existentes.

Motivo de preocupação, no entendimento da formação comunista, tem sido a recente evolução que tem caracterizado as pescas portuguesas, a qual, é sabido, está a conduzir ao deflagrar de múltiplas acções por parte de pescadores e de trabalhadores de outros sectores ligados à pesca, em diversos e importantes portos de pesca, entre os quais Lisboa, Matosinhos e Aveiro.

Como salientam os deputados comunistas na carta dirigida ao Presidente da Comissão de Agricultura e Mar, em que solicitam a realização da audição parlamentar, as opiniões quer de pescadores quer de armadores convergem no sentido de que é necessário e urgente analisar a situação em conjunto com as entidades competentes, designadamente com o Ministério do Mar, com vista a que sejam encontradas soluções adequadas que salvaguardem os interesses da pesca nacional.

Compartilhando das inquietações de todos aqueles que estão a ser atingidos por esta situação, o Grupo Parlamentar do PCP recorda, nomeadamente, que a entrada e venda de pescado espanhol, nas condições actuais, com os horários de funcionamento das lotas, são problemas, entre outros, que estão a afectar os rendimentos de pescadores e armadores, com impactos negativos no escoamento do pescado espanhol.

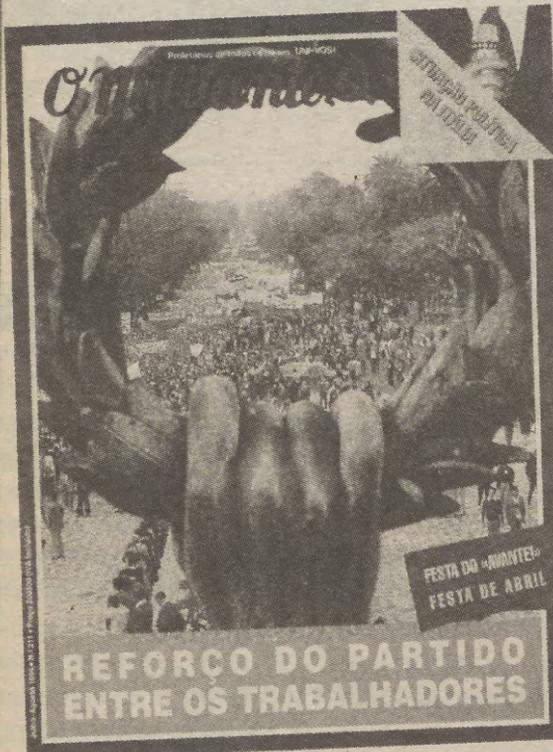
Mil assinaturas para «O Militante»

Prossegue a campanha de assinaturas para «O Militante», que deve ser considerada uma tarefa urgente de todas as organizações de forma a atingir-se rapidamente as mil assinaturas, número mínimo que reduz substancialmente os custos de envio pelo correio.

Uma das vias para o conseguir passa pelos camaradas que em cada organização distribuem «O Militante» tentem transformar sua a entrega bimensal em assinaturas anuais no valor de 1080 escudos.

É de salientar que as organizações podem sempre ser informadas sobre a renovação das assinaturas e se é verdade que perdem uma fonte de receitas, convém notar que a perda é neste momento muito maior para o Partido devido aos agravados portes de correio.

Por outro lado, o contacto regular que a entrega de «O Militante» permite poderá ser facilmente substituído através do pagamento da quota ou da distribuição de outros documentos do Partido.



ABERTURA
REFORÇAR O PARTIDO

O MILITANTE
MAIS LEITORES
E MAIS ASSINANTES

ELEIÇÕES
Eleições para o PE
UM RESULTADO POSITIVO

REFLEXÃO
BLOQUEIO DE ALTERNATIVA
DÁ FORÇA A CAVACO SILVA

SOCIAL
COMBATER
A NOVA INVESTIDA DO CAPITAL

ORGANIZAÇÃO
REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO
ENTRE OS TRABALHADORES
PROBLEMAS ACTUAIS
DO PARTIDO NAS EMPRESAS

25 DE ABRIL
VOZES
DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO
«Um lugar especial para o 25 de Abril»
«Não me chegam as palavras»
O 25 de Abril na Mague — Alverca

ECONOMIA
A lei dos mais fortes no Comércio
Mundial
O QUE É O GATT

NOTAS E COMENTÁRIOS

Catarina
foi assassinada há 40 anos
A indignação e a intolerância
Sobre o PSD
Aonde já chega o culto!
Uma tristeza...
Demagogia e Desonestidade
Falta de «modernidade»

INTERNACIONAL
ITÁLIA: AS ELEIÇÕES,
BERLUSCONI E O FASCISMO

DOCUMENTOS
COMUNICADO
DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

População do Barreiro quer terminal concluído

A população do Barreiro quer ver avançar as obras de construção do terminal rodo-ferroviário-fluvial que se irá situar na parte sul da estação do Barreiro-mar, e que actualmente estão num compasso de espera.

A importância da obra para as acessibilidades e desenvolvimento daquele concelho da margem sul levou já à constituição de uma Comissão de Defesa da Conclusão do Terminal que está a recolher assinaturas para entregar à Assembleia da República, Ministério dos Transportes, Obras Públicas e Comunicações e ao Conselho de Gerência da CP.

Caso a situação se mantenha, a Comissão pensa desenvolver outras acções que conduzam ao reinício das obras cuja paralisação ninguém compreende.

A Comissão critica a acção do Ministério das Obras Públicas e considera inexplicável o posicionamento da CP, «entidade que tem a seu cargo, nesta fase, as obras e que é uma das beneficiárias da concretização das mesmas, na medida em que pode melhorar a qualidade do transporte oferecido aos utentes, designadamente nas chamadas horas de ponta e

até as condições de trabalho dos funcionários ao seu serviço, e que parece ter cruzado os braços perante a falta de vontade política do Ministério que a tutela em dar

andamento aos trabalhos».

Para a cidade do Barreiro, o terminal «constitui uma infraestrutura importante não só no que concerne às ligações à capi-

tal e ao sul do País, mas também no que respeita ao estacionamento dos operadores rodoviários e estacionamento de viaturas», considera a referida Comissão.

Alcácer do Sal recusa aterro em Jungéis

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal aprovou recentemente por unanimidade uma moção onde recusa inequivocamente a instalação do aterro em Jungéis, uma das localizações propostas pelo governo.

A localização da Mina de Jungéis numa «importante área de drenagem que alimenta os recursos hídricos da região» de Alcácer, o facto de ser um local «atravessado por uma das mais importantes linhas de água que alimentam a Albufeira do Pego do Altar» e a situação hidrogeológica do local, «a par dos condicionamentos tectónicos e de sismicidade local» que não garantem níveis minimamente satisfatórios de segurança, em matéria de con-

taminação das águas subterrâneas e superficiais, foram algumas das razões que levaram os eleitos da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal a aprovar por unanimidade esta moção, onde manifestam, também, a sua «recusa inequívoca em aceitar a instalação do aterro», intenção que classificam como uma «grave ameaça para os interesses do concelho».

Não menos importante parece ser a constatação de que a instalação do aterro em Jungéis

«poria em causa o desenvolvimento turístico (da região) e o aproveitamento do enorme potencial que a Barragem do Pego do Altar oferece como zona de recreio, de prática desportiva e de empreendimento turístico de elevada qualidade». Os deputados municipais defendem, ainda, que a construção do aterro, ao não ter em consideração os condicionamentos apontados, «compromete o futuro económico e social» das populações da região.

A moção da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal chama a atenção para o facto de a Mina de Jungéis se situar «numa zona de Biótopo Corine de elevado interesse, com um coberto arbustivo e arbóreo que constitui um verdadeiro santuário do ponto de vista ecológico e paisagístico, valorizado pelo património arqueológico e turístico que constitui o núcleo mineiro».

Os eleitos da Assembleia Municipal, de acordo com o texto da moção, «afirmam o seu empenhamento e apoio em todas as acções de esclarecimento e mobilização da população na defesa dos legítimos interesses do concelho de Alcácer do Sal».

Entretanto, a Câmara Municipal promove amanhã, sexta-feira, pelas 21.30 horas, no Salão Nobre, um debate sobre a proposta do Governo de instalar no concelho um aterro de resíduos tóxicos, para o qual foram convidados a população, agentes económicos, culturais, sociais e entidades oficiais.

Câmara protesta Obras da JAE provocam estragos em Loures

A Câmara Municipal de Loures protestou junto da Junta Autónoma de Estradas (JAE) contra os graves atropelos que estão a ser cometidos no concelho decorrentes das obras de construção das circulares regionais Interior e Exterior de Lisboa (CRIL e CREL) e das radiais de Odivelas e da Pontinha, solicitando a tomada imediata de medidas.

«É com grande preocupação que se dá conta de uma série de atropelos que diariamente são cometidos, não obstante a legislação em vigor, os Estudos de Impacte Ambiental efectuados (e objecto de consulta pública, embora após o início das obras) e as suas medidas de minimização e recomendações», alerta o presidente do Município de Loures, Demétrio Alves, em carta enviada hoje ao presidente da JAE.

A destruição na zona do Nó de Odivelas de um colector municipal de esgotos com 1,5 metro de diâmetro, transportando esgotos domésticos e industriais de uma vasta área, com uma carga poluente corresponde a várias centenas de milhar de habitantes, situação provocada pelas obras da CRIL/Radial de Odivelas, é uma das situações de extrema gravidade contemplada no protesto da Câmara de Loures.

Ocorrida há cerca de um mês, esta situação mereceu desde

logo chamadas de atenção à empresa empreiteira e à JAE, sem que até agora estas tenham tomado medidas, continuando o esgoto a correr a céu aberto nas ribeiras de Odivelas e Póvoa, pondo em causa a saúde pública das populações de uma das áreas mais povoadas do concelho. As elevadas temperaturas verificadas nos últimos dias e a entrada no período estival, fazem prever o agravamento deste problema, podendo vir a atingir-se níveis de poluição nunca verificados.

No protesto à JAE, o presidente Demétrio Alves denuncia ainda a destruição da rede viária concelhia — lamacenta em período chuvoso e com imensa poeira no período seco — factores de risco para a circulação rodoviária, responsáveis por acidentes entretanto ocorridos e afectando a qualidade do ar das populações vizinhas, nomeadamente das localidades do Pinheiro de Loures, Montemor, Fonte Santa, Quinta das Terras, entre outras.

Este caos é agravado pela

implantação indiscriminada de estaleiros de obras sem licenciamento da Câmara e sem serem acautelados e respeitados os interesses das populações e os Estudos de Impacte Ambiental; armazenagem de terras em zonas de declives acentuados, nas proximidades de linhas de água de regime torrencial; com riscos de assoreamento da bacia hidrográfica do Trancão e destruição de património construído.

Câmara de Esposende condenada pela CNE

A Comissão Coordenadora de Esposende da CDU enviou, à Comissão Nacional de Eleições, um protesto contra a Câmara Municipal de Esposende que procedeu à retirada de um stand de propaganda eleitoral da CDU, colocado no Largo Rodrigues Sampaio, violando assim a legislação existente.

A Comissão Nacional de Eleições deu inteira razão à CDU e considerou a posição da Câmara Municipal de Esposende inteiramente subjectiva e arbitrária, deliberando ao mesmo tempo que a Câmara deveria recolocar o stand de propaganda eleitoral no referido local.

Entretanto, a posição da CNE foi comunicada à Câmara no dia 8 de Junho e esta só recolocou o stand no dia 14 de Junho, ou seja seis dias após a comunicação e dois dias após o acto eleitoral.

A coordenadora da CDU, que estranha e condena a actuação da Câmara, «autoritária e desrespeitadora das leis sobre o direito à propaganda política», considera que «o problema está longe de ser encerrado» e afirma que irá «continuar a lutar no concelho de Esposende pelas liberdades democráticas».

Presidência alemã a pensar em 1996

"A unificação europeia é uma questão de paz e liberdade, não só para a Alemanha mas para toda a Europa" - afirmou há dias o chanceler Helmut Kohl, no final da reunião entre o seu governo (na qualidade de presidente em exercício do Conselho) e a Comissão Europeia, destinada a debater as prioridades do semestre.

O chanceler Kohl, reconhecendo o importante momento do desenvolvimento da integração europeia que se está a viver, fez questão de salientar que o seu governo "não deseja uma Europa limitada a uma zona de livre comércio", mas sim uma Europa assente nos princípios de união como foram acordados em Maastricht. Para Kohl, "a economia é certamente importante, mas trata-se antes do mais de uma questão de paz e de liberdade".

Esta posição, cujo aparente objectivo é acalmar desconfianças quanto às hegemónicas pretensões germânicas, não deixa de ser simultaneamente um aviso aos britânicos (defensores do livre mercado puro e duro) e, também, o refrear das expectativas que rodeiam a presidência alemã, que Kohl considera "excessivas". Mas ao acentuar a vertente política da sua presidência - lembrando as palavras do 1º chanceler da RFA, Konrad Adenauer, para quem "a unidade da Alemanha e a unificação europeia são faces da mesma medalha" e alertando para os perigos do regresso ao nacionalismo - Kohl não deixa de sublinhar que os objectivos da Ale-

manha apontam para o futuro: a preparação da Conferência intergovernamental agendada para 1996, na perspectiva de uma União Europeia alargada a Leste e porventura declaradamente federalista.

A definição das prioridades da presidência alemã são elucidativas neste sentido: implementação do Livro Branco sobre "crescimento, competitividade e emprego", matéria obrigatória de todas as presidências; desenvolvimento e reforço da política externa e de segurança comum (PESC); a aproximação dos países da Europa Central e de Leste à União Europeia; o reforço das estruturas democráticas e o desenvolvimento de uma "ver-

dadeira Europa dos cidadãos" (preocupação resultante do crescente aumento da abstenção nas eleições europeias).

Outras questões não foram no entanto esquecidas. Assim, consideram-se igualmente prioritárias matérias como a fixação dos preços agrícolas e de medidas conexas para a campanha 94/95, esperando-se decisões até ao fim do mês; a adopção da decisão sobre recursos próprios (bloqueada pela Itália empenhada em alterar a questão das quotas leiteiras), sem a qual será difícil a aprovação do orçamento para 1995; a implementação da "ecotaxa", a que se continuam a opor diversos Estados; e o aprofundamento do "terceiro pilar de Maastricht", já que a Alemanha considera que a mera cooperação em matéria de emigração, direito de asilo, entre outros, não é suficiente.

Não será certamente por falta de assunto que a presidência de Kohl dará que falar. Para já, em vésperas de cimeira extraordinária agendada para dia 15, e a menos que tudo se precipite nas próximas horas, a diplomacia alemã parece estar prestes a averbar o seu primeiro insucesso, não conseguindo consenso para o sucessor de Delors na presidência da Comissão Europeia.

Siderurgia

Dez por cento de desempregados em nome da reestruturação

A reestruturação da siderurgia comunitária provocou, só no ano de 1993, a perda de 10 por cento de postos de trabalho no sector. Para o ano em curso, as perspectivas não são melhores. O despedimento continua a ser a fórmula "mágica" para a tão propalada recuperação da economia.

De acordo com dados oficiais, em Portugal a reestruturação custará, ao longo do plano de cinco anos em curso (1993/1997), a supressão de metade dos postos de trabalho, que em finais de 1993 se elevavam a 3.100.

O país comunitário mais afectado foi a Alemanha, que no ano passado perdeu 20.000 empregos no sector siderúrgico, e cuja perspectiva para o corrente ano é a eliminação de mais 12.400 postos de trabalho, 8.000 dos quais nos antigos 'laender'.

Também em Espanha, em 1993, a reestruturação lançou para o desemprego 5.000 trabalhadores, tantos quantos deverão perder este ano o seu posto de trabalho.

Em França, a previsão para este ano é de 4.000 novos desempregados no sector, a juntar aos 2.500 registados no ano passado.

Em Itália, esperam-se 6.000 perdas de emprego no ano em curso.

Na Bélgica, mais de 1.200 empregos foram eliminados em 1993, tudo apontando para que a "sangria" prossiga este ano. Idêntica situação se vive no Luxemburgo (menos 1.200 em 1993) e nos Países Baixos (menos 2.200 em 1993, ou seja, cerca de 14 por cento da mão-de-obra empregada na siderurgia). Na Grã-Bretanha, as reduções são consideradas "modestas" (1.200 em 1993 e 1.000 em 1994).

Para atenuar as consequências sociais do desemprego no sector mineiro e siderúrgico, a Comissão Europeia aprovou duas ajudas num total de 59 milhões de Ecus. Uma ajuda que, segundo o comissário responsável da política social, Pdraig Flynn,

"permitirá não apenas garantir aos trabalhadores um alto nível de protecção social mas também ajudar um bom número deles a encontrar um novo emprego".

Uma afirmação no mínimo duvidosa, tendo em conta o montante disponível (máximo de 3.000 Ecus por trabalhador) e o panorama do mercado de trabalho na comunidade.

Se se tiver em conta que a primeira fatia da ajuda comunitária (38 milhões de Ecus) se destina aos 5.000 mineiros e 13.000 trabalhadores siderúrgicos da Bélgica, Alemanha e Reino Unido que ficaram sem trabalho em 1993 e 1994; se se considerar que os restantes 21 milhões de Ecus se destinam aos trabalhadores de outros Estados-membros na mesma situação, fácil se torna perceber que alguém ficará de fora. Os próprios dados oficiais o reconhecem, implicitamente, ao referirem que tais montantes se juntam aos 60 milhões de Ecus destinados em 1993 a cerca de 23.000 siderúrgicos. Nesse ano, o total de despedidos no sector, de acordo com os números oficiais, ultrapassou largamente os 30.000! Tantos quantos os esperados para o ano em curso.

A gravidade desta situação é acentuada, por outro lado, pelo facto de em muitos países (como é o caso da Espanha e de Portugal, por exemplo) se registar uma forte concentração das indústrias siderúrgicas, pelo que a eliminação de postos de trabalho naquele sector provoca, por arrastamento, sérios problemas regionais.

Como noutros sectores da economia, também aqui as "soluções" comunitárias se revelam incapazes de responder às necessidades sociais.

Perguntas à Comissão

Em 3 de Dezembro de 1993, realizou-se em Bruxelas o chamado "Parlamento Europeu dos Deficientes". Nessa iniciativa, foi aprovada uma resolução tida do maior interesse para a consideração da situação dos cidadãos comunitários com deficiência e, sobretudo, para que essa consideração se faça com participação efectiva desses cidadãos.

Decorrido mais de meio ano do referido evento, o eurodeputado Sérgio Ribeiro colocou à Comissão Europeia algumas questões pertinentes:

- Realizar-se-á ou não outro "Parlamento Europeu dos Deficientes" em 3 de Dezembro de 1994 (ponto 2.4 da resolução) e, se não se realiza, por que razão?

- Em que ponto está a "implementação das normas-

padrão para a equiparação de oportunidades das pessoas com deficiência, das Nações Unidas"? Foi publicado ou há a intenção de publicar um livro verde sobre este assunto (ponto 2.3 da resolução)?

- O que foi feito no sentido de se criar uma "nova direcção da D-G 5 com a responsabilidade de desenvolver iniciativas relacionadas com a elaboração de legislação referente à igualdade de oportunidades"?

Espera-se que a resposta seja esclarecedora do interesse e apoio que a Comunidade dispensa aos seus cidadãos deficientes.

O futuro de Noudar

A notícia de que está em curso uma operação imobiliária envolvendo o "castelo" de Noudar (Barrancos), motivou igualmente a intervenção do eurodeputado comunista junto da Comissão.

Após explicar que o "castelo" ou "fortaleza" de Noudar constitui um importante património histórico e cultural, com "balizas cronológicas" que apontam para os séculos XI (época islâmica), XVII, XVIII e XIX, classificado como monumento nacional por decreto de 16 de Junho de 1910, Sérgio Ribeiro dá conta à Comissão do estado de aban-

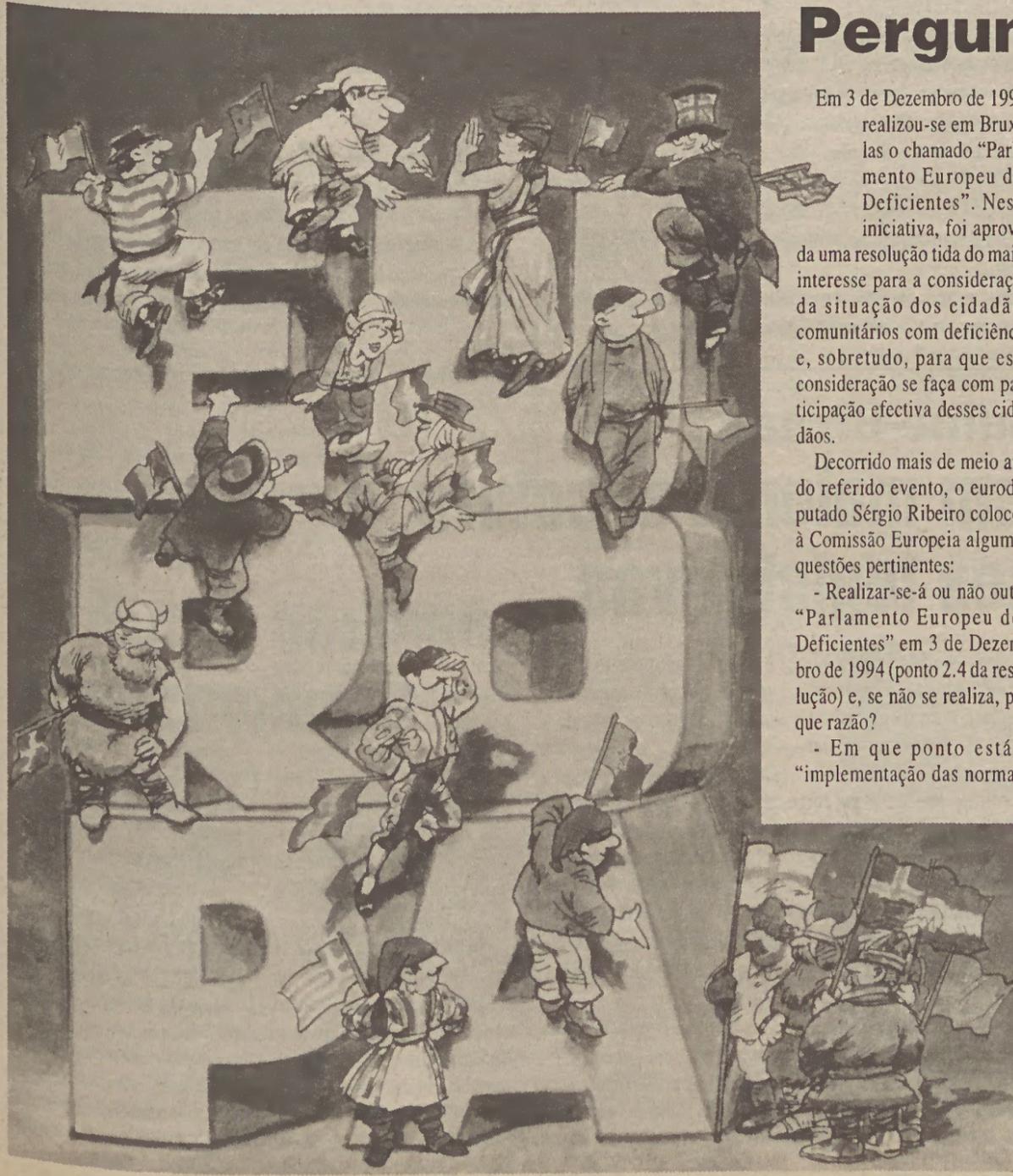
dono em que o mesmo se encontrava antes de 25 de Abril de 1974, e do uso que os respectivos proprietários lhe davam - a área intramuralhas era usada para criação de gado e cultivo de cereais.

Esta situação levou o Poder Local a realizar "enormes obras de recuperação do espaço, tendo o município dispendido perto de 100 mil contos, em parte comparticipados pelo Plano Operacional entre Mira e Gadiana e pelo FEDER, a que se juntou vultuoso investimento feito pelo departamento dos 'Monumentos Nacionais'", o que permitiu recuperar aquele espaço de investigação histórica e criar um espaço de lazer, romaria e peregrinação, quer de Portugal, quer de Espanha.

Por isso mesmo é que a notícia da venda do "castelo" de Noudar a um particular, para seu exclusivo usufruto, causou a maior indignação no conselho de Barrancos e a maior preocupação em meios culturais.

Dada a "indiferença do Governo - ou até o seu patrocínio dessa operação -" pergunta o eurodeputado à Comissão "se nada pode fazer para evitar que a aplicação de fundos comunitários, com finalidades sociais e colectivas, sirva para negócios e benefícios de particulares"?

Oxalá a resposta chegue em tempo útil.



Haiti

As autoridades "de facto" do Haiti deram 48 horas aos funcionários da missão civil internacional ONU/OEA para sair do país, informaram fontes diplomáticas nas Nações Unidas.

A ordem foi comunicada pelas autoridades haitianas à sede da missão em Port-au-Prince, precisaram as fontes.

A missão tem 120 funcionários da ONU e da Organização dos Estados Americanos, encarregados de zelar pelo respeito dos direitos humanos no Haiti.

Alemanha

O Tribunal Constitucional alemão decidiu que a Alemanha pode participar em operações militares em todo o mundo sem modificar a Constituição.

O tribunal exige, no entanto, que toda a missão do Bundeswehr (exército) seja aprovada pelo Bundestag (câmara baixa do parlamento). Esta instância jurídica suprema indeferiu assim, no essencial, a queixa apresentada por social-democratas e liberais.

A sentença do Tribunal Constitucional considera que a Lei Fundamental permite que a Federação Alemã adira a um sistema de segurança global, para defesa da paz, impondo assim limitações à sua soberania.

A participação do "Bundeswehr" em acções da Aliança Atlântica (NATO) e das Nações Unidas (ONU) deverá, no entanto, ser aprovada no Parlamento Federal, por maioria simples, decidiu o Tribunal.

Caso haja "luz verde" do parlamento, o governo federal pode decidir sobre as modalidades - sobretudo âmbito e duração - das missões militares no estrangeiro, o que acontece pela primeira vez, depois da II Guerra Mundial.

Palestina

Os negociadores israelitas e palestinos, reunidos no Cairo desde segunda-feira para uma nova fase de debates sobre a autonomia palestina, decidiram criar duas comissões.

A primeira, responsável pela transmissão dos poderes civis à Autoridade Palestiniana para a Cisjordânia (fora da zona autónoma de Jericó), concluiu as negociações nesta primeira sessão.

A segunda comissão "de observação do acordo sobre Gaza e Jericó" vai resolver os pontos deixados em suspenso aquando da assinatura do acordo de autonomia (4 de Maio último no Cairo).

A libertação dos presos palestinos, a delimitação da superfície do enclave autónomo de Jericó, a presença de um militar palestino na

Palestina

Segunda fase do acordo de Gaza-Jericó

Após 12 anos de exílio forçado, Arafat fez as despedidas oficiais da Tunísia, a caminho de Gaza. Um passo simbólico mais no processo de autonomia palestina - frágil e limitada para já, num momento em que mais de um milhão de palestinos continua a viver nos territórios ocupados, e Israel ainda se sente no direito de, no próprio dia da partida de Arafat da Tunísia e do recomeço das negociações bilaterais sobre a extensão da autonomia à Cisjordânia, fechar uma vez mais Gaza, na sequência de confrontos entre palestinos e soldados israelitas.

Dia 5 de Julho, Yasser Arafat presidiu, em Jericó, ao juramento dos doze ministros da Autoridade palestina, que tem a seu cargo gerir a autonomia até às eleições, previstas para Outubro.

Na primeira reunião da Autoridade palestina estiveram na ordem do dia questões como a necessidade de libertar os prisioneiros ainda detidos e a agenda das conversações iniciadas dia 6 em Paris, entre uma delegação israelita liderada pelo primeiro-ministro Yitzhak Rabin e uma delegação palestina chefiada por Yasser Arafat.

Entre as preocupações prioritárias da Autoridade Nacional Palestiniana (ANP), conta-se o problema do desemprego, que atinge níveis particularmente elevados nos territórios autónomos de Gaza e Jericó, e tenderá ainda a agravar-se,

para já com o regresso dos prisioneiros.

Para dar resposta ao igualmente grave problema da habitação, o governo palestino irá incentivar a construção.

O encontro de Paris, entre os dirigentes palestino e israelita, marcou o início da segunda fase do acordo Gaza-Jericó, ou seja, a negociação do alargamento da autonomia ao restante território da Cisjordânia.

Negociações em que se irão confrontar posições bem diferentes. Israel não apenas coloca limitações no plano da segurança, quando se trata de estender a autonomia à restante Margem Ocidental do Jordão, como pretende limitar a jurisdição palestina em domínios como o ordenamento territorial, os recursos de água ou a construção de estradas. Poderes básicos que não quer que sejam atribuídos aos palestinos no período interino.

59% dos israelitas pelo prosseguimento das negociações com a OLP

Um número crescente de israelitas manifesta-se favorável ao acordo assinado com a OLP sobre a autonomia palestina e opõe-se à permanência dos colonatos na Cisjordânia e na faixa de Gaza - segundo uma sondagem publicada em Tel-Aviv nos primeiros dias do mês de Julho.

39% das pessoas inquiridas em Junho declaram-se a favor do acordo, 37% são contra e 24% indecisas.

Em Dezembro último, 36% dos inquiridos estavam a favor do acordo.

Por outro lado, 34% de israelitas pronunciou-se em Junho contra os colonatos judeus na Cisjordânia e em Gaza, sendo ape-

na densidade de colonatos é menor - contam-se 134 comunidades judaicas, com mais de cem mil pessoas.

O futuro estatuto de Jerusalém é outra questão particularmente polémica.

Segundo o acordo de auto-

nomia, o problema do futuro de Jerusalém será adiado até ao início das conversações sobre o estatuto final dos territórios. Negociações que deverão começar no terceiro ano de um período de cinco anos de autonomia palestina.



O caloroso acolhimento a Arafat no campo de Jabaliya

Guiné-Bissau

PAIGC obtém maioria absoluta nas eleições legislativas

O PAIGC obteve a maioria absoluta nas eleições legislativas e presidenciais de 3 de Julho, ficando entretanto pendente de uma segunda volta, a realizar em Agosto, a escolha do presidente da Guiné-Bissau.

Com 39,31 por cento dos votos - no quadro de uma afluência às urnas da ordem dos 86 por cento - o PAIGC conta com 4 deputados na futura Assembleia Nacional de 100 lugares (tendo ficado apenas a dois deputados dos dois terços).

À segunda volta das presidenciais irão concorrer Nino

Vieira, candidato do PAIGC, com 4,17 por cento dos votos, e Kumba Ialá, dirigente do Partido da Renovação Social (PRS), com 21,89 por cento dos votos expressos, e que em Agosto deverá contar com o apoio da generalidade da oposição.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) deverá publicar os resultados oficiais nos próximos dias, marcando então a segunda volta das presidenciais para daí a três semanas. De acordo com o previsto na Lei Eleitoral, a segunda volta das presidenciais decorrerá provavelmente em 7 e 8 de

Agosto. O acto eleitoral foi marcado por uma situação algo caótica - um facto atribuído à inexperiência - e que levou a Comissão Nacional Eleitoral a prolongar o prazo de votação durante a noite e a repeti-la mesmo dois dias mais tarde em algumas mesas em que, mesmo com a dilatação do prazo, não se conseguiu votar por não ter chegado a tempo o material de voto.

A Guiné-Bissau é um país muito pobre, com graves dificuldades no plano económico, apesar dos aumentos da produção agrícola registados nos últimos nove anos. Resultados

entretanto claramente insatisfatórios, pois as importações continuam a representar mais de três vezes as exportações. A taxa anual de inflação (entre 1980 e 1990) é de 54,4%.

A agricultura é sector prioritário da economia guinense, representando 48% do PIB e 82,5% do emprego.

No plano social a situação é igualmente difícil, apesar de alguns progressos entretanto registados. De referir, por exemplo, que apenas 25% da população tem acesso a água potável, e a ingestão diária de calorias é da ordem das 2.278, o que corresponde a 84% do

nível mínimo recomendado pela FAO. Em 1990, cerca de 63,5% da população era analfabeta, o que entretanto já correspondia a um progresso - uma descida da taxa de analfabetismo de 26,5 pontos percentuais (relativamente a 1979).

As eleições agora realizadas tinham sido prometidas há cerca de três anos e inserem-se num processo de abertura política que se começou a esboçar em 1991.

Em Maio desse ano foi concluída a revisão da Constituição que estabeleceu o multipartidarismo e acabou com a censura.



Morreu Kim Il Sung

Faleceu no passado dia 8, com 82 anos de idade, o Secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia e Presidente da República Popular Democrática da Coreia, Kim Il Sung.

O falecido dirigente coreano desde muito jovem se destacou na luta patriótica e revolucionária contra a ocupação japonesa e, mais tarde, liderando a edificação da República Popular Democrática da Coreia, as profundas transformações socioeconómicas do país e a sua defesa contra o imperialismo norte-americano e japonês. Os comunistas portugueses, cujas relações amistosas com o Partido do Trabalho da Coreia datam de há longos anos, independentemente de diferenças de concepção em relação à construção da nova sociedade, sempre foram solidários com a luta emancipadora dos comunistas e do povo coreano em defesa das grandes conquistas sociais alcançadas, da soberania nacional e muito especialmente na sua luta pela reunificação pacífica da sua pátria.

Uma delegação do PCP, composta pelo Presidente do Conselho Nacional, Alvaro Cunhal, por Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado, e por Albano Nunes, do Secretariado e responsável pela Secção Internacional, deslocaram-se na passada segunda-feira à Embaixada da República Popular Democrática da Coreia onde assinaram o livro de condolências.

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCT a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas,

«Por motivo do falecimento do camarada Kim Il Sung, Secretário-Geral do Partido do Trabalho da Coreia e Presidente da República Popular Democrática da Coreia, transmitimos aos comunistas e ao povo coreano as nossas sentidas condolências e sentimentos de fraternal solidariedade, formulando os melhores votos à vossa acção em defesa da soberania da RPDC e pela reunificação pacífica da nação coreana.»

Yemen O Norte assume compromissos

Num quadro de grandes incertezas em relação ao futuro, e depois de ter assumido o controlo de Aden, a capital do Sul do Yemen, as autoridades de Sanaa (Norte) assumiram oficialmente - em carta dirigida ao secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali - cinco compromissos, nomeadamente o retomar do "diálogo nacional" no Yemen.

O comunicado da ONU precisa que a direcção de Sanaa anunciou a imediata cessação de toda a actividade militar, o início das operações de socorro em

Aden, uma amnistia total, a sua disposição de tentar compensar as perdas em vidas humanas e as destruições causadas pela guerra, o respeito pela democracia, pelo pluralismo político, a liberdade de expressão e de informação e os direitos do Homem.

O governo do Yemen do Norte assumiu ainda o compromisso de "retomar o diálogo nacional no quadro da legitimidade constitucional".

Milhares de soldados sulistas foram entretanto feitos prisioneiros após se terem rendido às tropas nortistas.

Europa A crise e a extrema-direita

A extrema-direita e os movimentos xenófobos estão a assumir uma preocupante relevância em diversos países da Europa.

A generalizada crise económica e de perspectivas, o profundo abalo das estruturas políticas, minadas pela corrupção, a degradação do nível de vida e a "flexibilização" das condições de trabalho, o desmantelamento da segurança social - têm vindo a criar um ambiente de profunda insegurança e frustração, favorável ao renascer de diferentes integrismos, de formas de irracionalismo político, e de manifestações de xenofobia, pois os imigrantes, pela sua fragilidade tanto no plano económico como político, sempre surgem, nestas situações, como bode expiatório preferencial.

Formas de xenofobia, aliás também alimentadas pelas políticas que neste domínio, estão a ser implementadas no quadro da CEE.

É aos sectores da população mais atingidos pela crise, jovens desempregados e sem perspectivas de trabalho, os habitantes dos bairros periféricos das grandes cidades - pessoas muitas vezes desesperadas pela insegurança e degradação das condições de vida e mesmo de sobrevivência - que a extrema-direita vai buscar o fundamental dos seus militantes e do apoio eleitoral.

França

O "lepenismo", considerado por muitos estudiosos como o precursor da nova extrema-direita europeia, desenvolveu-se num quadro ideológico que data de há quase um século, e parte da exigência de "unidade dos verdadeiros franceses". O ódio aos judeus transmutou-se agora em ódio aos imigrantes, em particular aos árabes.

Antecedentes da Frente Nacional de Le Pen são as experiências ligadas ao colonialismo: "Argélia Francesa" e OAS, que se mantiveram vivas entre os franceses da Argélia.

Partindo de uma situação totalmente marginal, há poucos anos atrás, a Frente Nacional (FN) converteu-se num partido com cerca de 75.000 filiados e uma adesão a nível nacional da ordem dos 15% (eventualmente em declínio).

Parece pouco provável que Le Pen venha a ganhar umas eleições e chegar ao governo. Entretanto, conseguiu (numa convergência ineludível com políticas oficiais) levar o tema da imigração para o centro dos debates políticos e as suas teses ganham terreno nos programas dos partidos políticos da área do governo.

Alemanha

Durante muitos anos, as imagens e a memória dos crimes nazis, o desastroso preço da segunda guerra mundial, constituíram, para a maioria dos ale-

mães, uma barreira psicológica ao avanço da extrema-direita.

Mas as eleições de 1989 registam uma mudança sensível na situação, reflectida no preocupante êxito eleitoral do Partido Republicano, fundado por Franz Schönhuber, ex-oficial das SS, que obteve 8% dos votos.

Schoenhuber tentava ainda então demarcar-se oficialmente do passado e da ideologia nazi, mas, entretanto, outras organizações da extrema-direita obtiveram significativos resultados eleitorais em diferentes eleições, reclamando-se abertamente da herança de Hitler.

A maioria destes grupos dirige o fundamental da sua acção contra a Lei do Asilo, agitando o espectro do "perigo dos imigrantes".

Segundo números oficiais, existem uns 70 grupos da extrema-direita, calculando-se em 40.000 os seus apoiantes. Os activistas, dispostos a envolver-se em acções criminosas - agredir, incendiar, matar - seriam cerca de 6.000, dois terços dos quais "skinheads". Na sua maioria são jovens entre os 16 e os 25 anos.

A absorção da RDA por parte da República Federal Alemã, com as sequelas de massivo

empobrecimento da população de Leste, e a crise que se vive por todo o país, contribuíram em grande medida para este processo de afirmação e expansão da ideologia e dos partidos de extrema-direita. A política de Kohl em relação à imigração também abriu portas a esta expansão.

Bélgica

O "Vlaams Blok", Bloco Flamengo, nascido em 1981 da fusão de outras organizações ultranacionalistas, ganha terreno tanto no plano nacional como ao nível do Parlamento Europeu.

As suas bases de apoio estão fundamentalmente em sectores de população que, ao longo de anos de desenvolvimento económico, alcançaram níveis de vida relativamente altos, e hoje se vêem atingidos por novas formas de pobreza. É entre estes sectores que o discurso anti-imigrantes cala fundo. Em particular nos últimos anos, em que a crise política atingiu níveis quase similares aos que abalaram a Itália.

O "Vlaams Blok" opõe-se ao Estado belga bilingue e defende a unificação com a Holanda. A sua influência política será mais ampla que a expressão eleitoral, e tem claros reflexos na política socioeconómica do governo.

Entre a população francófona, a extrema-direita está organizada em grupos como a "Frente Nacional" e "Agir", que se apresentam como os defensores dos sectores mais desfavorecidos "contra a invasão estrangeira". Adoptam uma linguagem anticapitalista, que lhes facilita a penetração em sectores operários. Nas últimas eleições europeias conseguiram entrar no Parlamento Europeu. Alguns dos dirigentes da Frente Nacional militaram na organização terrorista OAS, dos defensores de uma Argélia francesa.



Manifestação dos jovens franceses contra a política de Balladur. Uma resposta positiva a uma crise que contribui, por outro lado, para o reforço da extrema-direita

ponte de Allenby - que liga a Cisjordânia à Jordânia - e o "reforço" da presença palestina no posto fronteiriço de Rafahm - entre o Egipto e a faixa autónoma de Gaza - são as questões em negociação.

Ulster

Confrontos entre meia centena de católicos e protestantes, sem vítimas, verificaram-se na madrugada de dia 12, em Belfast, antecedendo as tradicionais marchas protestantes que, todos os anos, fazem crescer a tensão na província. A polícia disparou balas de plástico contra jovens católicos que tinham lançado bombas artesanais contra os protestantes que comemoram a "décima primeira noite", véspera do aniversário do "Twelfth" (12 de Julho).

As marchas do "Twelfth" assinalam o aniversário da batalha de Boyne (1690), na qual Guilherme d'Orange venceu os exércitos católicos de Jacques I, marcando o triunfo da causa protestante na Irlanda do Norte.

Bósnia

Yasushi Akashi, enviado especial da ONU à ex-Jugoslávia, anunciou um prolongamento por um mês da trégua na Bósnia, acordada entre as forças governamentais bósnias e as forças sérvias. A trégua anterior expirou no domingo passado.

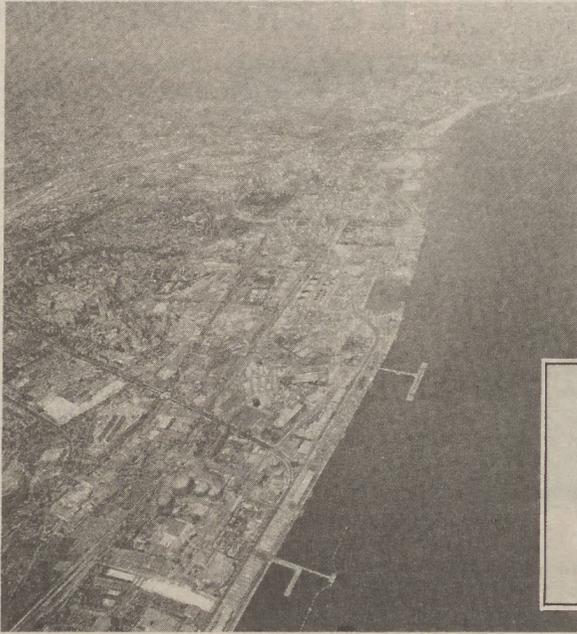
"Esperamos que todas as partes respeitem o acordo", disse em conferência de imprensa em Sarajevo, depois de um encontro com o vice-Presidente da Federação croato-muçulmana, Ejup Ganic. A trégua de um mês foi acordada a 8 de Junho último e entrou em vigor a 10 de Junho.

Eleições

O antigo primeiro-ministro ucraniano Leonid Kutchma, defensor de uma reaproximação com a Rússia, venceu a segunda volta das eleições presidenciais nesta ex-república soviética. Nas presidenciais realizadas na Bielorrússia, venceu o deputado Alexandre Lukachenko, por mais de 80% dos votos. Lukachenko encabeçou em 1992 uma comissão parlamentar anticorrupção e é director de um "sovkhoze" no leste do país.

Argélia

Sete estrangeiros - quatro russos, um romeno e dois cidadãos da antiga Jugoslávia - foram assassinados na Argélia, elevando para 51 o número de não argelinos mortos no país desde Setembro.

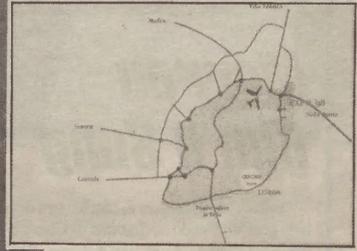


A EXPO'98 promete a reconversão profunda da Zona Oriental de Lisboa, ligando a cidade ao rio e requalificando uma parte substantiva da capital através do que se considera "a maior operação de transformação urbana jamais realizada em Portugal"

Atraindo um investimento público, na Zona Oriental de Lisboa, previsto em 2.000 milhões de contos para os próximos 10 anos, a EXPO'98 não será apenas a última grande Exposição do Século XX no nosso planeta: nas palavras do seu Comissariado organizador, *servirá de catalisador à maior operação de transformação urbana jamais realizada em Portugal.* Dedicada ao tema "Os Oceanos, Um Património para o Futuro" - motivo particularmente caro a nós, portugueses, e coincidindo com o cinquentenário da partida de Vasco da Gama para a Índia - esta Exposição mundial abrirá as suas portas a 22 de Maio de 1998 com uma oferta sem precedentes na nossa história recente: a Estação Oriente (o maior interface intermodal do País), um Centro de Exposições com 70.000 m², vastos parques, um Pavilhão Multiusos para 12.000 pessoas, centros comerciais, um hospital, unidades hoteleiras, zona de embarcações de recreio e o maior Oceanário da Europa, para só falarmos de alguns equipamentos que apetrecharão a EXPO'98. Isto ocupando apenas 50 dos 310 hectares da Zona Oriental de Lisboa definidos como "Área de Intervenção da Expo'98", onde se espera a tal "maior operação de transformação urbana jamais realizada em Portugal". E a Zona Oriental de Lisboa bem precisa dessa

transformação, que promete requalificá-la urbanística e ambientalmente, ligando-a ao rio Tejo. Se toda a gente está de acordo com a requalificação desta área da capital a propósito da EXPO'98 - com relevo para a Câmara Municipal de Lisboa, empenhada desde a primeira hora em localizar na Zona Oriental de Lisboa a realização da Exposição - há algumas apreensões quanto ao cumprimento das expectativas geradas, à disponibilização dos meios necessários, aos desmandos socio económicos que uma distorcida concretização do empreendimento pode introduzir na Zona Oriental e na Cidade. Rui Godinho, vereador, presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa e responsável camarário directo por questões ambientais e de saneamento articuladas com a EXPO'98, adverte: *A pretexto de deixar estes equipamentos construídos, que são válidos e correspondem a muitos milhões de contos de investimento, não pode avançar-se, pura e simplesmente, para uma operação imobiliária descontrolada, elitista, que não se enquadre naquilo que são as orientações do Plano Director Municipal de Lisboa, mas, sim, que faça com ele uma articulação adequada.* Entretanto, os sindicatos, através da USL/CGTP, também se inquietam e já acusam o Governo do PSD, quando se apressou a produzir legislação de excepção para a actuação do Comissariado e do Parque Expo'98 no que respeita a subsídios e indemnizações para os donos das empresas sediadas na zona, e se "esqueceu" de produzir legislação do mesmo tipo que acautelasse o emprego e os direitos dos trabalhadores que nessas empresas laboravam. E estão ali em causa qualquer coisa como 25.000 postos de trabalho...

Zona oriental de Lisboa A revolução anunciada



vão construir para grandes acontecimentos desportivos e culturais), ou o Parque Urbano de Beirolas, que interessará aos moradores e irá criar uma nova centralidade de Lisboa. Mas atenção: nada disto deve ser pretexto para uma operação imobiliária descontrolada e elitista, que não se enquadre no que são as orientações do Plano Director Municipal de Lisboa. E Rui Godinho especificou: A CML mandou elaborar um Plano de Pormenor para a área envolvente de toda a Zona de Intervenção da Expo'98, exactamente para fazermos a ligação harmónica entre a cidade, em si, e a Expo'98, para que aquilo não apareça qual "abcesso amarelo", como disse o arquitecto Silva Dias no debate da Assembleia Municipal. O empreendimento



Rui Godinho, vereador e presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa, foi um dos protagonistas decisivos, pela CML, na defesa da realização da EXPO'98 na Zona Oriental de Lisboa, com o objectivo de aproveitar o evento para a reconversão profunda desta parte da capital. Mas adverte: "A EXPO'98 não pode ser pretexto para uma operação imobiliária descontrolada e elitista, que não se enquadre no que são as orientações do PDM de Lisboa"

Cuidado com os elitismos
Entretanto, Rui Godinho não hesita em realçar a grande importância da operação EXPO'98 para a reconversão duma parte importantíssima da capital, vislumbrando-se, neste momento, a possibilidade de o empreendimento deixar, para além do período da Exposição, equipamentos muito válidos, como será a Gare do Oriente (construída segundo o projecto do grande arquitecto catalão Santiago Calatrava e concretizando o maior interface intermodal do País, com ligações aos caminhos-de-erro, do metropolitano, ao aeroporto e às estruturas rodoviárias), o Oceanário (o maior da Europa, equipamento de grande valia quer do ponto de vista lúdico, quer do ponto de vista científico), o Pavilhão Multiusos (com lotação para 12.000 pessoas, que a Câmara e a Expo'98

to tem de aparecer como algo que a cidade acolhe, que com ela se articula, que não contrarie a cidade e que, de alguma maneira, não crie com ela interfaces de conflito.
"Parque Jurássico", nunca!
Daí algumas interrogações concretas, que Rui Godinho igualmente manifestou:
Há apreensões, neste momento, sobre o atingir destes objectivos, uma vez que o Plano de Urbanização que foi aprovado pelo Gabinete das Obras Públicas para esta Zona não acolhe, totalmente, as preocupações

■ Henrique Custódio

"Isenção" ambiental: um "equivoco" do Governo?

Há outros aspectos inquietantes na condução do processo e assinalados por Rui Godinho, nomeadamente as situações de excepção que o Governo está a criar para a operação, como a ausência do visto do Tribunal de Contas, ou a eventual isenção de estudos de impacto ambiental para grandes empreendimentos e Planos de Pormenor da Zona. A este respeito, disse:
Enquanto vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Lisboa, manifesto a minha surpresa face a esta possibilidade, sendo, naturalmente, contrário a que tais isenções venham a ser concedidas, as quais, a concretizarem-se, poderão pôr em dúvida se é efectivamente um dos principais objectivos da EXPO'98 proporcionar a reabilitação urbanística e ambiental da Zona Oriental de Lisboa.
E acentuou: Tal facto, a verificar-se, constituirá também um precedente grave face a situações congéneres noutros locais do País, de difícil conformação com as directivas comunitárias a que estamos obrigados, e dará argumentos suplementares àqueles que, desde o início - e este não é o nosso caso, nem o da Câmara Municipal de Lisboa - se opuseram à realização da EXPO'98 na Zona Oriental de Lisboa. E concluiu, neste ponto: *Espero bem que tudo não passe de um equívoco e que todos os planos de pormenor e os principais projectos e obras de habitação, equipamentos e infra-estruturas sejam objecto de adequados Estudos de Avaliação de Impacte Ambiental. Obrigo-o o bom senso, a lei e a credibilidade da Exposição.*

Estamos prontos, venham os meios!

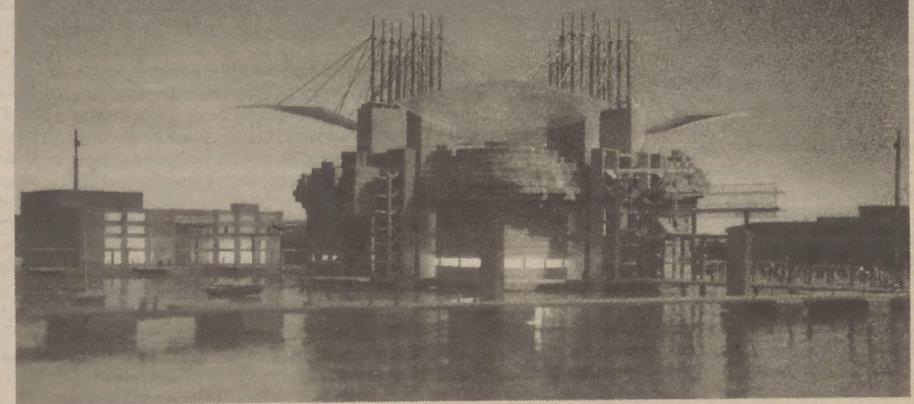
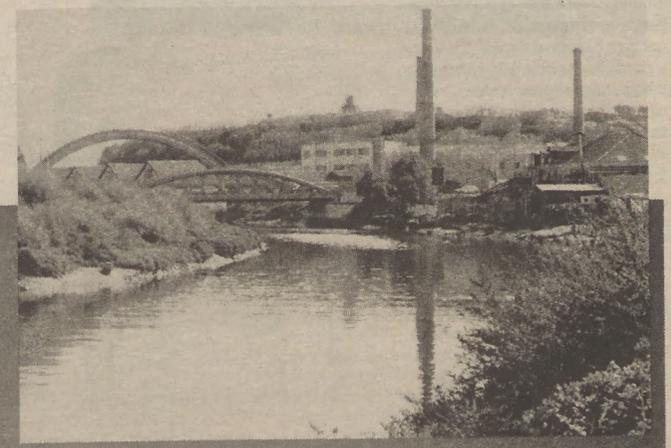
Entretanto, a realização deste empreendimento na Zona Oriental de Lisboa, se vai trazer grandes benefícios, obriga a investimentos elevados e a um esforço significativo dos municípios de Lisboa e Loures naquela zona,



em matéria de acessibilidades e de infra-estruturas de saneamento básico. Como assinalou Rui Godinho, a parte da cidade que faz interface com a zona da EXPO'98 precisa de ser trabalhada. No caso de Lisboa, não temos meios financeiros para fazer o que é necessário, nomeadamente no que toca a infra-estruturas de saneamento básico. Nem para fazer as acessibilidades. Pelo que, das duas uma: ou o Plano de Desenvolvimento Regional do Quadro Comunitário Europeu garante os meios indispensáveis, do ponto de vista financeiro, para a execução das acessibilidades e do saneamento básico para aquela Zona Oriental, ou as Câmaras serão incapazes de fazer o que é necessário e teremos ali uma situação conflituosa e complicada.
Uma conflitualidade que Rui Godinho resumiu assim:
Nesse caso, teremos uma zona aparentemente muito "arranjadinha" para a Expo'98 e os esgotos a correr a céu aberto na zona periférica, porque não foi possível fazê-los, ou fizeram-se deixando-os mal tratados, mal drenados, mal dirigidos. Quanto às acessibilidades, ficarão incompletas, com ruas a acabar em becos, em impasses, avenidas a precisar de ser prolongadas, etc.
No entanto, as portas não estão fechadas, como também esclareceu Rui Godinho. No Plano de Desenvolvimento Regional do Comité Europeu foram previstas as chamadas "Linhas da Expo'98" em que nós, Câmara, propusemos, precisamente, que estes empreendimentos fossem financiados. Estamos a negociar.
Trata-se, na verdade, de um grande esforço, este a que os dois municípios são obrigados para articular o que têm a fazer nas suas áreas de intervenção nas zonas envolventes da EXPO'98, com o que a própria EXPO'98 irá fazer. Não é um esforço dispendioso - alertou Rui Godinho -, é um esforço muito grande e estamos numa fase em que já devia haver decisões muito mais avançadas, no ponto de vista da garantia dos meios. E concluiu: *Nós temos os projectos, temos a capacidade política, temos a capacidade de realização. Venham os meios! E se não vierem, cuidado com as consequências...*

Um sonho sem pesadelos?

(por via do encerramento e/ou desactivação das suas empresas) ou serão deslocados para locais afastados. Na linha, aliás, do que já aconteceu a 15.000 postos de trabalho "desactivados" na zona desde 1989... com a simples invocação da EXPO'98.



Entre a esperança da despoluição do Trancão (foto de cima) e o prodigioso Oceanário a haver (maquete, em baixo, na antevista computadorizada do Comissariado), a EXPO'98 mobiliza uma enorme expectativa, assente no pressuposto de que esta é a grande oportunidade para modernizar harmoniosamente a capital. Resta saber se o sonho se cumpre sem pesadelos para a Zona, a Cidade e os seus habitantes

Do estado da Nação aos receios de Cavaco

A penúltima sessão legislativa da sexta legislatura chega hoje ao fim. A Assembleia da República reabrirá, em princípio, a 15 de Outubro para a última sessão legislativa antes das próximas eleições legislativas de 1995.

Porque a memória é por vezes curta, justifica-se um pequeno e rápido balanço dos trabalhos parlamentares na sessão legislativa que agora finda. Para que conste mas, fundamentalmente, como elemento de reflexão e espelho parcial do estado da Nação.

A actividade legislativa e fiscalizadora da Assembleia da República continuou a ser dominada pelo peso abafador e acrítico da maioria absoluta do PSD, pela sua total e completa submissão e sujeição à vontade e aos interesses político-partidários do Governo.

Por isso que a actividade legislativa da Assembleia da República, que deveria ser, constitucionalmente, a sua actividade principal, se reduziu na prática à aprovação de propostas de lei apresentadas pelo Governo. Salvo erro e omissão, apenas foram aprovadas 3 leis originadas em iniciativas dos grupos parlamentares, o que dá bem a medida da governamentalização a que o Parlamento está sujeito.

Por outro lado, o conjunto de leis aprovadas com base em iniciativas do Governo espelha a orientação política de toda a actividade do executivo chefiado por Cavaco Silva.

Veamos, em síntese exemplificativa.

Um grande número de leis aprovadas pela maioria parlamentar do PSD visou restringir e atingir os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, reforçar as orientações xenófobas e tendencialmente racistas e fragilizar a democracia do regime. Neste âmbito se inserem, designadamente, leis relacionadas com o Sistema Schengen, a criação de "centros de internamento" de imigrantes, o uso obrigatório do Bilhete de Identidade com a possibilidade de detenção dos cidadãos por seis horas (possibilidade que posteriormente foi declarada inconstitucional), a restritiva lei da nacionalidade, a concentração dos Serviços de Informações da República e o alargamento da sua actuação ilegítima, o segredo de Estado e a chamada lei de combate (?) à corrupção e criminalidade económica e financeira.

Paralelamente, foram rejeitadas todas as iniciativas do PCP com o sentido da garantia dos direitos dos cidadãos, da legalidade democrática, da transparência da vida pública. Como foram liminarmente rejeitados pela maioria do PSD todos os inquéritos parlamentares apresentados pelo PCP, designadamente os relativos à apropriação pelo Banesto da maioria do capital social do BTA, à actuação ilegal do Serviço de Informações de Segurança, ou à actividade do Ministério da Saúde.

Um outro campo da actividade parlamentar teve a ver com a situação económica e social do país e dos cidadãos. Também aqui com uma orientação negativa e prejudicial ao país e aos portugueses. Desde logo com o Orçamento do Estado, que impôs a redução dos salários reais da generalidade dos trabalhadores da função pública, o congelamento (na melhor das hipóteses) do valor real das pensões e reformas e o prolongamento da situação recessiva na economia, pela natureza restritiva do Orçamento. Mas ainda, por exemplo, com a lei das propinas. E a recusa de aprovação dos projectos de lei do PCP visando a criação do rendimento mínimo de subsistência, a defesa dos representantes dos trabalhadores e dos direitos dos trabalhadores, o aumento das pensões e reformas, a suspensão das provas globais, a suspensão

e revogação das portagens na ponte "25 de Abril", a definição de uma lei de bases da política agrária, a garantia dos direitos dos pescadores, a criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes, o desenvolvimento da rede pública de educação pré-escolar, etc.

Estes exemplos são significativos da acção prepotente do PSD na Assembleia da República e da orientação negativa da política do Governo e de Cavaco Silva e, como referi acima, são de algum modo o espelho do estado da Nação.

Estado da Nação que na passada semana foi objecto de um debate no parlamento. A caracterização da situação real que o nosso país vive foi feita pelo Secretário-Geral do PCP, e dela é dada notícia nesta mesma edição do "Avante!".

Mas julgo necessário fazer três anotações relacionadas com intervenção do Primeiro-Ministro nesse debate. Sem antes deixar



■ OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

Não sendo inédita a fuga do Primeiro-Ministro à análise da realidade do País, ela é significativa do incómodo, da dificuldade que ele e o seu Governo têm de falar do actual "estado da Nação"

to continua em queda livre por ausência de perspectivas seguras da recuperação económica, que o desemprego continua a aumentar e promete prosseguir na via ascendente, que a miséria, e mesmo a fome, atinge hoje muitos milhares de famílias portuguesas.

Na análise que fez da situação económica e social do País, Cavaco Silva foi incapaz de se referir aos resultados do último ano (que deveriam ser o centro de um debate anual sobre o "estado da Nação"), ou mesmo dos resultados dos últimos três anos (tantos são os da actual legislatura). Falou sempre em médias desde 1986 até agora, para esconder o descalabro da sua governação económica e social desde 1991 até ao presente.

Por outro lado, Cavaco Silva procurou circunscrever o mal-estar que se vive na sociedade portuguesa apenas ao desenvolvimento económico, pois, segundo ele, o "desafio da liberdade e da democracia" já não se coloca. É inequívoco que o desenvolvimento económico e social do País é uma questão central para o nosso futuro e é, aliás, uma das principais razões que suscitam a necessidade de uma política alternativa e da substituição deste Governo. Mas a afirmação de Cavaco Silva de que já não existe qualquer necessidade de pugnar diariamente pela defesa das liberdades e de elementos essenciais da democracia é falaciosa e grotesca, quando o seu Governo continuamente reprime a contestação e o protesto social com a violência policial repressiva, governamentaliza as instituições democráticas, dá cobertura às actuações ilegais e violadoras das liberdades dos serviços de infor-

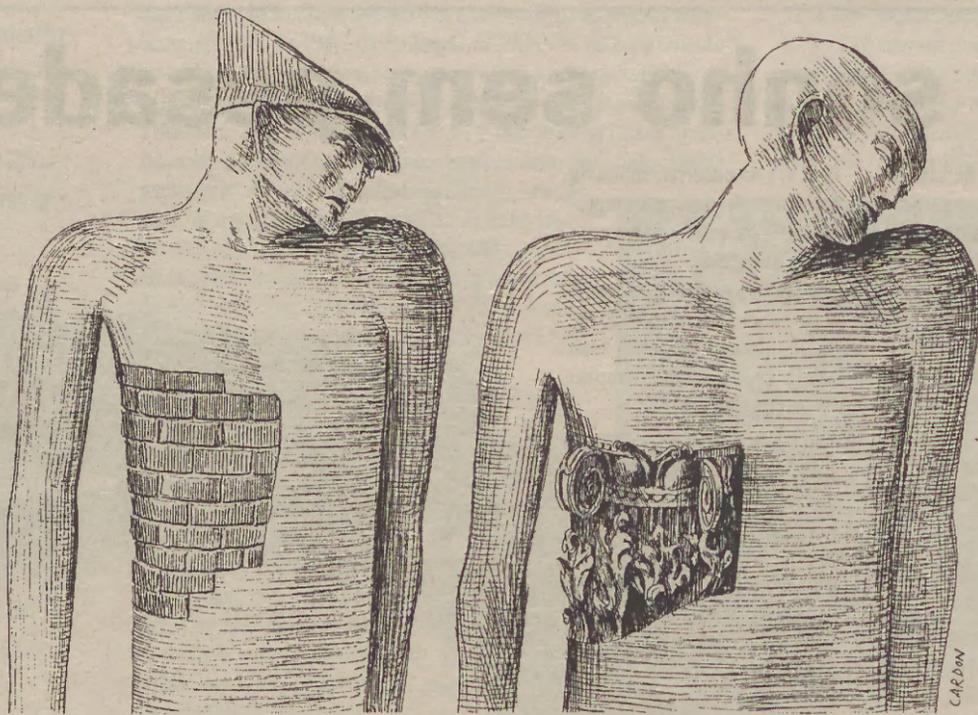
mações, permite, incentiva e não combate a corrupção que mina a transparência e a ética da vida pública portuguesa.

Por último, mas não o menos importante, Cavaco Silva sentiu a necessidade de iniciar o seu discurso com a afirmação de que nas eleições de Dezembro e de Junho "não esteve em causa o Governo nem o julgamento da actividade governativa". É a sua incapacidade congénita para perceber que o julgamento do Primeiro-Ministro, do Governo, das suas promessas não cumpridas, não se faz nem pode fazer-se apenas de 4 em 4 anos. Isso seria restringir inaceitavelmente a democracia política e os seus mecanismos de fiscalização, e só pode ser a concepção de quem da democracia tem uma visão deformada e restritiva. O julgamento do Primeiro-Ministro, do Governo, das políticas e dos seus resultados faz-se permanentemente, não apenas através dos actos eleitorais mas também em todos os actos eleitorais. Mas esta necessidade sentida por Cavaco Silva, que Freud ajudaria a explicar, é uma manifestação inequívoca da inquietação

profunda que atinge Cavaco Silva e o PSD perante o cada vez mais generalizado descontentamento e protesto de amplas camadas sociais do nosso povo ditado pelos resultados da política económica e social laranja. Ela espelha os receios e a insegurança de Cavaco Silva e do PSD face às próximas eleições legislativas.

E essa inquietação, esses receios, essa insegurança, essa percepção clara da erosão da base de apoio social e eleitoral de Cavaco Silva e do PSD tem de ser um tónico mais para aprofundar e alargar a luta popular e institucional contra as políticas do Governo, para o PCP fazer chegar a mais portugueses e de forma clara e directa o seu programa, as suas propostas, a sua prática e os seus objectivos, visando o reforço social e eleitoral do PCP como base essencial da criação de condições para uma alternativa democrática com uma nova política aos serviços dos interesses do País e dos portugueses.

Esse será, seguramente, o cerne da intervenção política e social dos comunistas nos próximos quinze meses. Porque, como disse Carlos Carvalhas no debate do estado da Nação, "temos uma grande confiança na capacidade de intervenção e de luta do povo português e pela nossa parte tudo continuaremos a fazer para derrotar esta política e este Governo".



de chamar a atenção para o facto de a RTP1, a televisão pública, ter feito a transmissão directa de toda a intervenção de Cavaco Silva e do subsequente período de perguntas e respostas, e imediatamente a seguir terminar a transmissão em directo. Impedindo, assim, que os portugueses pudessem ouvir igualmente as intervenções completas dos partidos da oposição, e concretamente a do secretário-geral do PCP. Este comportamento da televisão "pública" é, também ele, um dado significativo do deplorable "estado da Nação" a que conduziu a governação do PSD.

Quanto a Cavaco Silva, em primeiro lugar tentou refugiar-se entre o elogio do passado e as promessas do futuro, esquecendo o presente. Por razões meramente partidárias, o Primeiro-Ministro, o Governo e o PSD recusam ver o real estado económico, social e político da Nação. Não sendo inédita a fuga do Primeiro-Ministro à análise da realidade do País, ela é significativa do incómodo, da dificuldade que ele e o seu Governo têm de falar do actual "estado da Nação". Porque Cavaco Silva, o Governo e o PSD têm consciência de que o consumo privado tem vindo a desacelerar fortemente em consequência da redução dos rendimentos reais de largas camadas da população, que o investimen-

Que condições de vida no país onde os hospitais e as maternidades fecham porque não são lucrativas e onde a mortalidade infantil é das mais altas da CE? Que esperança de vida (73,2 anos em 85, 74,8 em 1989), quando as estatísticas nos revelam que morrem hoje mais 2000 idosos por mês devido a carências de alimentação, doença, solidão e miséria que há 3 anos? Que desenvolvimento, que solidariedade? Portugal tem 2,5 milhões de pobres! Mais de metade são famílias com pelo menos 1 pensionista; 34% só têm um membro empregado. São 150 000 em pobreza absoluta.

A família

A mais pequena célula numa sociedade sem coração

■ Rosa Maria Xisto

As famílias empobrecidas são-no hoje duplamente, não só porque não vêm satisfeitas as necessidades básicas no campo da saúde, da alimentação, da instrução, do relacionamento, da habitação ou do saneamento, mas também pelo bombardeamento do que lhes apontam (metas que não podem atingir) e que tem um efeito distorcedor dos seus comportamentos no dia-a-dia.

E a dimensão da pobreza pode nem ser dada através do aspecto material. Pode ser a da insegurança, da vulnerabilidade a que o trabalhador precário está sujeito, das condições de trabalho que tem de suportar (horários sobrecarregados, divididos ou trabalho nocturno, as horas extras sem pagamento).

São as famílias empobrecidas dos bairros degradados que não deixam de estar expostas às telenovelas que lhes trazem ambientes de conforto e de ostentação, de lazer e de divertimento.

Como não deixam de estar também expostas à publicidade que multiplica produtos que servem para tudo e para nada, até mesmo para garantir felicidade, segurança e beleza.

É esta «modernização», este «crescimento» da nossa economia a trazer novas formas de empobrecimento às famílias. Porque empobrecimento é tudo aquilo que exclui famílias, indivíduos ou grupos sociais do progresso duma sociedade. E o empobrecimento pode existir também pela via do tempo, porque as pessoas são hoje, de facto, mais pobres de tempo para conviver. De tempo para ser.

Por isso não digo da possibilidade que cada família tem de escolher como empregar o seu tempo de lazer, o tempo para a cultura pessoal, para as relações familiares, para a participação social porque sei que há cada vez menos espectáculos, que os cinemas fecham por falta de espectadores, que há menor número de leitores.

Porque sei que 75% dos portugueses não fizeram ou não vão fazer férias, dos que fizeram 60% será só durante 15 dias, 45% em casa de familiares ou amigos, num país onde só 2% faz turismo social. Sei também que os que não fazem férias, 66% é por falta de dinheiro...

O país real

Não vou falar do tempo disponível para estar com a família porque não falo do horário de trabalho (41,5 h em média, + de 42 h na indústria). Nem neste aspecto as promessas da integração europeia se concretizaram, não houve diminuição que daí resultasse. A que tem havido tem sido insuficiente, conseguida à custa de duras lutas.

Também não me refiro ao espaço das casas ao conforto das casas à segurança da habitação ao espaço envolvente ao tempo de deslocação de e para casa (em Lisboa a maioria das pessoas gastam mais de 2 horas por dia para ir de casa até ao emprego).

Não falo das nocividades do ambiente, não só do ambiente natural, mas também dos ruídos, que nos envolvem, da poluição atmosférica e principalmente dos ambientes de trabalho geradores de doenças, de acidentes (foram 185 mortais em 1992), de stresse que se leva para casa, para dentro da família.

Ano Internacional da Família no único país da C.E. que ainda não reflectiu o trabalho no código penal, que não tipifica como crime contratar crianças para trabalhar — nem sequer como crime de riscol. Ou colocar trabalhadoras grávidas a laborar com produtos que as afectam a si ou ao feto!

Onde não é crime violar (tantas vezes repetidamente) as regras de higiene e segurança no trabalho, que, por omissão, classifica como normal a conduta do patrão que, eliminando ou alterando as regras de segurança, provoca a morte de trabalhadores!

Mas quem são os que menos acedem ao ensino e à formação profissional? os que vêem os seus valores culturais desprezados? os que não vão ao teatro nem ao cinema?

os que não compram livros nem lêem jornais? os crédulos e acrílicos consumidores de televisão?

Não são as famílias «para Ano Internacional da Família ver»? São as famílias do país real, resultado de uma política profundamente anti-social. São as famílias que às vezes nem em casas vivem, ou que habitam em casas degradadas, sem conforto, a horas de distância e largas centenas de escudos de transporte de tudo o que lhes interessa e a que têm direito.

São as que não têm onde deixar os filhos a não ser entregues à rua (apenas 25% das necessidades de creches e infantários estão cobertas em Portugal, contra 70% em Espanha e 100% em França), são aquelas cujos filhos enchem as listas de insucesso e que agora, com a «reforma do ensino», vão ter uma certificação de que passaram pela escola.

Que ano?

Neste ano de 1994, ano de muitas comemorações, gostaria de interrogar uma em especial: a do Ano Internacional da Família, que terá honras de fecho em Portugal.

E as interrogações que me surgem têm a ver essencialmente com a definição encontrada para este Ano Internacional:

A família — a mais pequena célula no coração da sociedade.

Esta é uma definição feliz porque a felicidade (coração) faz subliminarmente apelo; é solidária; é, ainda, equilibradamente integrante e integradora (célula da sociedade). Mas...

Em Portugal que família? Que democracia/solidariedade? Que progresso/felicidade? Que desenvolvimento/dimensão social?

Quer dizer deste Ano Internacional da Família em Portugal?

As comemorações, seja do que for, são sempre importantes — mesmo que em simultâneo e contraditoriamente ande pelo ar um cheiro de hipocrisia —, quanto mais não seja porque, durante a comemoração as consciências são incómodas, porque assim sendo é mais fácil chamar a atenção para injustiças, pôr a nu as hipocrisias e, nalguns casos, mudar alguma coisa ou abrir caminhos de mudança.

Mas este Ano Internacional da Família português parece ser paradigmático na sua oposição à mudança. Ostensivo, mesmo.

Foi o ano em que as prestações sociais não foram sequer «actualizadas». A única excepção (?) foi a do abono de família que foi aumentado «brutalmente» em 120\$00 por mês.

É caso para interrogar: «Em que é que estaria a ONU a pensar quando decidiu que o encerramento das comemorações do Ano Internacional da Família seria em Portugal?»

Foi o ano em que muitas famílias voltaram a sofrer o drama dos salários em atraso!

O ano em que o desemprego aumentou tanto que não foi possível escondê-lo. Mais 30 000 novos pedidos de emprego, por mês, deram entrada nos centros de (des)emprego.



Foi o ano em que o governo se desdobrou em esforços para tornar a saúde mais tendencialmente cara, a Segurança Social menos universal, o direito ao ensino mais elitista e em que quis abrir caminho para acabar de vez com a rede pré-escolar.

Não me refiro, é evidente, às taxas moderadoras, aos medicamentos que deixaram de ser comparticipados, às longas filas de espera, de madrugada, para ter acesso a uma consulta nos Centros de Saúde, ou à ausência de especialidades.

Mas interrogo:

Que progresso, que garantia de saúde na gravidez, 4 a 5 consultas em média por grávida (12 na Holanda) com regiões do país onde há 1 obstetra por 61 633 habitantes; no parto; nos primeiros anos de vida (1 pediatra para 10 650 crianças, nalgumas regiões)?

E mais do que afirmar que não existem no nosso país estruturas de apoio à família em quantidade e qualidade suficientes é necessário dizer que não existe sequer uma política que, apoiando a família, tenha a criança como primeiro valor. Pelo contrário na senda da privatização, pretende-se privatizar também a rede pré-escolar. Direi mais que se crie o «*numerus clausus*» do pré-escolar, provas de acesso... globais, de preferência!!!

Uma das orientações do Comité da Família para os governos nacionais é: «**reduzir os custos para as famílias, tanto no ensino público, como no privado**». Será que traduzida pelo Governo de Cavaco Silva quer dizer: propinas, falta de condições de alimentação nas cantinas escolares (onde as há ou onde existindo não funcionam por falta de pessoal), custos dos Infantários das IPSS que podem ser superiores a 20 000\$00 por mês por criança?

É que

Há 5 anos que o Estado não abre um jardim de infância.

Nos que existem verificaram-se num ano 4 mil acidentes.

Desde 1988 que o Ministério não aumenta a rede pública, nem controla a qualidade dos estabelecimentos privados.

Calcula-se em cerca de 1000 os lugares para educadoras de infância que estão por criar na rede pública.

São mais de 2000 as educadoras desempregadas.

São 1000 as que estão com contrato a prazo.

É caso para interrogar em que é que estaria a ONU a pensar quando decidiu que o encerramento destas comemorações seriam em Portugal... Provavelmente no aspecto didáctico, pois, será claro, para todo o mundo, que não é assim que se promovem as condições para que a família se possa desenvolver harmoniosamente. Que, assim, neste Portugal, com esta política, a família, não será a mais pequena célula no coração da sociedade!

KIEV Dezasseis séculos de História

■ Manoel de Lencastre

Durante todo o dia e toda a noite 22 de Junho de 1941, os Grupos de Exército Norte (von Boch), Centro (von Rundstedt) e Sul (von Leeb)⁽¹⁾, avançam doidamente em pleno país soviético travando conhecimento com estepes e florestas, ultrapassando rios. Os «panzers», aos milhares, engoliam povoações sucessivas e corriam misturando-se com alucinados motociclistas, devorando quilómetros e deixando em chamas e em ruínas o território ultrapassado. Particularmente, os grupos de tropas motorizadas de von Kleist (48.º) e de Guderian (47.º) venciam todos os obstáculos e já surgiam para além das zonas fortificadas soviéticas. Iam para Kiev, Minsk e Moscovo. Nos ares, a «Luftwaffe» desenhava estranhos bailados de espírito macabro e o gritar furioso dos aparelhos lançando-se a pique sobre as aldeias e as pequenas cidades camponesas, ditava a lei dos novos tempos: «Morte! Morte aos comunistas e à URSS! Morte! Morte! Morte!»

Exércitos inteiros, destruídos

Dispersas, imprecisas, são as informações que chegam ao Kremlin. Há uma quietação inesperada nas zonas fronteiriças de cujos comandantes não se recebem notícias. Mas é terrível a confusão em todo o estabelecimento militar soviético. Moscovo acha-se paralisado. As frentes emitem ordens sucessivas que, em questão de minutos, deixam de fazer sentido e, por isso, a situação real é mal conhecida. Sabe-se que tropas do Grupo Sul, nazi, teriam desembocado na zona do Sokal. E Bagramian, que entrará em Berlim, quatro anos mais tarde, ainda de cabeça perdida como Chefe de Operações do Estado-Maior de Kiev.

Em todas as zonas de combate, gente soviética, aos milhares, começa a tomar, em actos desesperados de defesa da sua Pátria — mas, militarmente, não existem forças capazes de enfrentar com êxito a onda de guerra e de devastação que vai engolfar o País. À retaguarda, os menos

na mira dos «Panzers»

tam-se movimentos em vários sectores». Mas os generais Muzichenko (6.º Exército soviético) e Kostenko (26.º) informam que o 17.º Exército nazi, com 5 divisões, ultrapassara Lvov no dia anterior. Na tarde de 24, Potapov (5.º Exército soviético) confirmava que não lhe era possível travar a marcha dos alemães e dizia que a zona de Vladova-Ustilug se encontrava cercada pelas mencionadas cinco divisões e por 2000 «panzers». O grupo principal do exército de tanques nazi surge, então, no sector Duben-

comandantes como Kondruzev (22.º Corpo de tropas mecanizadas), Artemenko (27.º Corpo de Atiradores do 5.º Exército) e Riabiche (8.º Corpo de tropas mecanizadas) contra a tresloucada marcha dos hitlerianos para Kiev, consumiria o melhor de 4 dias e 4 noites mais.

Combatendo com ferocidade igual ou superior à do inimigo, o Exército Vermelho via-se forçado, entretanto, a assistir à dolorosa debandada das populações em delírio, a sofrer a não menos penalizante exiguidade dos seus próprios meios, a ver em fogo muitas povoações sagradas — e recuava sempre diante dos «panzers» do implacável von Kleist. A terra ucraniana já se achava feita cemitério de muitos dos seus filhos

e dos seus heróis, e lágrimas, lágrimas de raiva, toldavam a visão dos soldados porque, se assim não fosse, morrer-lhes-ia a coragem para resistir a tantas derrotas e a tantos sofrimentos. Kiev! Que estranho encantamento possuiis? Por que te querem tanto abraçar os conquistadores hitlerianos? Para te devorarem!

Contas dezasseis séculos de pacientes resignações às crueldades do mundo. Mas agora, quanto o teu trigo tem mais valor e os teus filhos trabalham para que a vida seja menos injusta, a mãe Alemanha nazi, essa fera voraz, vem com 33 divisões beber-te o sangue!

O caos

Nas zonas de operações do Báltico e da Bielorrússia, a situação agrava-se hora a hora. O 8.º Exército da Frente Noroeste recuava sobre Riga. Em Grodno, a 25, desenrolavam-se batalhas titânicas — os alemães fazendo avançar reforços de tanques, o contra-ataque soviético patinando no terreno e dissolvendo-se, depois, e abandonando os carros de combate... por falta de gasolina. Katskilevitch e Nikitin morrem em plena batalha e Stalin ordena a organização de uma nova Frente de Reserva a concentrar-se ao longo de uma linha que cobriria Suchtchevo-Nevel-Vitebsk-Mogilev-Zlobin-Gomel-Chernigov, incluindo os rios Desna e Dnieper e incorporaria os 19.º, 20.º, 21.º e 22.º exércitos. Mas diante do comandante-supremo soviético erguia-se, sem deixar lugar para esperanças ou ilusões, o fantasma real: os nazis apossar-se-iam de toda a URSS a menos que as suas nações lideradas pelos comunistas chamassem a si, na hora do destino, a decisão final. A custa de quantos sacrifícios, porém? De todos. De todos os que o espírito e a carne de um povo inteiro pudesse consentir. Tornavam-se colossais as responsabilidades e as tarefas históricas dos comunistas.

Dizimados nos combates iniciais que se travaram nas zonas fortificadas da fronteira, diversos exércitos soviéticos (o 3.º, o 4.º, o 10.º) dissolviam-se pelo país fora e nas povoações bielorrussas começaram a aparecer homens cujo aspecto já não era o de soldados, mas o de fugitivos sem alma, sem vontade de lutar, homens que haviam desistido da sua causa e julgavam ter posto fim à sua guerra. Legiões de refugiados, feridos, desertores, inimigos da URSS que, rapidamente, descobriram oportunidades, encontravam-se uns com os outros no centro da confusão e da loucura a que a guerra dava lugar. Muitos sentiam-se angustiados e já sem esperança — tinham visto o inferno. Outros, gozavam o prazer da vingança e esperavam recuperar em breve os privilégios e as propriedades de que os comunistas — essas vítimas eternas do seu imorredoiro espírito de justiça! — os haviam desapossado.

Era evidente a ameaça que espreitava Minsk. Pavlov, comandante da Frente ocidental, emitia ordens várias que as tropas não tinham possibilidades de executar. A 26, o 39.º Corpo de forças motorizadas germânico surge diante da zona fortificada que protege a capital bielorrussa. Para enfrentá-lo, o comando soviético dispusera o 44.º Corpo de Atiradores (Iuchkevitch) e o 2.º (Iermakov). Mas, os «panzers» de Guderian (47.º Corpo motorizado nazi) rompiam já pela zona sudoeste nas cercanias da cidade cujas defesas começavam rapidamente a ceder. É quando Stalin, com uma angústia terrível no peito e na voz, telefona a Jukov nos seguintes termos:

«Está a desenvolver-se na zona de Minsk uma terrível situação. Pavlov toma decisões incompreensíveis. Ninguém sabe onde está Kulik. E Shapochnikov adoeceu. Pode voar para Moscovo imediatamente?»

O marechal Kulik, segundo Stalin, estivera no quartel-general do 3.º Exército, no dia 23, mas, pelos vistos, fugira através do que atrás deixamos explicado, quem nos lê já sabe aquilo que aconteceu ao 3.º Exército. Mas para onde foi Kulik? Havemos de encontrá-lo.



exaltados compreendem claramente que a «Wehrmacht» avança para objectivos precisos: Minsk, Kiev, Leninegrado, Smolensk, Moscovo.

A debandada do 3.º Exército (Korobkov) da zona de Grodno, e a do 4.º (Kuznetsov) da área de Brest, tinham permitido a espectacular e agora imparável penetração do Grupo de Exércitos Centro, a Ocidente. O 10.º Exército (Golubev) ainda lutava demonstrando a raiva que é própria dos desesperados, na zona fortificada de Osoviets. Mas todo o dia negro de 23 de Junho se fizera de situações desastrosas. As forças de Mostovenko (11.º Corpo de tropas mecanizadas) combateram com heroísmo; todavia o 6.º (Katakilevitch) deixara-se desmembrar. Unidades do 6.º Corpo de Exército de Cavalaria (Nikitin) viam-se destruídas, em campo aberto, pela «Luftwaffe».

A 24, formações do Exército Vermelho tentam o contra-ataque nas zonas de Klevan e Dubno (Frente sudoeste — Ucrânia). O 8.º Exército de forças motorizadas (Riabichev) luta para libertar Berestechko e o 15.º (Karpezo) procura reocupar Radekov. A 57.ª divisão de infantaria nazi (do grupo de von Kleist) sofre pesadas perdas. E Halder, chefe do Estado-Maior da «Wehrmacht», escreveria no fim desse dia: «O inimigo continua a lançar no combate forças chegadas da retaguarda que procuram impedir o avanço dos nossos exércitos de tanques. Regis-

ka-Gorodlo, mas a 14.ª divisão desse mesmo grupo já vai para Vladimir e Lutsk. E Potapov grita:

«Não tenho forças que possam impedi-los de avançar. Preciso do apoio da aviação. Parem-me essas vagas de tanques que vêm de Brest-Litovsk. Não possuo tropas de reserva. O 9.º Corpo motorizado diz-me que disporá de 200 tanques velhos dentro de dois dias...»

Em quase toda a parte, as comunicações telefónicas haviam sido destruídas. E logo que reparadas, os alemães voltavam a castigá-las e a neutralizá-las. Potapov dispõe, contudo, de um serviço de comunicações por rádio.

O Estado-Maior da Frente, em Kiev, utiliza o telégrafo Baudot. Não pode negar-se, entretanto, que a ofensiva dos tanques de von Kleist sofreu a oposição heróica e feroz das Forças da Frente sudoeste soviética. Estas, apesar das condições precárias em que operavam, isoladas, fragmentadas, sabiam que, em última análise, estavam a defender as ligações para Kiev, a mãe de todas as cidades. «Defendam Brodi-Kristinopol! Não os deixem aproximar de Lutsk! Fechem as zonas próximas de Kovell!»

Ordenava, em fúria, o Estado-Maior da Frente. «Eles já estão em Ratno» respondia, irado, o general Potapov. É esta oposição tenaz e sacrificada montada por Muzichenko, Kostenko, Potapov e por outros

⁽¹⁾ Os comandos destes Grupos de Exércitos sofreram diversas alterações durante a campanha, as quais, à medida que se forem verificando, faremos notar.

Desemprego

■ Arménio Carlos

A mesma receita de sempre

Num momento em que os trabalhadores portugueses são confrontados com a degradação das suas condições de vida e de trabalho, eis que surge uma nova ofensiva contra os seus interesses, desencadeada pelo governo do PSD e o patronato.

A receita é a mesma de sempre. Ora se invoca a necessidade de desregularizar as relações laborais, de flexibilizar o horário de trabalho, de facilitar os despedimentos, etc., como forma de garantir o desenvolvimento e a elevação dos salários para níveis europeus. Ora se impõe a redução do valor real dos salários, sob o pretexto de que se trata de uma necessidade imperiosa para a defesa do emprego.

O resultado destas receitas é cada vez mais evidente para todos: destruição do aparelho produtivo, mais desemprego, piores salários.

Só no distrito de Lisboa, no período compreendido entre Fevereiro de 1993, quando ainda vivíamos no oásis, e Maio de 1994, o desemprego sofreu um agravamento de cerca de 20 por cento, situando-se, neste momento, em 80 mil o número de desempregados.

que anuncia a previsão de que o desemprego em Portugal não tem tendência para baixar, mas pelo contrário poderá, a curto prazo, subir para os 7 por cento.

Em vez de responder positivamente às actuais reivindicações dos trabalhadores, designadamente, no que respeita à defesa do emprego, recuperação do poder de compra, redução dos horários de trabalho, defesa e melhoria da Segurança Social, o Governo, sempre com o apoio do patronato, prepara-se, aproveitando o período de férias, para tentar fazer esquecer os muitos conflitos laborais que ainda existem e avançar com uma proposta de pacto social, assente nas teses das multinacionais e do socialista sr. Dellors, que a serem postas em prática levariam à desregulamentação total da legislação laboral com consequências trágicas para os direitos dos trabalhadores.

Em concertação com o patronato, o Governo avança apenas com a definição, muito clara aliás, do quadro geral em que devem desen-

- não aplicação do salário mínimo nacional aos jovens;
 - alargamento, para o dobro, do prazo máximo de duração dos contratos a prazo e alargamento das situações em que é permitida a contratação a prazo;
 - consagração legal da polivalência como princípio geral a aplicar a todos os contratos;
 - alargamento do carácter imperativo da lei dos despedimentos, impedindo qualquer hipótese de negociação desta matéria;
 - facilitação do processo de despedimento em todas as modalidades de despedimento;
 - fim da obrigação de reintegração do trabalhador nos despedimentos ilegais;
 - fim da providência cautelar da suspensão do despedimento;
 - restrição da protecção dos representantes dos trabalhadores;
 - redução do número de feriados;
 - restrição do exercício da actividade sindical e das comissões de trabalhadores nas empresas;
 - restrição extraordinária do direito de greve, com recurso às teses que constavam dos últimos projectos de lei do PSD e do CDS.
- Para culminar em beleza, o patronato seria ainda compensado com incentivos financeiros, benefícios fiscais e outros.
- Como facilmente se constata, estas medidas não só não contribuiriam para a criação emprego, como conduziram, obviamente, a mais despedimentos, maior precarização do emprego e à intensificação da repressão sobre os trabalhadores.

Em suma, a concretização destas propostas representaria um retrocesso de muitas dezenas de anos, no que respeita à legislação que salvaguarda os direitos dos trabalhadores.

Por isso, rejeitamos estas propostas e esta política retrógrada, anti-social e desumana, contrária aos interesses do nosso povo e do país.

Por isso, exigimos uma nova política, que ponha fim aos despedimentos, que apoie o investimento produtivo com consequente criação de emprego com direitos, que melhore o poder de compra dos trabalhadores, que penalize as actividades especulativas e os parasitas.

Por isso, reivindicamos que a negociação da contratação colectiva se faça, em cada sector e empresa, com a intervenção directa dos sindicatos e dos trabalhadores, tal como a CGTP/IN tem defendido, e não através da pseudo-negociação-espectáculo levada a cabo pelo Governo e patronato na concertação social e que mais não visa que pôr em causa a negociação colectiva e o estabelecimento de legislação e tectos salariais contrários aos interesses dos trabalhadores.

Sendo certo que os trabalhadores têm força mais que suficiente para combater e derrotar esta política, é necessário, porém, desenvolver um grande trabalho de esclarecimento mobilização e organização dessa capacidade de luta.

E é preciso ter consciência de que, nesta frente, a única força política que se tem batido de forma coerente e inequívoca na defesa dos interesses dos trabalhadores e que reúne condições para prosseguir esses trabalho é o PCP.

Esta batalha, com que os trabalhadores estão confrontados, tem de ser ganha uma vez mais com a participação fundamental dos comunistas nos sindicatos, nas CT's, nas empresas, em todos os locais em que seja possível esclarecer, mobilizar e lutar para impedir a concretização desta política e viabilizar uma alternativa progressista que defenda o interesse nacional, que dinamize o sector produtivo, que crie emprego e riqueza e respeite os direitos dos trabalhadores.

Intervenção proferida no debate realizado no CT Vitória em 2 de Julho



E o balanço da situação social das empresas do distrito, levado a cabo no mesmo período, aponta para a extinção de 40 mil postos de trabalho, de 10 mil trabalhadores com salários em atraso e do encerramento ou falência de mais 700 empresas.

Esta dura realidade atingiu praticamente todos os sectores de actividade.

Empresas como a Argibay, Loys, EPI, CIMA, Lar, Air Atlantis, Chicken, Resopal, Sociedade Gráfica Ocidental, Listráfego e muitas outras, desapareceram.

Outras, como a Casa Hipólito, Confecções OME, Vitameau, SAAL, Sociedade Nacional de Sabões, MEC, Mague, e muitas dezenas de empresas instaladas no perímetro da Expo'98, estão em vias de encerramento com a extinção de mais de 18 mil postos de trabalho, se não forem tomadas medidas imediatas que garantam a sua subsistência.

Desemprego vai subir

Enquanto isto, e quando o Governo, incapaz de esconder esta triste realidade, se limita a falar na retoma da economia, é a própria OCDE

volver-se as negociações, tentando fazer crer que o seu papel é apenas o de árbitro do processo negociação, apesar de ser o próprio Governo uma das entidades patronais mais interessadas no "acordo".

Mas, entretanto, vai avançando com os denominados sete domínios dentro dos quais o processo tem de ficar balizado, fazendo depender quaisquer melhorias salariais da aceitação, por parte dos trabalhadores, do conteúdo do novo «pacotão laboral».

As propostas do Governo e do patronato

Para o efeito encarregou a CIP de pormenorizar as propostas e assim ficamos a conhecer as intenções do Governo e patronato, que passam, entre outras, pela:

- flexibilização dos horários de trabalho, por referência a períodos de seis meses, com limite máximo semanal de 50 horas;
- Revogação da proibição legal do trabalho nocturno das mulheres na indústria;

Tribunal de Grândola decide hoje

■ Domingos Mealha

Viabilizar a Torralta

Manuel Guerreiro (membro da Comissão de Trabalhadores), Joaquim Pires (da CT e dirigente sindical, representante dos trabalhadores na comissão de credores), Rodolfo Caseiro (coordenador do sindicato da Hotelaria do Sul), António Eduardo (da CT) e Venceslau Cunha (da comissão sindical) sublinharam ao «Avante!» o papel determinante da luta dos trabalhadores para o desfecho positivo da assembleia de credores de hoje

A luta dos trabalhadores foi determinante para contrariar a falência. A sua participação é indispensável para levar avante a recuperação.

Os representantes dos trabalhadores da Torralta encaram com optimismo a reunião da comissão de credores que hoje tem lugar no Tribunal de Grândola e onde deverão ser aprovadas as medidas para a recuperação da empresa propostas pelo administrador judicial. Para este resultado, como sublinharam ao «Avante!» membros da CT e dirigentes sindicais, foi determinante a dura luta que tem sido travada pela viabilização desta importante unidade turística e pelo pagamento dos salários em atraso.

O Tribunal Judicial de Grândola nomeou em Dezembro passado um administrador judicial para a Torralta, encarregado de promover os necessários estudos e propor medidas de recuperação. Numa primeira assembleia de credores foram determinados os créditos da Torralta. As medidas de recuperação deveriam ter sido analisadas numa segunda assembleia, há cerca de um mês, mas a reunião foi adiada devido à mudança, entretanto, do juiz responsável pelo caso. A assembleia de credores que hoje reúne em Grândola deverá tomar uma decisão favorável à viabilização da Torralta, aprovando as medidas propostas pelo administrador judicial.

É esta decisão que, quase sem reservas, os sindicalistas e membros da CT esperam e pela qual os trabalhadores se têm batido firmemente nos últimos meses. A confiança num resultado positivo vem-lhes, precisamente, desta luta renhida que têm travado, tanto em acções de rua como em insistentes contactos com os credores.

O maior credor é de longe o Estado: à Segurança Social, ao Fundo de Turismo e ao fisco a Torralta deve cerca de 26 milhões de contos. Por isso e pelos mecanismos legais que é necessário accionar, os trabalhadores e as suas estruturas têm orientado as suas reclamações para o Governo, conscientes de que é necessário empenhamento político para viabilizar a empresa e pagar os salários em atraso. Mas ao mesmo tempo que lutam em defesa dos postos de trabalho e das remunerações de trabalho e das remunerações de trabalho e das remunerações de trabalho que têm direito, os trabalhadores sublinham que a sua luta vai também ao encontro do interesse dos pequenos accionistas e dos restantes credores.

A alternativa à viabilização da Torralta seria a falência e a venda em hasta pública, solução que apenas foi defendida, atabalhoadamente, por um deputado social-democrata eleito pelo distrito de Setúbal. No entanto, conhecendo as posições de responsáveis do Fundo de Turismo, da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, e da Segurança Social, os representantes dos trabalhadores acreditam que seja aprovada a proposta do administrador judicial.

O Governo tem reconhecido a importância da Torralta no turismo nacional e na economia das regiões (com um peso de 5 por cento na oferta nacional e 48 por cento na oferta no distrito de Setúbal, referem os dados oficiais). No actual momento, seria muito difícil que viesse provocar a falência. Os representantes dos trabalhadores da Torralta, sublinhando

que bateram a todas as portas e que a luta não deixou muito campo de manobra para que Cavaco Silva tome tal decisão, admitem ainda que o próprio Governo esteja interessado na viabilização porque, além dos louros políticos, cobiça também os milhões de contos de débitos que nenhuma falência garantirá.



Ouvir os trabalhadores

Depois de aprovadas as medidas de recuperação, a administração deverá manter uma postura dialogante com os trabalhadores e as suas estruturas. Esta é a principal reclamação dos dirigentes sindicais e membros da CT, que adiantam prontamente mal lhes pedimos um comentário sobre as medidas de recuperação que hoje estão em análise no Tribunal de Grândola e, muito concretamente, sobre a posição que aí vai assumir o representante dos trabalhadores na comissão de credores.

É que, entre outras medidas, o administrador judicial propõe o «redimensionamento do pessoal», o encerramento temporário do complexo de Tróia, o encerramento de serviços no Algarve durante a época baixa e o abandono da exploração de alguns apartamentos no complexo do Alvor.

Estas medidas foram criticadas, em comunicado conjunto, pela federação e sindicatos (Sul e Algarve) da Hotelaria e pela

Comissão de Trabalhadores da Torralta. São, no entanto, preocupações que pretendem discutir com a administração que a assembleia de credores nomear e que, segundo a proposta hoje levada ao tribunal, assegurará dois anos de gestão controlada, para recuperar a Torralta. Agora, sublinham, o que importa é que o Estado aceite converter os seus créditos em capital social e que sejam aprovadas as medidas de recuperação propostas pelo administrador judicial.

Os representantes dos trabalhadores, apesar das críticas que já explicitaram, dão às propostas do administrador judicial a sua aprovação global. Afirmam que um estudo mais aprofundado da situação da Torralta e o diálogo com a futura administração permitirão esclarecer que não há pessoal em excesso, que os encerramentos podem ser evitados e que não poderão vir a ser tomadas medidas que comprometam a viabilidade da empresa.



Trabalhadores da Torralta, dirigentes sindicais e activistas chegaram a almoçar na rua, frente à Secretaria de Estado do Turismo, para exigir o pagamento dos salários e a viabilização da empresa

Breve história

Criada em 1967, com a abertura do Hotel Golfinho, em Lagos, a Torralta tornou-se, em poucos anos, num dos maiores grupos empresariais no sector do turismo. Com fortes ligações e apoios no aparelho de Estado fascista, os irmãos Silva (Agostinho e José) faziam-se elogiar por terem erguido um «império» cuja oferta, em 1973, representava três por cento das camas do continente, empregando 2500 pessoas directamente e cerca de quatro vezes mais em diversas empresas participadas. Do Barlavento algarvio, a Torralta alargou-se à serra da Estrela e a Tróia, adquiriu herdades no Alentejo, prédios e terrenos em Lisboa, no Porto e outras cidades.

À sombra de uma imagem de prosperidade, que levou quase trinta mil pessoas a adquirirem pequenos lotes de acções da Torralta, foram crescendo as dívidas. O período posterior à revolução de Abril veio pôr a nu as fragilidades do grupo. Agostinho e José da Silva foram acusados de fraude económica no final de 1974. A Torralta viu fugirem do País os seus quatro administradores, após o 11 de Março de 1975.

Sujeita a intervenção do Estado em Dezembro de 1974, para salvaguardar os postos de trabalho e a continuação das actividades da empresa, foi entregue em 1978 (pelo governo PS/CDS) aos antigos patrões. Apesar dos apoios e facilidades que, por várias vezes, tiveram dos organismos estatais e mesmo depois de alienarem, em condições mais do que favoráveis, algumas pro-

priedades da empresa para pagar dívidas à banca, a gestão dos regressados Silvas não foi capaz de equilibrar a situação. Em 1989, as dívidas acumuladas eram calculadas em 4,5 milhões de contos.

É nesta altura que surge a Aquarius, um grupo financeiro que se propõe assumir a dívida da Torralta e comprar a posição maioritária de Agostinho da Silva, tomando assim o controlo do capital. Só faltou pagar ao antigo administrador as acções adquiridas pela Aquarius. Face ao protesto de Agostinho da Silva, as posições foram

renegociadas e, já em 1994, a maioria do capital da Torralta passou a pertencer a uma sociedade chamada Nova Aquarius, onde o velho patrão volta a ter um importante peso.

Enquanto as acções iam mudando de mãos, as dificuldades da empresa iam caindo sobre os trabalhadores. Sucederam-se os meses de salários em dívida, ou pagos com grandes atrasos. Os postos de trabalho foram diminuindo, sobretudo a partir de 1989. Dos 1600 efectivos existentes em 1992, restam hoje 480.

Mesmo assim, os trabalhadores mantiveram a empresa em funcionamento.

Em Maio de 1993, a Aquarius introduz mudanças na administração da Torralta, mas nenhum resultado se nota quanto ao prometido relançamento da empresa. O que aumenta, dizem os representantes dos trabalhadores, é a conflitualidade, adensando-se um clima de suspeição.

No Verão, é accionado o «processo especial de recuperação» da empresa, ao abrigo da lei das falências (177/86). Enquanto os salários de Dezembro ficam por pagar, vêm a público notícias referindo que a administração decidira aumentar as suas próprias remunerações em trezentos por cento.



As reuniões da assembleia de credores contaram com uma forte presença dos trabalhadores...



... não só na sala de audiências, como à porta do Tribunal

Na fiação Arrancar também valeu a pena

«Vale a pena lutar», realça a União dos Sindicatos de Aveiro, numa nota de imprensa distribuída sexta-feira passada, logo que foi conhecida a decisão de viabilizar a Arrancar-Fiação da Arrancada, tomada nesse dia pela assembleia de credores no Tribunal de Águeda.

Para a estrutura distrital da CGTP, «esta decisão permite encarar com mais optimismo a manutenção dos postos de trabalho dos cerca de 450 trabalhadores, traduz o esforço de diversas entidades envolvidas no processo de viabilização, mas é, sobretudo, uma importante vitória dos trabalhadores da empresa e do seu sindicato, o Sindicato Têxtil de Aveiro, que há longos meses dirige a luta em diferentes formas e espaços em defesa dos postos de trabalho».

«Esta importante vitória dos trabalhadores da Arrancar e do seu sindicato é, também, de um grande significado para a região de Águeda, onde subsistem fundadas preocupações, não apenas no sector têxtil, mas também em empresas ligadas a sectores como os das duas rodas, ferragens e cerâmica» - sublinha a União dos Sindicatos de Aveiro.

Recordando que «a acção e a luta dos trabalhadores, bem como das diversas estruturas da CGTP-IN que intervieram neste processo, sempre se pautou pela defesa dos postos de trabalho e

do pagamento atempado dos salários e pelo respeito dos demais direitos dos trabalhadores», a União afirma que «agora, que foi tomada a decisão formal de viabilização da empresa, esta continuará a ser a nossa postura».

Igualmente na passada sexta-feira, o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro manifestou o seu regozijo pela decisão da assembleia de credores, lembrando que se segue a «14 meses de angústias e incertezas» e de «lutas constantes». Reafirmando que sempre acreditou na viabilidade da Arrancar, o sindicato reconhece que «os problemas não terminaram» no dia 8 de Julho: «vamos continuar a exigir, ao nível da administração, o respeito pelos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à revisão salarial e ao pagamento dos salários em atraso», enquanto «ao nível governamental, exigimos que sejam disponibilizados os meios financeiros necessários com vista ao relançamento produtivo da empresa, nomeadamente no recurso aos fundos comunitários de apoio ao sector têxtil».

Carta do Alentejo

Alimentos para alimentarem a paciência

As toneladas de alimentos da Cruz Vermelha para alimentarem a paciência dos alentejanos — com boa tenção de lhes minorar a fome — à margem esquerda do Guadiana chegaram.

A modos que esse impulso de solidariedade não nega (não pode negar) um direito constitucional: o direito ao trabalho.

(E o PSD e o PS entranham-se na necessidade da rescisão da Constituição. Porém, estes partidos não falam em cumpri-la, principalmente no direito das pessoas exercerem uma actividade produtiva. O «País real» não faz ligação com essa gente, mais interessada nos seus propósitos partidários, de classe, que nada têm a ver com os trabalhadores e os seus legítimos interesses.)

... E enquanto a paciência e os alimentos eram distribuídos, uma mãe com a criança de mama ao colo, num Banco, na cidade de Beja, esperava pelo abono de família (atrasado).

Quase a desmaiar. Um outro filho de dois anos de idade em casa sem alimento. Valeu-lhes a solidariedade de dois empregados desse estabelecimento bancário — um homem e uma mulher — que ajudaram. Este é, apenas, um exemplo entre muitos.

(No Alentejo — e não só — (não) actua politicamente este Governo, ou, por outra, a sua política irresponsável cresce a par da destruição do aparelho produtivo, gerando enormes problemas sociais. Por toda a parte, aqui, é isso que se sente.)

«Cem anos de paciência não chegam para um pequeno-almoço. Respectivamente, a fome é má conselheira. Muita gente desespera. Isto não é uma ameaça: é um aviso. Como aviso também foi a resposta nos acontecimentos pela provocação da parte do Governo no caso da Ponte 25 de Abril.»

A maior parte da população prisional política, nos tempos fascistas, era do Alentejo. No chão duro das celas das prisões, endureceram também os músculos na luta pela liberdade. Hoje, nas lutas em sua defesa e de outras conquistas, os alentejanos, as alentejanas saberão cumprir o seu dever patriótico. Não tenham as forças reaccionárias quaisquer dúvidas.

A dignidade dos trabalhadores alentejanos não se troca por esmolas, venham donde vierem e por muito bem intencionadas que sejam.

As Autarquias debatem-se em defesa dos munícipes. Não se deixam envolver em «soluções» desta natureza. Têm o direito e o dever de respeitarem o voto que lhes foi confiado.

Lembramos aqui as mulheres de Balcizão — irmãs da nossa camarada Catarina — que, nos anos cinquenta, foram à barra do Tribunal, depois de meses de cadeia, por irem, no tempo do defeso, apanhar caça para comprarem pão para os filhos.

Aqui, também, lembramos a ordem popular desse tempo, do povo em resistência, de ir buscar alimentos onde os havia.

As questões sociais não atendidas, no tempo fascista, começaram logo a ser resolvidas com o 25 de Abril e encaminhadas em sentido positivo com melhorias consideráveis.

A luta pelo pão está na estrada política. Na planície alentejana há terra para cultivar. E gente que trabalha e quer trabalhar: é este um dos caminhos para acabar com o desemprego e a fome.

■ João Honrado

Promessas para a

ALGARVE

Ílhavo
Águeda

Programa político

Exposição «os problemas e a situação do Algarve. As posições e a actividade do PCP»

A Gastronomia

Restaurante
Arroz de marisco

Marisqueira
Camarão
Sapateiras
Percebes
Ostras

Cocktail-Bar
Cocktails variados

Venda de produtos regionais
Bolo de amêndoa

BEJA

A Gastronomia

Venda de produtos regionais
Queijo de cabra pequeno
Queijo tipo Serpa
Presunto de Barrancos (Pata preta)
Vinho da Região (Vidigueira, Machados, Pias, Ervidel, Amareleja, Cuba)
Enchidos do Alentejo
Azeite de Moura
Mel de Mértola

O Artesanato

Barros de Beringel

• O que algumas do Partido vão

D. Rodrigo
Doce de figo
Amêndoa e figo
Medronho

O Artesanato

Empreitas
Cestos de cana
Louças regionais (de Almancil e outras proveniências)
Cataplanas
Bancos de Monchique

Cobres das Neves
Mantas de Castro Verde
Peles de Serpa
Louças de Santana da Serra

BRAGA

A Gastronomia

Adega Regional
Rojões à moda do Minho
Arroz de feijão vermelho
Morcela
Chouriço
Bacalhau frito
Vinho verde (branco e tinto)
Vinho do lavrador
Vinho verde à pressão

Tasca de Guimarães
Lombo assado no forno
Presunto

Doçaria
Pão-de-ló delícia
Clarinhas de Fão
Casadinhos
Charutos

O Artesanato

Olaria de Barcelos e Guimarães
Louças regionais de Barcelos
Artesanato de madeira de Vila Verde
Brinquedos de madeira de Famalicão e Vila Verde
Mantas de Vila Verde
Cestos e chapéus de Braga e Fafe
Barros de Barcelos
Bordados e linhos de Vila Verde

Excursões

Guimarães
Barcelos

AVEIRO

Implantação

Alguns aspectos relevantes da Ria de Aveiro.

Programa político

Ações de massa e a actividade do PCP no distrito

A Gastronomia

Restaurante
Leitão assado
Bar
Sandes de leitão
Vinhos da Bairrada
Champanhe da Bairrada

Doçaria regional
Ovos moles
Fogaças
Calarinhos

Excursões

S. Paio de Oleiros/Feira
Ovar



NÃO TE
ESQUEÇAS!

festas

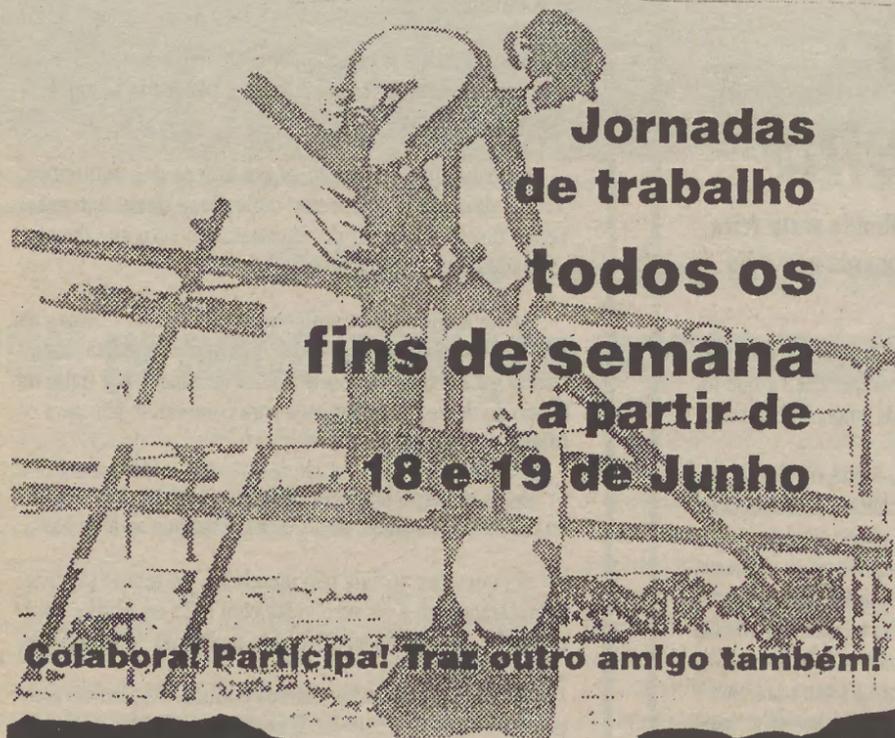
Avante!

2.3.4
SETEMBRO

ATALAIA • AMORA • SEIXAL

*vamos construir
a Festa!*

Há trabalho na Atalaia!



**Jornadas
de trabalho
todos os**

**fins de semana
a partir de
18 e 19 de Junho**

Colabora! Participa! Traz outro amigo também!

festas de Abril

Atalaia (II)

BRAGANÇA

Implantação

Fachada do Palácio dos Távoras
(Mirandela)

A Gastronomia

Bar
Rancho à Mirandense
Feijoada à Transmontana
Alheira
Chouriças
Pernil fumado
Orelha
Chispe

Venda de produtos regionais
Azeite de Vila Flor
Mel de Montesinho
Aguardente de Valle Pradinhos



Organizações Levar à Festa em Setembro

O Artesanato

Cestaria de Cidões - Vinhais
Máscaras de Ousilhão - Vinhais
Cutelaria de Palaçoulo - Vimioso
Trabalhos em madeira de Sendas - Bragança

COIMBRA

Implantação

Reprodução da fachada da Universidade
de Coimbra e vista da cidade
Reprodução de murais de repúblicas

Programa político e cultural

Exposição Política «Luta de massas;
actividade do PCP»
Presença de artesãos:
1 cesteiro e 1 ceramista
Música popular e fado de Coimbra

A Gastronomia

Restaurante
Chanfana à moda da Serra da Lousã
Rancho
Entrecosto cozido
Tapas
Pratinhos
Vinho Bairrada de Souzelas e Cantanhede

O Artesanato

Cerâmica de Condeixa
Cestos

LEIRIA

Implantação

Réplica da Pr. Rodrigues Lobo - Leiria,
com as arcadas e o Castelo de Leiria em fundo

Programa cultural

Artesãos a fabricarem vidro

A Gastronomia

Forno de Leiria
Pão com chouriço
Bar da Marinha Grande
Fritada de carne com arroz e feijão
Pipis
Sopa de legumes
Bifanas

Bar de Caldas da Rainha
Pequenos-almoços
Sopas
Salgados
Sandes

Kakus Bar
Cocktails
Vodka
Whisky
Gin
Rum

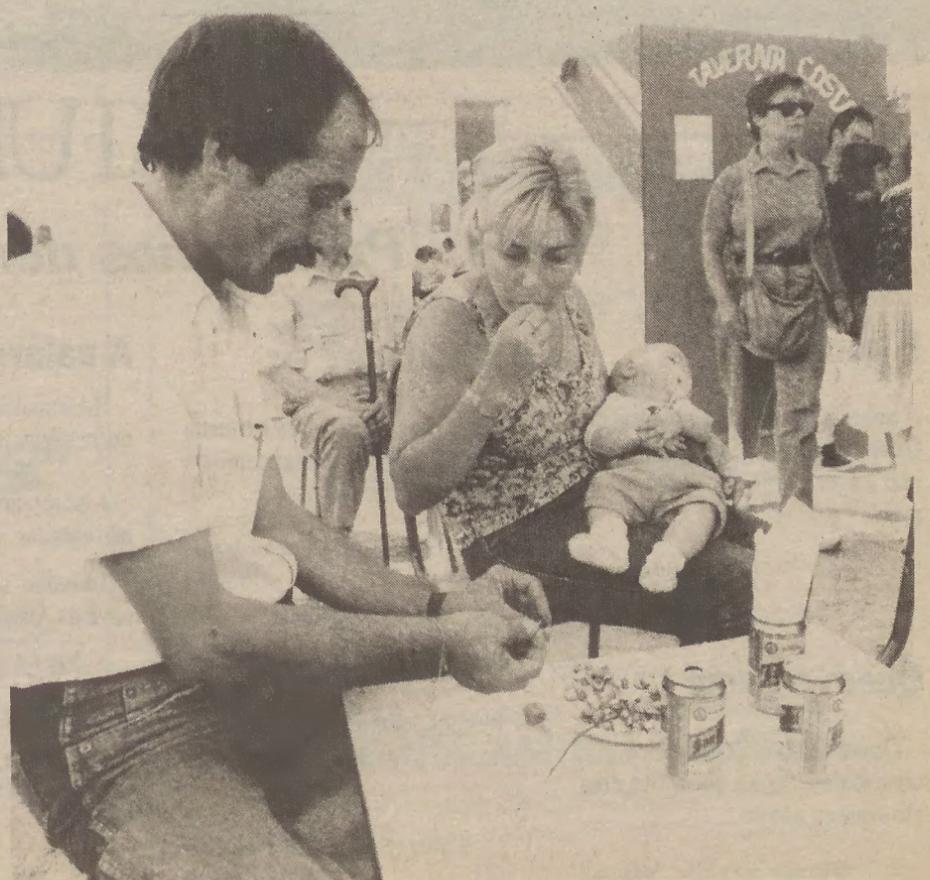
O Artesanato

Stand do vidro da Marinha Grande
Candeeiros
Copos
Garrafas
Cálices
Jarras

Banca do artesanato
Cerâmica das Caldas da Rainha

Excursões

Marinha Grande
Vieira de Leiria
Peniche
Caldas da Rainha
Bombarral



PONTOS

CARDEAIS



O Estado da encenação

Cavaco Silva foi, há dias, inaugurar. Em tempo de crise, nada melhor que inaugurar um novo edifício para a... Bolsa. Não foi isso o que pensaram os moradores dali ao pé, que vivem em barracas. O espectáculo das barracas era, portanto, para esconder. E deu um trabalho fazê-lo, com tapumes e folhas de palmeira. O que Cavaco não esperava era que o vidro da fachada fizesse de espelho e mostrasse tudo... Os moradores fizeram ouvir a sua voz. E quem persistiu em mostrar desacordo foi «convenientemente convidado» a sair dali...

(fotos de Domingos Mealha)



FRASES da SEMANA

“Perdão fiscal aos clubes vai abranger cidadãos.”

⇒ (Título de 1.ª pág. do «Diário de Notícias», 09.07.94)

“Felizmente que o primeiro-ministro, ele próprio, é melhor do que alguns textos que lhe preparam.”

⇒ (José Pacheco Pereira, sobre o discurso de Cavaco Silva, in «Expresso», 09.07.94)

“Foram umas Jornadas Parlamentares curiosas. Cheios de imaginação, os socialistas discutiram coisas estranhas: o casamento dos gays, o voto secreto no PC e a exclusão dos cidadãos dos Açores e Madeira em matéria de referendo.”

⇒ (Isabel de Oliveira, em artigo de «O Independente» sobre as Jornadas Parlamentares do PS, 08.07.94)

“O cavaquismo são três mitos fundadores: Europa, progresso e autoridade. Entraram todos em crise.”

⇒ (Paulo Portas in «O Independente», 08.07.94)

“O pior é que os insatisfeitos não quiseram votar PSD, mas também não votaram PS. Na verdade, um mês depois, pergunto-me se o voto de 12 de Junho não foi um equívoco para todos.”

⇒ (Marcelo Rebelo de Sousa, in «Diário de Notícias», 11.07.94)

“Mais valia os insatisfeitos terem votado PS e jogado no sistema, a viver-se este clima pouco saudável em que não há alternativa partidária governamental ao PSD e, por isso, pode ser tentador fazer avançar a guerrilha na rua, fora do sistema.”

⇒ (Idem)

“Cavaco é o único capital que resta ao PSD.”

⇒ (Manuel Vilaverde Cabral, in «Diário de Notícias», 11.07.94)

“Fartei-me do cinismo, da hipocrisia, da falta de respeito para com as pessoas e de cumprimento dos compromissos.”

⇒ (Mendes Bota ao «Diário de Notícias», 12.07.94)

PONTOS NATURAIS

Pelos olhos dentro

E por cima?

Sobre a revisão da Constituição, Guterres garante que desta vez não haverá jogo por debaixo da mesa.

(Informação Quatro)

Quem é quem

Quem fica sem o dinheiro, é o contribuinte, agora quem fica com ele é que eu não sei...

(Pescador de Peniche, Telejornal)

Fatalidade?

Não é possível fiscalizar a entrada de peixe, porque pertencemos à Comunidade Europeia.

(Azevedo Soares, Ministro do Mar, Telejornal)

Reconhecem!

Reconhecemos que, conjuntamente, há problemas no Alentejo.

(Falcão e Cunha, ministro não sei de quê, Informação Quatro)

A palavra

Há trabalho por fazer e não há quem queira trabalhar.

(Ferraz da Costa, Sete à Sexta)

Alentejanos querem trabalho e não esmolos.

(Informação Quatro)

Trabalho: a palavra que mais se ouve no Alentejo.

(Informação Quatro)

Estado: danação

Com a falta de emprego, vender o corpo é a única alternativa para estas mulheres

(Casos de Polícia, na SIC, sobre a prostituição no Algarve)

Deutchlândia

Droga e prostituição são severamente reprimidas na Tailândia, mas há demasiada gente a receber dinheiro destes negócios. Pappaya é uma cidade costeira no Golfo do Sião, de 40 mil habitantes e vinte mil prostitutas. É o grande bastião do mercado sexual alemão.

A Mafia de Pappaya fornece droga e prostituição à Alemanha. Os proxenetas são na sua maioria alemães. A Mafia alemã anda de braço dado com uma polícia corrupta.

(Heróina 4, reportagem alemã, na TV2)

Mário Castrinho

NÃO TE
ESQUEÇAS!

Festa

Avante!

2.3.4
SETEMBRO

ATALAIA • AMORA • SIHAL

vamos construir
a Festa!

Há trabalho na Atalaia!



**Jornadas
de trabalho
todos os
fins de semana
a partir de
18 e 19 de Junho**

Colabora! Participa! Traz outro amigo também!

Festa de Abril

POCEIRÃO

Palmela

Domingo, 17, a partir das 13h

ALMOÇO-CONVÍVIO

de agricultores e eleitos da CDU
de Palmela e Setúbal,
nas instalações do Futebol Clube do Forninho,
com os deputados Lino de Carvalho e Odete Santos,
Carlos Sousa, pres. da CM de Palmela,
José Silvério, pres. da JF do Poceirão,

e
CARLOS CARVALHAS

JCP
Covilhã

Semana de Luta

CONTRA O RACISMO
E XENOFÓFIA

Debates
Exposições
Espectáculos
Convívios
Passeios à Serra

De 11 a 17 de Julho

*Reuniões
de militantes*

- em QUELUZ - dia 20, às 21.30, no CT
- no CACÉM - da Comissão da Festa do Avante!
do concelho de Sintra - dia 15, às 21.30,
no CT do Cacém
- em PERO PINHEIRO - com António
Cordeiro, dia 15 às 21.30

FEIJÓ

PASSEIO A PENICHE

promovido pela Comissão
de Freguesia
do PCP
dia 31 de Julho

Inscrições pelo tel. 259 08 20

Setúbal

INCINERADORA
NA MITRENA?

Debate

com Regina Marques
e Jerónimo Lopes,
eleitos na CM e AM pela CDU,
no Salão da Coop. de Habitação
do Faralhão

Quinta, dia 14, às 21.30

ACAMPAMENTO
JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA
DISTRITO DE SETUBAL
PARQUE DE CAMPISMO PRAIA DA GALÉ
15, 16, 17 JULHO

Inscrições nos Centros de Trabalho concelhios do PCP

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Organização Freguesia dos Prazeres

EXCURSÃO AO NORTE

De 6 a 13 de Agosto/94

Programa

- 6 Agosto - Lisboa, Caldas Rainha, Marinha Grande,
F. Foz, Mira, Aveiro, Porto, Braga
- 7 Agosto - Braga, S.B.P. Aberta, C. Gerês,
B. Caniçada, Braga
- 8 Agosto - Braga, V. Verde, Ponte da Barca, Monção,
Valença, Vigo, S. Roque
- 9 Agosto - Braga, Barcelos, Viana Castelo, Ofir, Braga
- 10 Agosto - Braga, Chaves, Vidago, Pedras Salgadas,
Vila Real
- 11 Agosto
- 12 Agosto - Vila Real, Régua, Lamego, C. D. Aire,
S. Pedro Sul, Viseu
- 13 Agosto - Viseu, St. Comba Dão, Luso, Buçaco,
Coimbra, Lisboa

Preço por pessoa: 45 000\$00 (inclui. viagem, hotéis em
regime de meia pensão — jantar, dormida e p.-almoço)

São 8 dias de convívio que esperamos sejam bons

Inscribe-te desde já, camarada e amigo - C. T. Prazeres

☎ 397 24 67

Com o *Sol e o Mar* de Cuba

Venha conhecer uma

Revolução de Sonho

Organizamos viagens a Cuba há mais de 20 anos.

Com a nossa experiência você tem

os melhores programas
turísticos e culturais

Cuba te espera

Solidariedade em
Movimento

não decida as suas férias deste ano
sem falar connosco **385 73 05**

r. Rodrigo da Fonseca, 107 r/c esq
1200 Lisboa

Associação de Amizade
Portugal Cuba



ACAMPAMENTO distrital da JCP

GRANDES DIAS
MELHORES NOITES

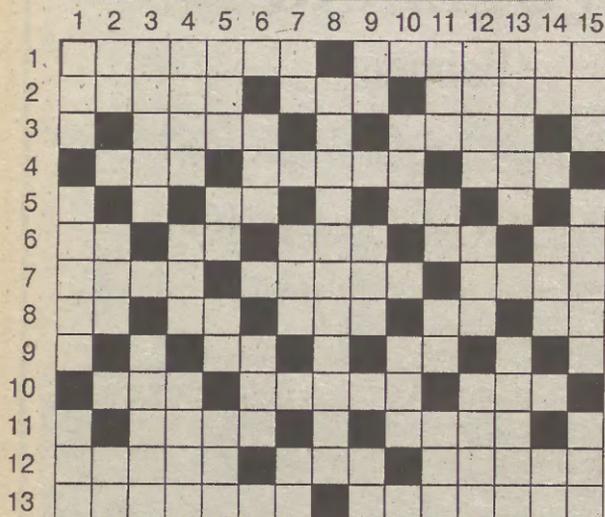
VALONGO (junto ao Rio Ferreira)

15, 16 e 17 de Julho de 1994

TRAZ TENDA, SACO-CAMA, ROUPA DESPORTIVA E
TRAZ UM AMIGO TAMBÉM

Contacta a Sede da JCP - Porto
Rua Barão de S. Cosme n° 240 tel. 5103511

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Célebre romance de Gustavo Flaubert; general que comandou a terceira invasão francesa; 2 - Atualmente; costume; andam fora deles; 3 - Correntes de água naturais; caixa funerária; 4 - Capa de irmandade; o dia anterior; patrão; 5 - Rio da Rússia; Ouro (s.q.); 6 - A unidade; despido; governanta; Rádio (s.q.); cont. prep. e art.; 7 - Imperador romano que mandou incendiar Roma; manha; antigo reino da Birmânia; 8 - Ósmio (s.q.); campeão; lavra; Sócio (s.q.); art. árabe; 9 - Pref. neg.; satélite de Júpiter; 10 - Cabelos brancos; desta maneira; Josés (abrev.); 11 - Uma das extremidades do eixo da terra; rezem; 12 - Levanta; parceiro; moeda grega equivalente a um centavo; 13 - Nocivo; amarguras.

VERTICAIS: 1 - Chiste; general que comandou a primeira invasão francesa; regressa; 2 - Prata (s.q.); período de tempo; espécie de escumilha; 3 - Imbecil; dinheiro em notas; 4 - Canção; hora canônica; bata; 5 - Punhado; alternativa; nota musical; roupas quentes de Inverno; 6 - Debaixo de; negação; 7 - Alternativa; 3 vogais da câmara; poeira; 8 - Partidário da revolução de Setembro de 1836; 9 - Agrupamento de pessoas; camareira; nome que os egípcios davam ao Sol; 10 - Qualquer; estão em Timor; 11 - Ente; pátria de Abraão; Nóbio (s.q.); grande quantidade; 12 - Sorte; bolo de farinha de arroz e azeite de coco indiano; ruminante da Ásia e África com uma ou duas gibas no cachaço; 13 - Interrogatório; medo; 14 - Cont. prep. e art.; nome de letra; nota musical; 15 - Faz do copo caneca; general que comandou a segunda invasão francesa; pedras de moinho.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Ramalho Ortigão; 2 - Ralé; rás; Irão; 3 - Cair; stop; 4 - Ana; tapetar; ena; 5 - Zé; remolares; és; 6 - Moi; orava; íam; 7 - Imo; tre; ano; 8 - Batente; relator; 9 - Aló; talante; ovo; 10 - Sé; te; oca; Gá; Au; 11 - Arame; lavar; 12 - El; malta; em; 13 - Risos; são; usava.

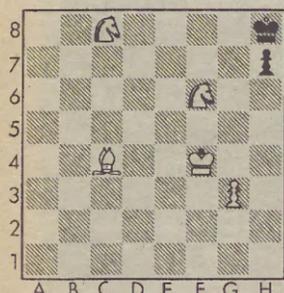
VERTICAIS: 1 - Faz; obas; Cr.; 2 - Ar; nem; aleá; 3 - Maca; oito; réis; 4 - Ala; rime; talo; 5 - Leite; ontem; 6 - Ramo; tá; em; 7 - Or; portelo; ás; 8 - Anelar; acolá; 9 - Os; taverna; Tô; 10 - Sara; et.; lá; 11 - Títre; alega; 12 - Iró; sina; aves; 13 - Gapé; aoto; ama; 14 - Ao; nem; Ovar; 15 - Gás; orou; Na.

XADREZ

CDLXVIII - 14 DE JULHO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X049
Por: AUGUSTE D'ORVILLE
LE PALAMÉDE, 1837, S.398

Pr: [2]: Ph7-Rh8

Br: [5]: Pg3-Cs.ç8, f6-Bç4-Rf4



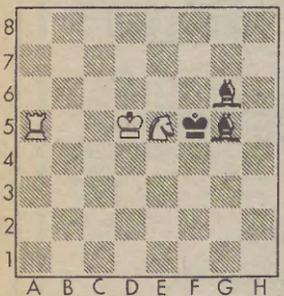
Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X050

Por: FRIEDERICH LUDWIG AMELUNG
National Zeitung, 1925

Pr: [3]: Bs-g5, g6-Rf5

Br: [3]: Cç5-Ta5-Rd5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº CDLXVIII

Nº 1994X049 [A. d'O.]: 1. Ch5!, h6; 2. Cç7, Rh7; 3. Cç6!, Rg6; 4. Bg8, Rh5; 5. Bf7+
Nº 1994X050 [F.L.A.]: 1. Ta1, Bç3; 2. Tf1+, Rç5; 3. Tf3, Bf4; 4. Cç6 e g.

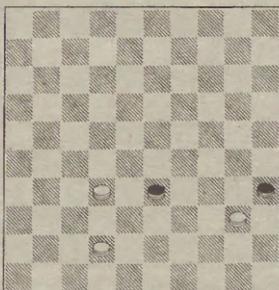
A. de M. M.

DAMAS

CDLXVIII - 14 DE JULHO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D049
Por: ISIDORE WEISS
- FR., 1934

Pr: [2]: 33-35

Br: [3]: 32-40-42



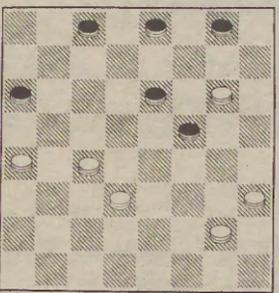
Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D050

GOLPE Nº 77

Por: DR. CÂNDIDO DE SENA CARNEIRO
[Num Campeonato do Porto contra F.P.]

1. 10-14, 21-18; 2. 14-21, 25-18; 3. 5-10, 23-19;
4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 22-19; 6. 15-22, 26-19;
7. 10-13, 27-22; 8. 7-12, 28-23; 9. 13-17, 23-20;
10. 11-15, 20-11; 11. 6-15, 32-28; 12. 17-21, 28-23;
13. 2-6, 23-20; 14. 6-11, 20-16; 15. 1-5, 16-7;
16. 3-12, 19-14; 17. 12-16, 14-7; 18. 4-11 DIA-GRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXVIII

Nº 1994D049 [L.W.]: 1. 32-28!!, (33 x 22)*;
2. 40-34 e 3. 42-37/38+
Nº 1994D050 [Dr. C. de S.C.]: 18. ... 22-19;
19. 15-22, 31-27; 20. 22-31=D, 29-26; 21. 31-13,
26:1=D+

A. de M. M.

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

FACULDADE DE LETRAS

Lisboa, Alameda da Universidade. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00; **OLEANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Cç. Duque de Lafões. Tel. 8586997. 5ª a sáb. às 21.45. **MÉDICO À FORÇA**, de Molière, encenação de Pedro Wilson, pelo Grupo Cénico de Direito

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 4ª a dom. às

22.00. **BENT**, de Martin Sherman

TEATRO DA MALAPOSTA

Olival Basto, R. de Angola. Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTÃO DO MUNDO OCIDENTAL**, de J. M. Synge, encenação de Rui Mendes

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril, Lg. do Cruzeiro. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O DIÁRIO DE ANNE FRANK**, de Frances Goodrich e Albert Hackett, encenação de Carlos Avilez

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria

TEATRO VILLARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª e sáb. às 22.30. **OUTRA VEZ AS BARBIS**, de José Pinto Coelho



Quinta-feira, 14

Palco Grande, 22.30 - Colectivo Margen (Oviedo, Espanha) - *Papel de Lija*
Esplanada, 21.30 - D'Age (Almada) - *Música Pop-folk*
Teatro Municipal, 19.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*

Sexta-feira, 15

Esplanada, 22.30 - Teatro da Veredas (Sintra) - *Malaquias*
Casa da Cerca, 24.00 - Théâtre de L'Impossible (Paris, França) - *Ilya des Hommes Océans*
Teatro Municipal, 19.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*

Sábado, 16

Palco Grande, 22.30 - El Teatr (Tunis, Tunísia) - *Família*

Auditório, 20.30 - Manuela Moreira e Américo Cardoso (Lisboa) - *Música Tradicional*
Esplanada, 00.30 - Teatro Meridional (Lisboa) - *Naque*
Teatro Municipal, 16.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*

Domingo, 17

Palco Grande, 22.30 - Teatro Piollin (João Pessoa, Brasil) - *Vau de Sarapalha*
Esplanada, 21.30 - Kaka Brasil (Brasil) - *Música Brasileira*
Teatro Municipal, 16.00 - C.T. Almada (Almada) - *O Valente Soldado Schweik*

Segunda-feira, 18

Palco Grande, 22.30 - A Comuna (Lisboa) - *Guerras de Alecrim e Manjerona*

FILMES

QUINTA, 14

A Rapariga Daquela Noite

«Party Girl» (EUA/1958). Real: Nicholas Ray. Int.: Robert Taylor, Cyd Charisse, Lee J. Cobb, John Ireland. Cor, 95 min. Ver Destaque. (13.45, TV 2)

O Bom Pai

«The Good Father» (GB/1987). Real: Mike Newell. Int.: Anthony Hopkins, Jim Broadbent, 90 min. Ver Telefilme / Drama. (14.30, SIC)

Maldição na Irlanda

«The Outcasts» (Ir/1982). Real: Robert Wynne Simmons. Int.: Mary Ryan, Mick Lally, Don Foley, Tom Jordan. Cor, 100 min. Fantástico. (00.25, Canal 1)

SEXTA, 15

A Guerra Secreta de Harry Frigg

«The Secret War of Harry Frigg» (EUA/1967). Real: Jack Smight. Int.: Paul Newman, Sylvia Koscina, Andrew Duggan, Tom Bosley. Cor, 106 min. Comédia. (13.45, TV 2)

O Órfão

«Earthling» (Austrália/1980). Real: Peter Collinson. Int.: William Holden, Rocky Schroeder. 102 min. Drama. (14.30, SIC)

Faca de Dois Gumes

«Twist of the Knife» (EUA/7). Real: Jerry London. Int.: Dick Van Dyke, Cynthia Gibb, Stephen Caffrey, Barry Van Dyke, Suzanne Pleshette. Cor, 97 min. Policial. (22.00, Quatro)

O Soro Maléfico II

«Bride of Reanimator» (EUA/1989). Real: Brian Yusna. Int.: Jeffrey Combs, Bruce Abbovy, Claude Earl Jones. Cor, 97 min. Terror. (00.05, Canal 1)

Alta Sociedade

«High Society» (EUA/1956). Real: Charles Walters. Int.: Bing Crosby, Grace Kelly, Frank Sinatra, Celeste Holm, Louis Armstrong. Cor, 107 min. Ver Destaque. (00.45, Quatro)

Amor Perverso

«True Betrayal» (EUA/1990). Real: Roger Young. Int.: M. Emmet Walsh, Peter Gallagher, Tom O'Brien. Cor, 120 min. Drama. (00.20, SIC)

SÁBADO, 16

Uma Loira com Açúcar

«The Strawberry Blonde» (EUA/1941). Real: Raoul Walsh. Int.: James Cagney, Rita Hayworth, Olivia de Havilland, Alan Hale, Jack Carson. P/B, 96 min. Ver Destaque. (12.00, TV 2)

As Aventuras de Pinóquio

«Le Aventure di Pinocchio» (It/1972). Real: Luigi Comencini. Int.: Andrea Balestri, Nino Manfredi, Gina Lollobrigida, Vittorio de Sica. Cor, 135 min. Ver Destaque. (15.10, SIC)

Robin dos Bosques: O Filme

«Robin Hood: The Movie» (GB/1991). Real: Ralph Smart. Int.: Richard Greene, Bernardette O'Farrell, Patricia Driscoll, Alan Wheatley. Cor, 87 min. Ver Destaque. (15.40, Canal 1)

O Senhor Doutor

«El Señor Doctors» (Méx./1965). Real: Miguel Delgado. Int.: Mario Moreno (Cantinflas), Marta Romero, Miguel Alvarez, Prudencia Griffel. Cor, 108 min. Comédia. (17.00, Quatro)

Amor Bandido

«Amor Bandido» (Brasil/1980). Real: Bruno Barreto. Int.: Paulo Gracindo, Cristina Ache. Cor, 90 min. Drama. (23.40, TV 2)

Raça de Campeões

«Jocks» (EUA/1987). Real: Steve Carver. Int.: Scott Strader, Perry Lang, Mariska Hargibay, Richard Roundtree, Christopher Lee. Cor, 89 min. Comédia. (23.45, Canal 1)

O Príncipe das Marés

«The Prince of Tides» (EUA/1991). Real: Barbra Streisand. Int.: Barbra Streisand, Nick Nolte, Blythe Danner, Kate Nelligan. Cor, 132 min. Ver Destaque. (23.50, Quatro)

Os Amantes de Maria

«Je Vous Salue, Marie» (EUA/1984). Real: Andrei Konchalowski. Int.: Nastassia Kinsky, John Savage, Keith Carradine. Cor, 100 min. Drama. (00.10, SIC)

Decisão para a Loucura

«House IV» (EUA/1992). Real: Lewis Abernathy. Int.: Terry Treas, Scott Burkholder, Denny Dillon, Melissa Clayton. Cor, 90 min. Comédia fantástica. (01.20, Canal 1)

DOMINGO, 17

Anna Karenina

«Anna Karenina» (EUA/1935). Real: Clarence Brown. Int.: Greta Garbo, Fredric March, Basil Rathbone. P/B, 92 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

A Feira das Ilusões

«Something Wicked Tis Way Comes» (EUA/1982). Real: Jack Clayton. Int.: Jason Robards, Jonathan Pryce, Diane Ladd, Pam Grier. Cor, 92 min. (15.15, Canal 1)

Silverado

«Silverado» (EUA/1985). Real: Lawrence Kasdan. Int.: Kevin Kline, Scott Glenn, Rosanna Arquette, Kevin Costner, Jeff Goldblum, Danny Glover, Brian Dennehy. Ver Destaque. (18.30, Quatro)

Brasa Adormecida

«Brasa Adormecida» (Brasil/1988). Real: Djalmá Liang Batista. Int.: Maitê Proença, Edson Cellulari, Paulo César Grande, Anselmo Duarte, Grande Otelo. Comédia. Cor, 87 min. (21.00, TV 2)

O Nosso Amor de Ontem

«The Way We Were» (EUA/1973). Real: Sidney Pollack. Int.: Barbra Streisand, Robert Redford, Bradford Dillman, Viveca Lindfors. Cor, 118 min. Drama. (21.00, Quatro)

O Xerife Quebra-Ossos

«The Sheriff and the Satellite Kid» (It./1979). Real: Michele Lupo. Int.: Bud Spencer, Gary Guffey, Joe Bugner. Cor, 116 min. «Western-spaghetti». (21.50, SIC)

O Crepúsculo dos Deuses

«Sunset Boulevard» (EUA/1950). Real: Billy Wilder. Int.: William Holden, Gloria Swanson, Erich Von Stroheim, Nancy Olson, Jack Webb, Cecil B. DeMille. P/B, 106 min. Ver Destaque. (23.15, TV 2)

SEGUNDA, 18

O Desafio

«Players» (EUA/1979). Real: Anthony Harvey. Int.: Ali MacGraw, Maximilian Schell, Dean-Paul Martin, Steven Guttenberg, Pancho Gonzalez, John McEnroe. Cor, 120 min. Drama. (13.50, TV 2)

O Voo do Pássaro

«Il Frullo del Passero» (It./1988). Real: Gianfranco Mingozzi. Int.: Philippe Noiret, Ornella Muti, Claudine Auger. Cor, 95 min. (14.30, SIC)

O Último Imperador

«The Last Emperor» (It.-GB-China/1987). Real: Bernardo Bertolucci. Int.: John Lone, Joan Chen, Peter O'Toole. Cor, 155 min. Ver Destaque. (22.30, SIC)

Operação Sahara

«Riding The Edge» (EUA/1988). Real: James Fargo. Int.: Raphael Sbarge Catherine Mary Stewart, Peter Haskell. Cor, 95 min. Aventuras. (00.35, Canal 1)

TERÇA, 19

Deus Sabe Quanto Amel

«Some Came Running» (EUA/1959). Real: Vincente Minnelli. Int.: Frank Sinatra, Dean Martin, Shirley MacLaine, Martha Hyer, Arthur Kennedy, Nancy Gates. Cor, 135 min. Ver Destaque. (13.50, TV 2)

A Amante Italiana

«L'Amante Italiana» (It./1966). Real: Jean Delannoy. Int.: Gina Lollobrigida, Louis Jourdan, Corinne Marchand. 93 min. (14.30, SIC)

O Homem-Elefante

«The Elephant Man» (EUA/1980). Real: David Lynch. Int.: Anthony Hopkins, John Hurt, Anne Bancroft, John Gielgud. P/B, 120 min. Ver Destaque. (22.10, TV 2)

Império Fantasma

«The Phantom Empire» (EUA/1987). Real: Fred Olen Ray. Int.: Ross Hagen, Jeffrey Stokes, Dawn Wildsmith, Robert Quarry, Susan Stoker. Cor, 90 min. Comédia fantástica. (00.55, Canal 1)

QUARTA, 20

Dois Contra o Texas

«Texas Across The River» (EUA/1966). Real: Harry Keller. Int.: Dean Martin, Alain Delon, Rosemary Forsyth, Tina Marquand, Peter Graves. Cor, 101 min. «Western». (14.05, TV 2)

O Domingo da Gente Simples

«La Domenica Della Buona Gente» (It./1953). Real: Anton Giulio Manjano. Int.: Sofia Loren, Maria Fiore, Renato Salvatore. 96 min. (14.30, SIC)

Pensamentos Mortais

«Mortal Thoughts» (EUA/1991). Real: Alan Rudolph. Int.: Demi Moore, Glenn Headly, Bruce Willis, John Pankov. Policial. (22.00, Quatro)

A Fúria do Herói

«First Blood - Rambo I» (EUA/1982). Real: Ted Kotcheff. Int.: Sylvester Stallone, Richard Crenna, Brian Dennehy, David Caruso, Jack Starrett. Cor, 94 min. Acção. (22.10, Canal 1)

Fábrica de Angústia

«The Cracker Factory» (EUA/1979). Real: Burt Brinckerhoff. Int.: Natalie Wood, Juliet Mills, Perry King, Peter Haskell, Shelley Long. Drama. (00.30, Canal 1)

Quinta, 14

- CANAL 1**
- 08.00 Informação
 - 08.05 Os Caminhos da Arte
 - 08.50 Sandokan
 - 09.00 Rua Sésamo
 - 09.30 Poliana
 - 10.00 Raccons
 - 10.35 Detectives em Férias
 - 11.00 A Esquadra de Bakersfield
 - 11.40 Culinária
 - 12.05 Perigosas Peruas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Resumos do Mundial
 - 14.40 Viajante no Tempo
 - 15.30 Breve História da Europa
 - 16.20 O Bando dos 4
 - 16.45 Vizinhos
 - 17.10 Acção em Miami
 - 18.05 Ana Raio e Zé Trovão
 - 18.55 Lotaria Nacional
 - 19.05 Com a Verdade m' Enganas
 - 19.50 RTP - Financial Times
 - 20.00 Telejornal
 - 20.40 Fera Ferida
 - 21.30 Isto... Só Vídeo
 - 22.05 Os Inocentes
 - 22.40 Sonhos Desfeitos
 - 23.45 24 Horas
 - 00.25 Maldição na Irlanda
(ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 12.00 Infantil
 - 12.50 Os Caminhos da Arte
 - 13.45 A Rapariga Daquela Noite
(ver «Filmes na TV»)
 - 15.45 Férias Felizes
 - 16.35 Aviões Militares
 - 17.05 Infantil
 - 18.00 Desafios
 - 18.50 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.50 Magazine «Ecologia e Ciência»
 - 20.25 Os Médicos Engenheiros
 - 21.15 Desenhos Animados
 - 21.30 TV2 Jornal
 - 22.10 Theodor Chindler
 - 23.10 Remate
 - 23.20 O Grande Irá
 - 00.05 Panamá: A Decepção
 - 00.55 Na Rede de Intrigas
- SIC**
- 11.35 Transformers
 - 12.00 Chuva de Estrelas
 - 13.00 Notícias
 - 13.20 O Diário do Mundial
 - 13.30 Sassá Mutema
 - 14.20 Os Donos da Bola
 - 14.30 O Bom Pai
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 15

- CANAL 1**
- 08.00 Informação
 - 08.05 Os Caminhos da Arte
 - 08.50 Sandokan
 - 09.15 Rua Sésamo
 - 09.45 Os Piores Anos da Minha Vida
 - 10.10 Raccons
 - 10.35 Detectives em Férias
 - 11.00 A Esquadra de Bakersfield
 - 11.40 Culinária
 - 12.05 Perigosas Peruas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Viajante no Tempo
 - 14.30 O Bando dos 4
 - 14.55 Breve História da Europa
 - 15.40 Vizinhos
 - 16.05 Nero Wolfe
 - 17.00 Acção em Miami
 - 18.05 Ana Raio e Zé Trovão
 - 19.00 Com a Verdade m' Enganas
 - 19.50 RTP/Financial Times
 - 20.00 Telejornal
 - 20.40 Fera Ferida
 - 21.30 Jogos Sem Fronteiras
 - 22.45 Cheers, Aquele Bar
 - 23.25 24 Horas
 - 00.05 O Soro Maléfico II
(ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 12.00 Infantil
 - 12.50 Expedições Num Mundo Mágico
 - 13.45 A Guerra Secreta de Harry Frigg
(ver «Filmes na TV»)
 - 15.30 Férias Felizes
 - 16.20 Segredos do Mundo
 - 16.55 Infantil
 - 18.00 Desafios
 - 18.50 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.50 Mulheres no Jazz
 - 20.20 Os Alpes
 - 21.15 Desenhos Animados
 - 21.30 TV2 Jornal
 - 22.10 Corrida de Toiros
 - 23.45 Remate
 - 23.55 Pedro Burmester e Mário Laginha no CCB
 - 01.05 Na Rede de Intrigas
- SIC**
- 11.35 Transformers
 - 12.00 Chuva de Estrelas
 - 13.00 Notícias
 - 13.20 O Diário do Mundial
 - 13.30 Sassá Mutema
 - 14.00 Os Donos da Bola
 - 14.30 O Órfão
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 16

- CANAL 1**
- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
 - 12.20 Luta Livre Americana
 - 13.00 Notícias
 - 13.10 Made in Portugal
 - 13.35 Extra Large
 - 15.10 Emoções Fortes
 - 15.40 Robin dos Bosques: O Filme
(ver «Filmes na TV»)
 - 17.30 Beverly Hills
 - 18.20 Onda de Verão
 - 19.45 Tototolo
 - 20.00 Jornal de Sábado
 - 20.30 Na Paz dos Anjos
 - 21.45 Parabéns
 - 23.45 Raça de Campeões
(ver «Filmes na TV»)
 - 01.20 Decisão para a Loucura
(ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Uma Loira com Açúcar
(ver «Filmes na TV»)
 - 13.30 Tauromaquia
 - 14.00 Musical: «Nitty Dirt Band no Festival Country de Gstaad»
 - 15.00 Dempsey
 - 16.00 Terra X
 - 16.45 Musical: «Disney Night of Magic»
 - 18.00 TV2 Desporto
 - 23.00 De Lisboa, Com Amor
 - 23.10 Sexualidades
 - 23.40 Amor Bandido
(ver «Filmes na TV»)
- SIC**
- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
 - 13.15 Portugal Radical
 - 13.30 O Diário do Mundial
 - 13.40 Gladiadores Americanos
 - 14.30 Nunca Digas Banzai
 - 15.10 As Aventuras de Pinóquio
(ver «Filmes na TV»)
 - 18.00 Lei e Ordem
 - 19.00 Minas e Armadilhas
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.35 O Diário do Mundial
 - 20.50 Mulheres de Areia
 - 21.50 Os Trapalhães
 - 22.20 A Brincar, a Brincar
 - 22.50 Especial Playboy
 - 23.50 Último Jornal
 - 00.10 Os Amantes de Maria
(ver «Filmes na TV»)
- QUATRO**
- 08.00 Animação
 - 11.00 Vamos ao Circo

Domingo, 17

- CANAL 1**
- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
 - 12.30 Sem Limites
 - 13.00 Notícias
 - 13.10 Top +
 - 14.00 Dinossauros
 - 14.30 Missão Impossível
 - 15.15 A Feira das Ilusões
(ver «Filmes na TV»)
 - 16.55 Onda de Verão
 - 18.20 Na Paz dos Anjos
 - 19.30 Joker
 - 19.45 Jornal de Domingo
 - 20.15 Casa Cheia
 - 21.00 Final do Mundial de Futebol
 - 23.35 Concerto: Os Três Tenores
- TV 2**
- 09.00 A Mão de Semear
 - 09.25 Caminhos
 - 10.00 Novos Horizontes
 - 10.30 70 x 7
 - 11.00 Missa
 - 11.55 Ordem Militares e Religiosas em Portugal
 - 12.25 Forum Musical
 - 13.15 Regiões
 - 14.25 Mulheres em Viagem
 - 15.00 TV2 Desporto
 - 21.00 Brasa Adornecida
(ver «Filmes na TV»)
 - 22.40 Artes e Letras: «Carl Davis»
 - 23.15 O Crepúsculo dos Deuses
(ver «Filmes na TV»)
 - 01.00 Uma Questão de Consciência
- SIC**
- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
 - 13.15 Portugal Radical

Segunda, 18

- CANAL 1**
- 08.00 Os Caminhos da Arte
 - 08.50 Sandokan
 - 09.25 Rua Sésamo
 - 10.00 Poliana
 - 10.25 Os Raposinhos
 - 10.50 Detectives em Férias
 - 11.20 A Esquadra de Bakersfield
 - 11.45 Culinária
 - 12.00 Informação
 - 12.05 Perigosas Peruas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 O Viajante no Tempo
 - 14.25 O Bando dos 4
 - 14.55 Breve História da Europa
 - 15.55 Vizinhos
 - 16.20 Nero Wolfe
 - 17.10 Acção em Miami
 - 18.05 Ana Raio e Zé Trovão
 - 18.55 Com a Verdade M' Enganas
 - 20.00 Telejornal
 - 20.35 Fera Ferida
 - 21.30 Pátio da Fama
 - 22.25 Calor Tropical
 - 23.15 Contos Assombrosos
 - 23.55 24 Horas
 - 00.35 Operação Sahara
(ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 12.00 Infantil
 - 13.00 Hotéis
 - 13.50 O Desafio
(ver «Filmes na TV»)
 - 15.50 Férias Felizes
 - 16.40 Sobreviver
 - 17.05 Infantil
 - 18.00 Desafios
 - 18.50 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.45 Desaparecidos



Pedro Burmester e Mário Laginha em concerto recente no Centro Cultural de Belém: sexta-feira, à noite, na TV2

Terça, 19

- CANAL 1**
- 08.00 Os Caminhos da Arte
 - 08.50 Sandokan
 - 09.25 Rua Sésamo
 - 10.00 Poliana
 - 10.25 Os Raposinhos
 - 10.50 Detectives em Férias
 - 11.20 A Esquadra de Bakersfield
 - 11.50 Culinária
 - 12.05 Perigosas Peruas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Viajante no Tempo
 - 14.30 O Bando dos 4
 - 15.00 Breve História da Europa
 - 15.55 Vizinhos
 - 16.20 Nero Wolfe
 - 17.10 Acção em Miami
 - 17.50 Caderno Diário
 - 18.00 Ana Raio e Zé Trovão
 - 19.00 Com a Verdade M' Enganas
 - 20.00 Telejornal
 - 20.40 Fera Ferida
 - 21.30 Nico d' Obra
 - 22.10 Gala de Abertura do Mundial de Futebol (repetição)
 - 23.15 As Teias da Lei
 - 00.15 24 Horas
 - 00.55 Império Fantasma
(ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 12.00 Infantil
 - 12.50 Para Além do Ano 2000
 - 13.50 Deus Sabe Quanto Amei
(ver «Filmes na TV»)
 - 16.10 Férias Felizes
 - 17.00 Aviões Militares
 - 17.30 Infantil
 - 18.00 Novos Desafios
 - 18.50 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.45 Magazine «Viver com Saúde»
 - 20.15 Rotações
 - 21.30 TV2 Jornal
 - 22.00 RTP/Financial Times
 - 22.15 O Homem Elefante
(ver «Filmes na TV»)
 - 00.20 Remate
 - 00.30 Grandes Devoções
 - 01.25 Na Rede de Intrigas

Quarta, 20

- CANAL 1**
- 08.00 Os Caminhos da Arte
 - 08.50 Sandokan
 - 09.25 Rua Sésamo
 - 10.00 Poliana
 - 10.25 Os Raposinhos
 - 10.50 Detectives em Férias
 - 11.20 A Esquadra de Bakersfield
 - 11.50 Culinária
 - 12.05 Perigosas Peruas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Viajante no Tempo
 - 14.30 O Bando dos 4
 - 15.00 Breve História da Europa
 - 15.50 Vizinhos
 - 16.20 Nero Wolfe
 - 17.10 Acção em Miami
 - 17.55 Caderno Diário
 - 18.05 Ana Raio e Zé Trovão
 - 18.55 Com a Verdade M' Enganas
 - 20.00 Telejornal
 - 20.35 Fera Ferida
 - 21.25 Vamos Jogar no Totobola
 - 21.40 Só Riso
 - 22.10 A Fúria do Herói
(ver «Filmes na TV»)
 - 23.50 24 Horas
 - 00.30 Fábrica de Angústia
(ver «Filmes na TV»)
- TV 2**
- 12.00 Infantil
 - 12.45 Sorteio das Taças Europeias
 - 14.05 Dois Contra o Texas
(ver «Filmes na TV»)
 - 15.45 Férias Felizes
 - 16.35 O Barroco nos Caminhos do Ouro
 - 17.05 Infantil
 - 18.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.00 Realce
 - 19.20 TV2 Desporto - Atletismo
 - 21.15 Desenhos Animados
 - 21.30 TV2 Jornal
 - 22.00 RTP/Financial Times
 - 22.10 Grande Noite
 - 23.15 Quem Fala Assim...
 - 00.30 Na Rede da Intriga



Um Anjo na Terra: a TVI repõe (diariamente) mais uma série velhinha

- 13.30 O Diário do Mundial
 - 13.40 Vida Selvagem
 - 14.30 Anna Karenina
(ver «Filmes na TV»)
 - 16.15 Tudo pelas Notícias
 - 17.15 Obras em Casa
 - 17.45 Bom Domingo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.35 O Diário do Mundial
 - 20.45 Os Trapalhães
 - 21.10 Labirinto
 - 21.50 O Xerife Quebra-Ossos
(ver «Filmes na TV»)
 - 24.00 Último Jornal
 - 00.20 Balada de Nova Iorque
 - 01.25 Fórmula Indy
- QUATRO**
- 08.00 Animação
 - 11.30 Informação Religiosa
 - 12.00 Vaticano em Directo
 - 12.15 Missa
 - 13.30 Coisas de Família
 - 14.05 Céus de África
 - 14.35 O Sonho do Oeste
 - 15.30 Queridos Inimigos
 - 18.00 Passaporte
 - 18.30 Silverado
(ver «Filmes na TV»)
 - 19.30 Informação
 - 20.05 O Turno da Noite
 - 21.00 O Nosso Amor de Ontem
(ver «Filmes na TV»)
 - 23.30 Últimas Notícias
 - 23.45 Caixa de Perguntas

- 20.20 28 Anos Depois
 - 21.30 TV2 Jornal
 - 22.10 Teatro: «Lorenzaccio»
 - 00.40 Remate
 - 00.50 Um Ano em Grande
 - 01.45 Magazine «Cinema»
- SIC**
- 11.35 Transformers
 - 12.00 Chuva de Estrelas
 - 13.00 Notícias
 - 13.20 O Diário do Mundial
 - 13.30 Sassá Mutema
 - 14.20 Os Donos da Bola
 - 14.30 O Voo do Pássaro
(ver «Filmes na TV»)
 - 16.15 A Brincar, a Brincar
 - 17.05 Notícias
 - 17.20 Paraíso
 - 18.55 Praça Pública
 - 19.25 O Juiz Decide
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.40 Volta a Portugal em Bicicleta
 - 20.50 Mulheres de Areia
 - 21.50 Cenas de Um Casamento
 - 22.50 20 Anos, 20 Nomes
 - 00.05 Último Jornal
 - 00.25 Os Donos da Bola
 - 00.35 A Família do Senador
 - 01.05 Os 40 Anos da Playboy

- QUATRO**
- 11.00 Animação
 - 12.00 Já Tocou
 - 12.25 Caça ao Canudo
 - 13.20 As Modas
 - 13.30 Dama de Rosa
 - 14.30 Um Anjo na Terra
 - 15.25 Encontro
 - 16.00 As Aventuras do Cavalo Preto
 - 16.30 Flinstones
 - 17.05 Alf
 - 17.30 Topázio
 - 18.00 Morena Clara
 - 18.30 Estrela
 - 19.00 Caprichos
 - 19.30 Informação Quatro
 - 20.05 Marés Vivas
 - 21.00 Visto Isto
 - 21.30 Farmácia de Serviço
 - 22.00 Luzes da Ribalta
 - 24.00 Informação
 - 00.25 Fora de Jogo
 - 00.35 Anúncios do Outro Mundo
 - 01.15 Modelo e Detective



A Volta a Portugal começa já na próxima semana, este ano em exclusivo na SIC

- 16.15 A Brincar, a Brincar
 - 16.40 Ora Bolas, Marina
 - 17.05 Notícias
 - 17.20 Paraíso
 - 19.00 Praça Pública
 - 19.25 O Juiz Decide
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.35 O Diário do Mundial
 - 20.50 Mulheres de Areia
 - 21.50 Minas e Armadilhas
 - 23.00 Casos de Polícia
 - 00.05 Último Jornal
 - 00.25 Os Donos da Bola
 - 00.35 Tostões e Milhões
 - 01.05 Os 40 Anos da Playboy
- QUATRO**
- 12.00 Caça ao Canudo
 - 12.50 Já Tocou
 - 13.20 As Modas
 - 13.30 Dama de Rosa
 - 14.30 Uma Casa na Pradaria
 - 15.20 Caixa de Perguntas
 - 15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
 - 16.20 Flinstones
 - 16.50 Alf
 - 17.20 Topázio
 - 17.50 Morena Clara
 - 18.20 Estrela
 - 19.30 Informação Quatro
 - 20.05 Marés Vivas
 - 21.00 Visto Isto
 - 21.30 Farmácia de Serviço
 - 22.00 Faca de Dois Gumes
(ver «Filmes na TV»)
 - 23.50 Informação
 - 00.15 Fora de Jogo
 - 00.35 Alta Sociedade
(ver «Filmes na TV»)

- 16.15 A Brincar, a Brincar
 - 16.40 Ora Bolas, Marina
 - 17.05 Notícias
 - 17.20 Paraíso
 - 18.55 Praça Pública
 - 19.30 O Juiz Decide
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.40 Sete à Sexta
 - 21.15 O Diário do Mundial
 - 21.45 Mulheres de Areia
 - 22.45 Mini Chuva de Estrelas
 - 23.50 Último Jornal
 - 00.10 Os Donos da Bola
 - 00.20 Playboy
 - 01.20 Amor Perverso
(ver «Filmes na TV»)
- QUATRO**
- 12.00 Caça ao Canudo
 - 12.50 Já Tocou
 - 13.20 As Modas
 - 13.30 Dama de Rosa
 - 14.30 Uma Casa na Pradaria
 - 15.15 Encontro
 - 15.20 Coisas de Família
 - 15.45 As Aventuras do Cavalo Preto
 - 16.20 Flinstones
 - 16.50 Alf
 - 17.20 Topázio
 - 17.50 Morena Clara
 - 18.20 Estrela
 - 19.30 Informação Quatro
 - 20.05 Marés Vivas
 - 21.00 Visto Isto
 - 21.30 Farmácia de Serviço
 - 22.00 Faca de Dois Gumes
(ver «Filmes na TV»)
 - 23.50 Informação
 - 00.15 Fora de Jogo
 - 00.35 Alta Sociedade
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Sam Saturday
- 13.00 Contra-Ataque
- 14.00 Top 25
- 14.35 Estrela
- 17.00 O Senhor Doutor
(ver «Filmes na TV»)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 O Jogo do Ganso
- 23.35 Informação
- 23.50 O Príncipe das Marés
(ver «Filmes na TV»)

Por isto e por aquilo...

A Rapariga Daquela Noite

(Quinta, 13.45, TV 2)

Chicago, anos 30, gangsters, um advogado, Robert Taylor, apanhado nas malhas do gang, e a sua lindíssima namorada. Nicholas Ray deu com este filme ao «filme negro» uma dimensão quase barroca, com cores sumptuosas e um grande momento da dança no cinema, com Cid Charisse num dos seus bailados de antologia.

Alta Sociedade

(Sexta, 00.45, Quatro)

Grace Kelly despede-se elegantemente do cinema neste *remake* de "Philadelphia Story" que não faz a mínima sombra à primeira versão mas que se destaca pela magnífica banda sonora: música de Cole Porter, com algumas dos seus mais belos temas: canções como "True Love", "Did You Evah?", "You're Sensational" e ainda "Now You Has Jazz", que tem a colaboração de Louis Armstrong.

Uma Loira com Açúcar

(Sábado, 12.00, TV 2)

Um outro *remake* de uma comédia interpretada por Cary Grant nos anos 30 que nada de notável viria a acrescentar à obra de Raoul Walsh, com a particularidade que entregar a James Cagney um tipo de papel/personagem raro na sua carreira.

As Aventuras de Pinóquio

(Sábado, 15.10, SIC)

Releitura curiosa de Luigi Comencini da história tradicio-



Greta Garbo numa foto publicitária de Clarence Bull para "Anna Karenina"

Gloria Swanson na sequência final de "Sunset Boulevard", de Billy Wilder

Nick Nolt e Barbra Streisand em "O Príncipe das Marés"



nal de Gepeto e do seu filho Pinóquio, vivida na tela por gente de carne e osso, com os problemas de hoje e libertada de moralismos paralisantes. Comencini mantém-se fiel à trama narrativa, mas dá-lhe um diferente sentido. É ele próprio que afirma: "o livro foi escrito para inculcar nas crianças o sentido da obediência e da submissão aos adultos; o filme, pelo contrário, pretendeu mostrar que a revolta conduz à liberdade, à autodeterminação e à consciência do próprio destino".

Robin dos Bosques: O Filme

(Sábado, 15.40, Canal 1)

Trata-se da remontagem para filme (ao que parece, uma primeira parte de três) da série televisiva dos anos 50, além disso "colorizada" e com uma banda sonora recriada em dolby-stereo, anunciada como "um fabuloso trabalho de montagem e de grande apuro técnico".

O Príncipe das Marés

(Sábado, 23.50, Quatro)

O evidente carinho que Barbra Streisand pôs nesta sua incursão pela realização não foi suficiente para dar uma convincente profundidade a um tema central do filme que é o da psicoterapia. Mas o belo lirismo de algumas sequências e interpretações notáveis, com destaque para Nick Nolt e Kate Nelligan, justificam a boa aceitação que este "Príncipe das Trevas" acabaria por ter quando da estreia.

Anna Karenina

(Domingo, 14.30, SIC)

Uma inesquecível Greta Garbo! Clarence Brown centra nela, no rosto magistralmente iluminado, a tristeza profunda que emana do filme como se aquela fosse a própria essência do romance de Tolstói e que, talvez como em nenhuma outra ocasião, parece ter-se fundido com a própria essência da atriz.

Silverado

(Domingo, 18.30, Quatro)

Diz-se que este é um *western moderno*, feito para as jovens gerações. *Western* porque "atravessa longos espaços, montado em fogosos cavalos por intrépidos cavaleiros, uns "livres", outros "fora-de-lei", que brincam, bebem e lutam e correm através de montanhas, largos rios e desertos para a próxima

filme), onde ilusão e realidade, sonho e pesadelo, loucura e normalidade, amor e ódio, patético e ridículo, homenagem comovida e crítica mordaz se confundem permanentemente, num infinito jogo de espelhos que aliás existe para além do próprio filme. Ou antes dele: Gloria Swanson, a protagonista, fora de facto uma grande estrela nos tempos do mudo, e o seu mordomo e antigo *méteur-en-scène*, no filme, é interpretado pelo grande Erich Von



John Hurt em "O Homem-Elefante", de David Lynch



"O Último Imperador", de Bernardo Bertolucci

cidade, onde os espera uma nova inesperada aventura"; *moderno* porque não tem cavalaria nem índios, os heróis são quase todos muito jovens e entre eles, um é preto. Montam cavalos - mas à velocidade dos automóveis.

Kasdan, co-autor do guião e realizador, apesar do seu reconhecido talento, não convenceu com Silverado nem os velhos cultores do *western*, nem, ao que parece, os jovens espectadores.

O Crepúsculo dos Deuses

(Domingo, 23.15, TV 2)

Este é não apenas o destaque absoluto da semana em matéria de filmes na televisão: "O Crepúsculo dos Deuses" é uma obra-prima incontestada do cinema, um dos filmes mais originais de sempre, e decerto o mais fascinante sobre Hollywood, a "fábrica de sonhos" e os que a fazem viver, criadores, actores e vítimas do seu maravilhoso poder de ilusão. Os penosos amores de uma *star* decadente por um jovem pseudo-argumentista que explora a sua ambição de voltar aos tempos de glória são o pano de fundo para uma audácia narrativa pouco comum ("O Crepúsculo dos Deuses" é provavelmente a única obra cinematográfica "contada" pelo cadáver da sequência inicial do

Stroheim. Para além do triunfo destes dois grandes actores e personagens, "O Crepúsculo dos Deuses" ficou evidentemente como uma jóia (a jóia?) da carreira de Billy Wilder e a decisiva afirmação do talento de um actor, William Holden.

O Último Imperador

(Segunda, 22.30, SIC)

Os olhos europeus e italianos de Bertolucci deslumbrados pela China imperial em tempo de agonia - um filme que, como dizia em tempos um anúncio, não se sabe como poderá caber no pequeno écran da televisão... Uma integração magistral de elementos filmicos - o cenário, as câmaras, o trabalho de luzes, a cor - sobrelevam a veracidade da história que se conta para transmitirem um efeito simultaneamente épico e melodramático que, na obra de Bertolucci, frequentemente monumental, talvez nunca como aqui tenha atingido um tal esplendor.

Deus Sabe Quanto Amei

(Segunda, 13.50, TV 2)

Esta é uma das inequívocas demonstrações da mestria de Minnelli na condução de enredos dramáticos - este, é verdadeiramente um *melodrama*, daqueles em que pode ser difícil conter as lágrimas... Demonstração também dos dotes de actor dramático de Frank Sinatra (e até de Dean Martin) e, mais uma vez, da *raça* tão especial de Shirley MacLaine. Assinalável é ainda a banda sonora de Elmer Bernstein.

O Homem-Elefante

(Segunda, 22.10, TV 2)

A dramatização da história de John Merrick, vítima de uma terrível deformação física, exibido como atracção de feira, no dobrar do século, em Inglaterra, e da relação que com ele estabelece o cirurgião Frederick Treves, seria sempre perturbadora em si, pela própria natureza dos sentimentos que a deformação física (e a sua exploração) sempre desencadeia, e tanto mais quando é possível desvendar, sob ela, uma humanidade "perfeita". Mas David Lynch, que este filme verdadeiramente projectou, soube evitar a rejeição que a figuração do grotesco tantas vezes provoca, reconstituiu magistralmente, embora sem "verismos", aquela época vitoriana e as suas personagens e teve nos seus actores principais cúmplices admiráveis: John Hurt no papel de John Merrick e Anthony Hopkins, o médico cujas motivações (por compaixão, por dignidade, em nome da ciência ou por razões de prestígio pessoal?) serão tudo menos unívocas. O filme, num esplendoroso preto e branco, teve oito nomeações para Oscars, mas em 1980 a Academia não se deixava ainda levar por objectos tão bizarros...

■ Correia
da Fonseca

Crime e raiz

Foi já há perto de dois meses, precisamente a 22 de Maio, que se celebrou o Dia do Autor Português. A mensagem alusiva ao dia foi este ano redigida por Artur Ramos, que desde há muito se afirmou como

um dos mais cultos, lúcido e conhecedores homens-de-TV portugueses. Embora breves, foram palavras fundamentais não apenas para consubstanciarem mais um indignado protesto pela degradação actual da Televisão que entra em nossas casas, mas também para lembrarem como é clara e ostensiva a violação do quadro legal por parte das três estações de TV a que estamos entregues. Isto é: como o crime quotidiano assim cometido é óbvio e só pode prosseguir com a convivência, se não com o estímulo, de quem tem o duplo dever de defender a legalidade e de cuidar da saúde mental e cultural da população portuguesa.

A letra morta

Artur Ramos lembrou que a Lei da Televisão prevê uma «percentagem maioritária de obras (...) de origem europeia na programação, uma vez deduzido o tempo de emissão consagrado aos noticiários, manifestações desportivas, concursos, publicidade e serviços de teletexto». Que os operadores de TV estão incumbidos de «assegurar e promover prioritariamente a defesa da Língua e da produção musical portuguesa». Que devem «garantir que o cumprimento das percentagens» referentes a programas em Português «não se efectue em período de audiência reduzida». E citou também o Contrato de Concessão do Serviço Público, segundo o qual a RTP deve «pautar a sua programação, com respeito pelo interesse público, por exigências de qualidade e de diversidade visando, essencialmente, a satisfação das diversas necessidades, designadamente culturais (...) dos vários estratos do público». E, quanto aos programas culturais, «em horários que fomentem o crescimento das suas audiências independentemente dos interesses comerciais, sendo também da sua obrigação o aumento da produção nacional daquele tipo de programas.»

É tristemente sabido que tanto para a RTP como para a SIC ou para a TVI estes deveres são letra morta que não valem nem o papel em que foram inscritos: cada uma, à sua escala e à sua maneira, tri-

puía sobre as obrigações que contudo aceitou como preço para poder fazer TV em Portugal. É, sem dúvida, um caso de desonestidade pública até, por vezes, vaidosamente assumida, e o curioso é que o Governo, que na circunstância devia representar os interesses de todos nós, não se importa. É certo que, um dia destes, imagino que depois de ter fugidamente conversado com alguém que lhe tenha dito coisas inteligentes e sensatas, o secretário de Estado da Cultura deu entrevista com sinais de incómodo pessoal pela conversão dos televisores em peculiares contentores de lixo. Mas ninguém poderá recordar que tenha tido alguma consequência este pequenino e fugaz sinal de consciência das coisas. De resto, é sabido que o secretário de Estado da Cultura, este ou qualquer outro, apesar das preocupações que devem obviamente ser inerentes ao exercício das suas funções, não tem entre nós qualquer autoridade sobre a gestão da TV, cuja tutela está exclusivamente entregue a outro. Assim, está condenado a ser mero espectador da tarefa devastadora de desculturalização pela TV no País cuja vida cultural está a seu cargo.

Diante disto, é natural que se alarmem os que não gostam de ser tratados como irremediavelmente parvos ou, com ainda maior força de razão, não se resignam a que a TV possa ser uma contribuição decisiva para a cretinização dos seus filhos. Ao contrário do que em tempos acontecia, já não são apenas os críticos de Televisão, cronicamente apontados como gente frustrada a quem só a inveja faz falar, que se mostram indignados; agora, é gente de diversos estratos e origens que se inquieta com o baixíssimo nível a que desceu a TV portuguesa, convergindo para um impressionante consenso. Tentasse o senhor primeiro-ministro, tão enlevado com os seus anuais discursos «sobre o Estado da Nação», fazer prédicas semelhantes sobre o estado da Televisão, e verificaria que



esta outra matéria havia de resistir ainda mais à aplicação de rábulas mistificatórias e que, por muito que tentasse, ainda enganaria menos gente.

Convergência para o mal

Ora, acontece que os clamores de protesto, incidindo embora sobre a actuação das três empresas que fazem TV em Portugal, dão algum triste relevo ao comportamento da RTP, não apenas por ser a Televisão pública, de onde de qualquer modo decorreriam obrigações especiais, mas também porque com ela foi assinado o tal Contrato de Concessão do Serviço Público citado por Artur Ramos. O incumprimento do que nele está previsto expressa e implicitamente configura de facto um permanente atentado a direitos fundamentais dos portugueses que, em princípio, o Contrato acautelaria minimamente. E note-se que a questão não se circunscreve de modo nenhum à área estritamente cultural, pois, como se sabe mas muito se oculta, o subdesenvolvimento da área da cultura tem repercussões directas e graves noutras áreas. Já não se trata de lembrar que «nem só de pão vive o homem» (e é claro que também neste estrito sentido não podemos esquecer que são cada vez mais os portugueses a quem o governo tira o pão), mas de saber que a obtenção do pão quotidiano depende hoje, em quantidade e qualidade, também da capacidade global dos homens para entenderem o mundo e a vida. Isto é: do seu nível cultural.

Num ponto, porém, tem errado por omissão a generalidade das críticas formuladas, e as palavras de Artur Ramos vêm justamente chamar a atenção geral para esse ponto. É que, sendo certo que a prática da RTP no seu Canal 2, vocacionado por contrato para ser o «canal da cultura», configura uma mistificação permanente, e também que nada autoriza no plano ético e cívico que a RTP 1 seja apenas uma distribuidora de teleprodutos tóxicos que de efeitos tendencialmente imbecilizantes, não é menos certo que o Estado, através do Governo que o gere, tem nesta situação uma responsabilidade fundamental que muitas vezes é esquecida. Não apenas pelo que consente e não devia consentir, mas também por estar na própria raiz do desrespeito da RTP pelo que está contratado.

De facto, como disse Artur Ramos, «quando se enunciam os critérios para a fixação dos custos dos serviços prestados à comunidade, o Contrato é actualmente sujeito a uma interpretação contabilística redutora segundo a qual o Estado não tem de pagar os custos dos programas que manda fazer» e cuja transmissão consubstanciaria na prática a actividade culturalizante que o Contrato prevê e que o atraso cultural do País imperativamente reclama. Perante isto, a RTP submete-se passivamente por razões que facilmente se adivinham: a cultura não é de modo nenhum o seu pendor natural, bem pelo contrário, e a penúria de meios para realizações nessa área só a poupa a trabalhos que não deseja. Dessa tácita convergência entre Estado e RTP, contudo, resulta um acto de pura traição aos interesses nacionais, e contra ele é preciso que se eleve a voz dos cidadãos. Trata-se, afinal, de recusarmos a mudez que seria cumplicidade. De denunciar e atacar este mal na sua raiz.

de FOICE

Coincidências

"Foi no dia de anos da Teresa, a 7 de Novembro de 1991, que o Sílvio decidiu que, desse por onde desse, tinha de namorar com ela. Dez dias depois encheu-se de coragem e marcou um encontro. Chovia a cântaros e fazia um frio de rachar. No dia do casamento, pelo contrário, o sol brilhou e o calor não deu tréguas. Foi em Barcelos. (fotografias disponíveis)".

A mensagem fax da SIC apareceu-me na mesa a meio da tarde, quando o sol brilhava lá fora e o calor não dava tréguas cá dentro. Coincidências? É bem verdade que Julho calha no verão e o que mais há no verão é calor. Não há dúvida nenhuma que não me chamo Teresa, nem faço anos em Novembro. É certo também que não vivo em Barcelos nem conheço nenhum Sílvio, salvo o Berlusconi e mesmo esse só pela televisão.

Mas ele há coincidências...

Veja-se, por exemplo, o carapau espanhol. Ou o leite italiano. Ou a incineradora de Sines. Ou os produtos fora de prazo da CVP. Digam-me lá, são ou não coincidências? Uma mão cheia delas!

O que é que isto tem a ver com a Teresa e com o Sílvio é que ainda não descobri, mas palpita-me que anda aqui uma mãozinha escondida com o punho de fora.

Adaptando os métodos de Sherlock Holmes à lusa experiência, fácil se torna concluir várias coisas:

1º - Se os espanhóis não gostassem de carapau; se os peixinhos não viessem às redes como gatos a bofes; se os 'nuestros hermanos' não tivessem de ganhar a vida e se, tal como o nosso, o governo deles não tivesse assinado aqueles acordos comunitários todos, os pescadores portugueses decerto não andavam por aí a lançar carapaus como quem joga à malha.

2º - Se a Parmalat fosse portuguesa em vez de italiana; se não andasse a comprar caro e a vender barato para nos dar cabo do mercado do leite; se viajasse de avião em vez de comboio, certamente os produtores de leite nacionais não andavam fora de portas até altas horas da noite, ainda por cima à espera de comboios que, como é da tradição da CP, nunca se sabe quando chegam.

3º - Se Sines não existisse; se o país não produzisse lixos; se as incineradoras não tivessem sido inventadas; se o intrépido Pimentinha fosse ministro do ambiente; se Portugal ficasse na Ásia, ninguém se lembraria de andar a escrever cartas à ministra garantindo-lhe que nem o seu ar charmoso, cada vez mais enjoado por sinal, a livra de uns protestos populares versão Ponte 'take 2'.

4º - Se os alentejanos tivessem já emigrado todos para a Suíça; se o Alentejo estivesse todo muito bem divididinho em coutadas; se os camelos de Marrocos tivessem chegado, como previsto, devidamente acompanhados de um beduíno a que Artur Albarran havia de servir de intérprete para inaugurar o nosso oásis a sul do Tejo; se a CVP fizesse chegar a Angola os donativos que lhe estavam destinados; se as batatas não apodrescessem e as farinhas não tivessem o costume de criar bicho, é garantido que o escândalo nunca teria descido à planície alentejana. Se tudo isto não são coincidências orquestradas pelos comunistas para denegrir o discurso do estado da Nação, não sei que seja. Elementar, meu caro Watson.

Mas que tudo isto aconteça com o PSD no Governo será mera coincidência?

A dúvida é metódica. No interim da resposta, só posso garantir que se me aparecer por aí algum Sílvio pelo caminho vou a correr telefonar à SIC nem que chovam picaretas.

■ AF

Executiva da Inter Patrões e Governo com estratégia comum

O acordo de concertação social foi o tema forte da reunião de terça-feira passada da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), após a qual a central sindical acusou as confederações patronais de serem "advogadas de defesa do Governo" na negociação do acordo de concertação social.

Manuel Lopes, membro da Comissão Executiva da CGTP, disse ao «Avante!» que tal facto se deve a uma estratégia em que o patronato defende a posição de

árbitro do Governo e este, por seu lado, recupera as propostas do patronato. A central sindical "não aceita a convergência que se tem verificado entre as posições do Governo e do patronato".

"O Governo faz o mal e a caramunha: continua a não dar resposta aos problemas concretos e arma-se em vítima dos actos de que é culpado, como são os casos recentes da ponte e dos pescadores", disse Manuel Lopes.

Após a reunião de terça-feira,

a Comissão Executiva da CGTP, acusou o Governo de "não dar a cara para apresentar propostas para o acordo de concertação social" e realçou a importância das lutas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos.

Manuel Lopes reafirmou que a CGTP não discutirá "alterações à legislação laboral, porque a sociedade já discutiu a legislação", em 1991, por ocasião do Acordo de Rendimentos e Preços para 1992.

Sobre a revisão constitucional, a Comissão Executiva da

central sindical refere que "não deverá haver qualquer vulnerabilização dos aspectos sociais da actual Constituição".

A CGTP reunirá o seu Conselho Nacional no próximo dia 19 e o Plenário de Sindicatos a 20, antes do dia 21, prazo fixado pelos parceiros sociais para a apresentação de propostas concretas para o acordo de concertação social de médio prazo.

Afinal, há vacas loucas em Portugal

A autoridade sanitária nacional a nível agro-alimentar, IPPAA, anunciou terça-feira, em comunicado, a detecção de quatro casos de bovinos nascidos em Portugal com encefalopatia espongiforme, a chamada "doença das vacas loucas".

Com estes casos agora revelados pelo Instituto de Protecção Agro-Alimentar

eleva-se para 10 o total de animais doentes detectados em Portugal, sendo os anteriores seis importados directamente do Reino Unido, onde a doença foi pela primeira identificada, em 1986.

Segundo o IPPAA, os animais agora detectados "integram um número muito restrito de explorações, perfeitamente identificadas, e sobre



Há pouco tempo, o Ministério da Agricultura negava qualquer hipótese de a doença das «vacas loucas» existir em animais portugueses. Agora as suspeitas confirmam-se.

Diferendo da EFACEC vai a julgamento

O processo movido à Efacec por onze trabalhadores despedidos pela empresa em 1992 vai seguir para julgamento depois de se ter gorado a tentativa de conciliação realizada terça-feira no Tribunal de Trabalho da Feira.

De acordo com uma fonte sindical, os onze trabalhadores não aceitaram a proposta da empresa do sector eléctrico que era ôgual a outra anteriormente efectuada e também recusada.

A fonte disse que a Efacec propôs duplicar o valor da indemnização a quatro trabalhadores e um aumento de 30 por cento aos restantes sete, que eram sindicalistas na altura do despedimento.

JCP contra o desemprego

«Sem emprego nada feito» é o lema de uma campanha a ser lançada pela JCP na Festa do «Avante!», até ao final do ano, que pretende denunciar a situação de desemprego dos jovens - neste momento acima dos 100 mil - assim como outras situações como a precarização do emprego juvenil ou a ausência de

saídas profissionais. A campanha culmina com uma iniciativa nacional que envolverá os jovens trabalhadores comunistas.

Este é um dos temas abordados na reunião da Direcção Nacional da JCP a que nos referiremos com desenvolvimento no próximo número do «Avante!».

eles decorre o respectivo processo de controlo, com sequestro e vigilância de movimentos".

O instituto, reconhecendo que "agora sim, a doença existe em Portugal", assegura que vai desenvolver todas as diligências no sentido de se aprofundarem os trabalhos de investigação, em colaboração com o laboratório de Weybridge, referência da Comunidade Europeia.

Além disso, o IPPAA informa que vai desenvolver acções destinadas à conclusão do

inquérito epidemiológico aprofundado, para "serem esclarecidas dúvidas quanto à origem, ascendência e demais informações relativa àqueles animais".

"Iguamente serão tomadas medidas para a proibição imediata de utilização de farinhas de carne e ossos de ruminantes destinadas à alimentação dos ruminantes e bem assim exclusão de todos os tecidos passíveis de risco, dos bovinos das explorações onde foram detectados animais doentes", acrescenta o IPPAA.

Manifestação na Cruz da Pedra

O encerramento do apeadeiro da CP na Cruz da Pedra, em Lisboa, motivou terça-feira uma manifestação de utentes, que exigiram a reabertura do apeadeiro. Os utentes concentraram-se na estação de Sete Rios e juntaram-se depois a outros populares no antigo apeadeiro da Cruz da Pedra, em Benfica.

O presidente da Junta de Freguesia de Benfica disse à LUSA que o apeadeiro servia diariamente cerca de duas mil e 500 pessoas e considerou que autocarros da Carris só serão alternativa quando estiverem concluídas todas as obras previstas para a rede viária da zona.

Os habitantes dos Bairros do Calhau e das Furnas e da Rua Conde de Almoester são os mais prejudicados com o encerramento do apeadeiro, decidido pela CP.

Utentes e freguesia tiveram na manhã de terça-feira uma reunião com os responsáveis da CP mas não foi alcançado qualquer acordo. A CP recusa reabrir o apeadeiro, única solução possível, segundo os utentes.